

'Debates

nte a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito
is diversas tendências do pensamento contemporâneo.

A política e a política do movimento feminista

EVA ALTERMAN BLAY

Pode-se dizer que em 1975 o feminismo atingiu o Brasil. São Paulo e Rio de Janeiro começam a ver, então, grupos de mulheres se organizando. Não é a primeira vez que isso ocorre no cenário brasileiro, pois as raízes do movimento feminista têm, aqui, pelo menos cem anos; mas só recentemente, recuperando nossa história através de pesquisas, podemos reencontrando nossas antepassadas que atuaram na cena política em todos os momentos. Cabe analisar o que está acontecendo com a etapa presente desse movimento.

Há apenas seis anos, quando começaram a se organizar novos grupos de mulheres, as que assim o fizeram foram logo tachadas de "burguesas", mulheres da classe média que não têm com que se ocupar, lésbicas, exiliclonistas etc. Foram alvo de risos e piadas por grande parte da imprensa. Por que companheiros de trabalho ou os que partilhavam as mesmas posições políticas ou ideológicas opunham-se a que as mulheres se reunissem e expusessem os problemas que diziam sentir? Por que essa atitude de nem ao menos admitir que elas tivessem algo a dizer, não enquadrado nas rotinas partidárias ou nas estratégias de como chegar ao poder?

As tentativas de desmoralização das vozes feministas que surgiam são bem conhecidas, todas desembocando na acusação de divisionismo. Entretanto, todas essas formas de autoritarismo, exercidas pelos meios de comunicação, por colegas e companheiros, foram insuficientes para acabar com o movimento nascente.

Questionava-se, antes de mais nada, a existência de problemas especificamente femininos. Ora — dizia-se — as mulheres não têm tais problemas. Ao que se respondia: "Como, se ganhamos menos que nossos colegas homens, exercendo as mesmas tarefas?" Essa questão tão simples e tão crucial não era acatada dentro dos sindicatos — nem mesmo — porque, neles, a representação masculina é ainda majoritária. Antes de discutir a exploração do trabalho da mulher, seria preciso destruir a distorção ideológica existente dentro dos próprios organismos sindicais, que impelia os homens a ganhar mais que suas esposas e filhas, para "garantir" sua autoridade dentro de casa.

Foram necessárias muitas pesquisas, muita demonstração, para convencer primeiro os próprios companheiros de que, quando compactuavam com a exploração das mulheres, eles mesmos acabavam sendo explorados.

Em torno desses problemas, começou a acontecer uma coisa nova e inesperada mesmo para os partidos e grupos políticos tradicionais: mulheres de diferentes classes sociais reuniam-se, dialogavam e associavam-se. Intelectuais e operárias, integrantes da classe média e empregadas domésticas, trabalhadoras não sindicalizadas e donas de casa começaram, aos poucos, a se organizar. Porém não nos moldes preconizados pelos partidos: não havia discussão sobre o Poder, porque ninguém queria o Poder. Quando se trata de discutir sobre aborto ou creche, temos todas que encontrar uma solução comum — a melhor para todas nós — e os que estão no Poder ou a ele pretendem chegar surgem como opressores. Daí a necessidade de se desviar dos caminhos por eles trilhados e buscar, se possível, novas formas, nas quais não persistisse a figura autoritária.

Os grupos femininos passaram a pressionar o governo instituído, o Poder, contestando a repressão nos últimos anos. As mulheres saíram pelas ruas exigindo anistia, creches, salários iguais aos dos homens, redução do custo de vida e até mesmo o direito de se definirem sexualmente, como quisessem. A coincidência de objetivos criou uma solidariedade muito forte. E, de repente, partidos e grupos políticos perceberam que aquele movimento não era uma brincadeira, mas fato político importante e, principalmente, uma via de se chegar a uma massa de pessoas até então relegadas ao esquecimento.

Tal percepção tornou-se mais aguda quan-

do, em 1979, por ocasião do 1.º Congresso da Mulher Paulista, reuniram-se, a 8 de março, em São Paulo, quase mil pessoas. O teatro Ruth Escobar ficou repleto de mulheres vindas de toda a periferia de São Paulo — muitas trazendo crianças — para discutir suas condições de vida. Pela primeira vez, muitas delas ousavam falar em público.

Nesse primeiro Congresso, chegou-se à conclusão de que creches, profissionalização e igualdade salarial eram bandeiras que deveriam ser erguidas pelo movimento de mulheres, que ainda não ousava identificar-se plenamente com o feminismo — termo que provoca até hoje reações jocosas entre certos machistas inveterados. O movimento, evidentemente, foi se estruturando, ganhando força: do ato adquirido de falar em público, muitas mulheres passam a usar a palavra para reivindicar seus direitos e a penetrar em locais tais como as casas legislativas.

E chega mais um 8 de março, em 1980. Na PUC, em São Paulo, quando se esperava a presença de cerca de duas mil mulheres, comparecem mais de quatro mil. Divididas em pequenos grupos, com coordenadoras de debates, as mulheres falaram sobre seus problemas e, aos temas propostos pelo congresso anterior, tentou-se somar a discussão sobre o abortamento, questão sempre levantada em reuniões regionais.

O processo de amadurecimento, as tomadas de decisão, não podem ser apressados ou forçados. É tolice pensar que um único debate possa convencer uma mulher de que ela deva ou não ser a favor de trabalho extra-lar, do abortamento ou mesmo das creches. Este é um processo mais demorado que pode chegar ao final muitas vezes de forma não imaginada em seu início.

Porém, a tática usada por certos grupos políticos, imbuidos de mentalidade golpista e acostumados a manipular porque sempre foram manipulados, deixa de levar em conta que se pode chegar à transformação social por caminhos que o povo, com todas as suas divisões, tem condições de propor.

Ocorre, entretanto, que o fato de reunir quatro mil mulheres não deixa de exercer grande impacto nas organizações políticas tradicionalmente estruturadas. E ocorreu, no 2.º Congresso, o que não acontecera no 1.º: nos grupos de trabalho, infiltraram-se mulheres portadoras de certas palavras de ordem, impedindo, pela violência verbal, a livre discussão. Incapazes de respeitar o direito democrático de ter dúvidas, querem decidir pelos outros, impedindo o debate, a troca de experiências, a conclusão assumida e não imposta. A ânsia pelo Poder substitui o que fora um esperançoso final do 1.º Congresso por uma verdadeira luta-livre, no fim do 2.º. Além disso, a provável reunião de milhares de mulheres, nos próximos dias 7 e 8, ocasião do 3.º Congresso da Mulher, está, mais uma vez atraindo o interesse de vários grupos políticos que querem impor temas, rompendo assim a unidade que se antevia.

Tais problemas talvez façam parte do processo de avanço do feminismo. Avanço cheio de obstáculos e, quem sabe, até mesmo de retrocessos. O autoritarismo já é nosso velho conhecido e sabemos que seu sucesso é passageiro. A luta feminista está comprometida organicamente com o respeito ao ser humano e só existe porque a mulher deseja ser respeitada integralmente. As pequenas rupturas nada significam, perto do amplo espaço democrático que desejamos ver instalado.

Eva A. Blay é professora-doutora do Departamento de Ciências Sociais da USP, presidente do Centro de Estudos Rurais e Urbanos (Ceru) e autora de diversas pesquisas e livros sobre a condição feminina no Brasil. Integra também o Conselho Diretor da Frente de Mulheres Feministas de São Paulo.

Feminismo**É preciso vigiar o espaço conquistado**

IREDE A. CARDOSO

Um pouco de alegria e muita decepção marcaram a organização do 3.º Congresso da Mulher Paulista que se realiza nos próximos dias 7 e 8. Além dos problemas surgidos com um grupo político, já suficientemente denunciado, vimos inúmeras mulheres mais interessadas em defender pontos de vista das tendências políticas que representam, que propriamente defender a mulher. E isso é lamentável. Um espaço como o do Congresso, conseguido com tanto esforço, com tanta luta, deverá, no futuro, ser constantemente vigiado. E isso exigirá de nós, mulheres, permanente aperfeiçoamento, através de debates, leitura e reflexões.

Sem dúvida, a ignorância de certas mulheres — e algumas delas (poucas) foram eleitas delegadas para o Congresso — é fruto desse insistente preconceito contra o conhecimento, preconceito injustificável, sob a capa do qual esconde-se um profundo desprezo pela mulher das camadas mais exploradas da população. Há, e isto é evidente, forte preconceito contra o que se determinou chamar de "intelectualidade". Fala-se no poder do conhecimento, como se o conhecimento da realidade da mulher brasileira fosse um impedimento para melhor atuarmos sobre a sociedade. Todavia, é através do conhecimento mais exato e profundo de nossa realidade que poderemos entender os rumos de nossa ação e, sobretudo, o quanto é dramática a situação da mulher, mais ainda que a do homem brasileiro. E é o conhecimento de nossa realidade, como mulheres, que nos faz defender com unhas e dentes a necessidade de reservarmos um espaço para nós, que quase nunca somos ouvidas e quase sempre somos tratadas com escárnio e, sem seriedade.

Uma questão que tem sido discutida pelas mulheres, referente a essa colocação, diz respeito aos temas escolhidos para nosso temário. Não queremos discutir a Assembléia Constituinte, porque essa bandeira de luta só tem servido para dividir brasileiros e porque deverá ser debatida em instâncias procedentes, ou seja, os partidos. Não queremos colocar em pauta a discussão sobre Educação, a não ser naquilo que nos toca mais de perto (tais como a formação de guetos tipicamente femininos, nas escolas superiores, e a discriminação que já se exerce na educação da menina). Isto porque há instâncias nas quais a mulher pode discutir a Educação. Nesses temas, ela jamais deverá apartar-se do homem e devemos estar lá e estamos, ativas e presentes, ao lado dos companheiros. É por isso que consideramos divisionismo, querer impingir temas gerais em nosso Congresso. Tais temas devem ser

preservados para a luta conjunta. Quanto ao espaço do Congresso, sabemos que ele é livre também para os homens. Mas não ficamos sabendo de qualquer grupo masculino, representando entidades, que tivessem tentado entrar em nosso congresso.

Entretanto nós, mulheres, estamos com os homens nas outras lutas e queremos que eles venham lutar junto conosco, porque já estamos lutando com eles.

No momento em que houver essa disposição, por parte dos homens, poderemos dizer que encontramos a feliz síntese, que dará à nossa sociedade a medida exata de seu desenvolvimento popular.

Todavia, se esse caminho é o melhor, é também o mais difícil. E a dificuldade está aí, para todos verem: enquanto as mulheres não se informarem, não refletirem, continuarão presas fáceis de toda e qualquer manipulação machista. Trazendo as palavras de ordem de seus partidos ou tendências, estarão invadindo um espaço nosso com as estruturas machistas que as trouxeram, feitas por um mundo masculino, no qual as reivindicações específicas da mulher soam como ecos longínquos, geralmente desconsiderados. Mas estamos dispostas a não nos deixar apagar pela borracha do autoritarismo de certas esquerdas políticas. Uma esquerda caolha, antipopular e contrária às mulheres. Nesse espaço não temos vez e é preciso ter uma visão mais fina de nossa realidade, para não sermos manipuladas com argumentos que parecem, à primeira vista, generosos.

Estamos cansadas de transformações sociais que não nos consideram e, se de um lado, a esquerda caolha nos ignora, de outro, a direita conservadora nos massacra. Nessas vertentes, as tendências convergem, para nos suprir da História, e isso não podemos admitir.

E aqui vai um importante lembrete: o Dia Internacional da Mulher, será comemorado a partir das 15 horas, no dia 8, na praça da Sé. Mais de cinco mil mulheres estão sendo esperadas. Para isso, vários encontros regionais foram realizados, em onze cidades, várias entidades sindicais e estudantis; temos 23 delegadas natas e 170 eleitas, que se reunirão dia 7 no TUCA. Não confundam nosso Congresso com uma festa promovida pelo Conselho Coordenador das Sociedades Amigos de Bairros, a maioria com chefes escolhidos pelo governo, que está sendo marcada, também para o dia 8, no Ginásio do Pacaembu: as mulheres que forem para esse local, usarão duzentos ônibus, terão a presença do prefeito e do governador. Se disserem que este é o Congresso da Mulher Paulista, será uma usurpação. O verdadeiro Congresso da Mulher Paulista não dispõe de ajuda oficial, mesmo porque nossa luta é pela Democracia.

Clube de mães em Embu-Guaçu cria sua própria creche

HELÔ CAPONI

Todos os dias, o "livro da Vida dos Pequenininhos" ganha uma nova história ilustrada: nele, desenhos e composições orais, transcritas pelas monitoras, contam o dia-a-dia de cerca de 30 crianças na Creche dos Pequenininhos, em Embu-Guaçu. Esta é uma creche com características diferentes quando comparada com as tradicionais. Criada há dois anos, ela funciona em uma casa com um grande pomar, muito espaço para as brincadeiras onde as crianças são cuidadas por mães pertencentes à própria comunidade.

A Creche dos Pequenininhos é fruto de um trabalho comunitário de mais de oito anos. "Quando formamos o clube de mães, sentimos que era preciso ter um lugar para as crianças da comunidade. Havia muitos casos de crianças acidentadas enquanto seus pais estavam fora, no trabalho. Então criamos uma pré-escola", conta Regina Souza Fagundes, uma das monitoras da creche. O curso passou a ser cuidado pelas próprias mães, que não recebiam nada pelo trabalho. Ao todo, cuidavam de 120 crianças de diferentes idades.

Mais tarde, com a ação das assistentes sociais da Pontifícia Universidade Católica (PUC) a comunidade sentiu a necessidade de uma creche. Diante da negativa de implantação por parte do Governo do Estado, ela acabou sendo montada pela própria comunidade, com ajuda de donativos de empresas e da Igreja local. Para o pagamento do aluguel da casa, hoje de Cr\$ 6 mil, mais o salários das 4 funcionárias (coordenadora, monitora, cozinheira e faxineira) a creche recebe hoje donativos da LBA-Legião Brasileira de Assistência.

Ei! Eu não
sou mendigo não!
Só estou indo
a uma festa
a fantasia!



F/SP
5/3/81

O pagamento de um pequeno salário às antigas voluntárias foi decidido pela própria comunidade. Esta não é, entretanto, a motivação para quem trabalha na creche e na pré-escola.

Regina, por exemplo, conta como o trabalho lhe foi benéfico desde que há oito anos começou a ajudar as crianças. "Sofria do coração e tinha até sido desenganada pelos médicos. Ficava em casa preocupada, só pensando naquilo. Quando comecei a trabalhar com as crianças, embora contra a vontade de meu marido senti-me outra pessoa. O trabalho com as crianças foi o melhor remédio".

Regina conta ainda que quando foram procuradas pelas assistentes sociais da PUC, o grupo de voluntárias manifestou a elas a preocupação de não estar desenvolvendo um bom trabalho junto às crianças. "Fazíamos as coisas mais por intuição. Organizávamos brincadeiras, festas. Mas como eram crianças de várias idades, não sabíamos se era daquilo mesmo que estavam precisando" diz.

Aceitando a sugestão das assistentes sociais da PUC, as voluntárias frequentaram um curso sobre o método do educador francês Frenet, (educação pelo trabalho) em São Paulo, e hoje desenvolvem o conhecimento na pré-escola e na creche, sem preocupações. "O curso foi muito bom. Aprendemos a nos defender, a entender e a conviver com as crianças e adultos" conta Regina, que junto com outras voluntárias, locomoviam-se de ônibus, de Embu-Guaçu até São Paulo, uma vez por semana, para assistir as aulas.

Com base no método educativo de Frenet, as voluntárias desenvolvem hoje todos os trabalhos. Na creche, as crianças são recebidas de manhã e, além de brincarem, têm uma série de atividades durante o dia para o desenvolvimento motor, mental e social. "Trabalhamos somente com sucata" conta Regina. "É com serragem, folhas secas, palitos de fósforo e outros resíduos que as crianças fazem peças artesanais como cinzeiros, robôs e até enfeitam seus desenhos.

No final do dia, antes de voltarem para casa, as crianças contam histórias sobre o seu dia na creche, que as monitoras transcrevem para o desenho que passa a integrar o "Livro dos Pequenininhos". Fernanda aluna de 6 anos, no dia 30 de janeiro de 1981 desenhou uma flor para o diário. E escreveu "Esta flor é um Deus que veio visitar estas crianças pobres que não têm lugar para morar. O Deus veio em forma de flor cobrir os pobres e ajudá-los".



Alimentação, a base da saúde das crianças da creche.

Professoras da PUC trabalham com comunidade de Embu-Guaçu

"O grupo comunitário de Embu-Guaçu está dando o 'pulo da qualidade' de que fala o educador Paulo Freire. Depois de ficar centrado no seu trabalho, durante quase três anos, quer conhecer outros grupos que estão desenvolvendo trabalhos idênticos". O comentário é da assistente social Mariângela Belfiori, uma das cinco professoras da Faculdade de Assistência Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, que iniciaram o projeto de Trabalho Comunitário de Embu-Guaçu, em 1977.

Mariângela mostra que muitas dificuldades tiveram de ser combatidas para que aquela entidade chegasse ao estágio atual de trabalho comunitário. Entre elas, destaca o problema de liderança, muito comum nas atividades humanas. "Enquanto um projeto não está concretizado pouca gente se interessa. Depois, todos querem comandar, ser o pai da criança" — afirmou.

Em Embu-Guaçu, também ocorreu o fenômeno, que foi combatido pelos integrantes do projeto com uma grande arma: a reflexão. "Houve uma época em que o conflito era tão grande que a palavra de ordem era fechar a creche, a principal conquista do grupo comunitário. Trabalhamos todo o ano passado, discutindo juntos os processos de competição e de conflito. Através da reflexão, eles sentiram que isto acontece também em outros grupos", conta Suzana Rocha Medeiros, hoje coordenadora do projeto.

Como resultado do conflito pela dominação da creche, algumas pessoas acabaram se desvinculando do grupo comunitário. Até mesmo isso foi utilizado como motivo para reflexão, tanto para o grupo como para os desistentes: "Mostramos que a competição existe na família, no trabalho e que o desligamento não soluciona" — comenta Suzana.

As integrantes do projeto em Embu-Guaçu estão utilizando, como método de pesquisa, o da Investigação/Ação. Segundo Carmelita Yzbi, também integrante do grupo, o método diferencia-se da pesquisa formal, pois os resultados são imediatamente consumidos pela comunidade. Como exemplo, ela cita o trabalho feito junto aos jovens sobre problemas de profissionalização. "Quando iniciamos nosso trabalho em Embu-Guaçu, ao nos identificarmos como pessoas da universidade, em resposta, fomos mal recebidos e recebíamos um "não" categórico, caso quiséssemos realizar pesquisas. Mas com a nossa atuação lá, os jovens chegaram inclusive a assumir, mais tarde, uma pesquisa formal, sobre suas aspirações quanto à profissão. Eles mesmos tabularam a pesquisa e depois discutiram entre si as possibilidades de realização dos projetos profissionais de cada um. Em alguns casos concluíram que era irrealizável, que estava fora da realidade" — lembra Carmelita.

O projeto Comunitário teve início em 1977. A Faculdade de Serviço



Com criatividade, as crianças mostram sua gratidão.



A base de um crescimento sadio.



Crianças mais felizes, na creche da Comunidade de Embu-Guaçu.

Social da PUC estava procurando áreas nas quais os alunos do curso pudessem fazer estágio com supervisão dos próprios professores. "Encontramos em Embu-Guaçu uma escola pré-primária, com 120 crianças, cuidada por voluntárias que eram mães pertencentes à própria comunidade e que não recebiam nada pelo trabalho" — narra Suzana. O trabalho interessou às professoras da PUC que iniciaram o projeto, junto com as estagiárias. A intenção do grupo era a de não levar nenhum modelo pronto, mas ajudar a realização das aspirações da comunidade.

"Os desencontros entre instituições e a população acontecem porque na maioria das vezes a comunidade não é ouvida. De repente, são apresentados programas que não interessam à população" — argumenta Suzana. Para ela, a população tem suas próprias respostas para problemas existentes, embora muitas vezes desconheça os recursos disponíveis para chegar a superá-los.

O principal objetivo das professoras da PUC era desenvolver formas de expressão para que a população conseguisse exprimir suas necessidades. Utilizando até mesmo técnicas psicodramáticas, conseguiram seu objetivo. A primeira manifestação foi a da necessidade de uma creche. Com auxílio das estagiárias a comunidade elaborou o pedido à Secretaria de Promoção Social, fazendo um projeto formal, inclusive com orçamento de três empresas, como é exigido.

Embora o grupo comunitário

tenha sido bem recebido pelas autoridades que prometeram a verba para a construção o dinheiro não apareceu e a população decidiu fazer a creche por conta própria angariando recursos junto a empresas, pelo menos para a compra de móveis e utensílios.

Paralelamente a esse trabalho, foram surgindo outros, como o grupo de jovens, que acabou se transformando num movimento de teatro popular. Tendo sempre como ponto de irradiação a creche e o grupo das mães, a comunidade passou também a ter outras aspirações, como a de sair fora da localidade, para conhecer outros pontos da capital.

"Em uma visita feita ao Museu do Presépio e do Folclore, foram observadas discussões riquíssimas entre eles", conta Suzana. "Na maioria migrantes de outros Estados, redescobriram no Museu do Folclore objetos como aqueles que fizeram parte de suas antigas casas. Reconstituindo sua história sentiram que aquilo era importante e passaram a contar para as crianças como funcionava cada objeto e para que servia."

Depois desta visita, feita com auxílio da Prefeitura, que cedeu um ônibus para o transporte do grupo até São Paulo, a comunidade pretende agora conhecer o Museu do Ipiranga. "Como sugestão para a escolha dos locais de visita, levamos para eles publicações sobre turismo" — assinala Suzana. "Mas a forma de preencher o espaço cultural tem que ficar mesmo a cargo da população."

Morre o menor torturado na delegacia

"Meu filho foi barbaramente torturado no pau-de-arara que existe no 21.º Distrito Policial-Vila Matilde. Assim que o vi no Hospital tive a certeza de que ele não sobreviveria. Ele estava eliminando sangue através de uma sonda colocada na altura do tórax; o que comprova que ele tomou violentos socos ou pontapés no estômago. Constatei também que ele já estava sem o pulmão esquerdo, através de radiografias que me foram mostradas por uma médica".

Essas são acusações da enfermeira Marli Pereira Fernandes, mãe de Leonardo Mussi Fernandes, de 17 anos. Seu filho morreu depois de permanecer cinco dias internado na Unidade de Terapia Intensiva do Hospital Municipal do Tatuapé.

Dia 11 último, por volta das 21h30, Leonardo Mussi Fernandes foi internado no Hospital Municipal do Tatuapé em estado de coma e com parada cardíaca. Ele foi conduzido ali por investigadores do 21.º Distrito Policial (Vila Matilde-Zona Leste) que disseram ter ele tentado se suicidar nas grades do xadrez, utilizando o macacão que trajava. O investigador que se identificou como Firmino Prudente disse que Leonardo tinha 19 anos ao fornecer os dados para preenchimento da ficha de internação.

"Achamos estranha a versão dos investigado-

res. O rapaz apresentava, além das marcas na garganta, hematomas na cabeça e marcas em um dos braços. Parecia ser menor de idade e seu estado era lastimável" — disseram funcionários do Hospital, que temendo represálias não se identificaram. Outro fato importante foi o do médico que atendeu Leonardo. "A primeira vista, as marcas no pescoço dele eram de esganadura e não de enforcamento" — disse ele.

Sob a acusação de tentar abrir a porta de uma Kombi, na madrugada do dia 11, Leonardo M. Fernandes foi levado para a Delegacia. O fato ocorreu próximo à casa de uma tia sua, onde passava alguns dias. Ele morava no município de Poá. Quando estava sendo autuado, Leonardo teria dito que era menor. O delegado Fernando Pinto Silva não acreditou e colocou idade aparente 19 anos, já que ele não portava documentos.

Logo depois de sua detenção, sua tia, Aurora de Cassia, esteve na Delegacia e confirmou que ele era menor. Perguntou também o que diria a seus familiares. "Ele volta amanhã e diga que passou a noite com alguma mulher". Essa foi a resposta do delegado, que posteriormente a negou.

À tarde, o menor não apareceu. Seus familiares foram ao Distrito e receberam a



informação de que ele havia sido encaminhado à Febem. Lá, descobriram que não era verdade. De volta à Delegacia, o delegado permitiu que olhassem as celas, na tentativa de persuadi-los de que o menor não se encontrava mais ali. Um dos investigadores pediu, inclusive, uma foto do menor, para que pudesse auxiliar na busca. "Coitado. Nessa hora Leonardo devia estar no pau-de-arara — localizado num compartimento na parte superior da Delegacia" — disseram seus familiares.

"A cela do pau-de-arara é terrível. Sempre que vou fazer o serviço de limpeza ali, encontro vômito e marcas de sangue" — disse uma funcionária da limpeza a familiares do menor.

Depois de detido irregularmente 20 horas, Leonardo foi internado no Hospital Mu-

nicipal do Tatuapé. O fato ocorreu no plantão do delegado Maurício Aparecido Morguti. A versão da Polícia era de que ele havia tentado se enforcar. Durante cinco dias, o menor viveu artificialmente através de aparelhos. Na quinta-feira, dia 19, por volta das 9h30, morreu.

O laudo médico do IML, feito com base na autópsia, feita à tarde do mesmo dia, deu sua morte como "broncopneumonia bilateral, provocada pelo estado comático, resultado de um edema cerebral". O laudo não desmentia e nem confirmava a versão do enforcamento. Deixava a dúvida, como disse um médico, se o menor foi ou não espancado.

Entretanto, seus familiares que não aceitaram o resultado do Laudo Médico, entraram, através do Movi-

mento em Defesa do Menor, com uma ação Judicial contra o Estado. Alegam que o menor estava sob sua guarda. Uma segunda necropsia foi solicitada ao Juiz Corregedor Renato Laercio Talli pela família de Leonardo M. Fernandes. Atendida, a mesma foi realizada na manhã do dia 24, e segundo o médico responsável pelo novo exame, o resultado deverá ser emitido depois do carnaval.

O menor, cujo corpo se encontrava no necrotério do Instituto Médico Legal desde o dia 19, foi enterrado em um cemitério do município de Poá, na manhã do dia 25. Do IML, o cortejo fúnebre passou pelo bairro da Vila Matilde, onde o corpo do menor permaneceu alguns minutos na casa de seus tios, passou em frente ao 21.º Distrito Policial e seguiu para Poá. (Gilberto Lobato)

Dia Internacional da Mulher

A figura da mulher como personagem de um determinado sistema de poder e por outro lado a sua participação como agente ativo no processo histórico tem sido objeto de interesse nas mais diversas partes do mundo.

A tomada de consciência acerca da discriminação em relação à mulher interessa a todos que, na luta pelos direitos humanos, buscam a dignificação da pessoa humana em sua plenitude, posicionando-se contra a opressão em qualquer de suas formas.

Desde há muito observa-se um condicionamento obrigatório, iniciado na infância, determinando papéis a serem realizados pelo homem e pela mulher, estabelecendo-se regras de comportamento distintas para os dois sexos.

A discussão da condição feminina do ponto de vista cultural, político, social e econômico é preocupação de toda a comunidade internacional interessada na construção de uma ordem social justa.

A predominância do homem como traço característico do processo comunitário, gera já no século XIX um despertar de consciência por parte da mulher.

Lentamente, a mobilização das mulheres em torno de seus direitos leva a algumas conquistas, nem sempre admitidas sem reservas.

Em 1919 o Pacto das Nações, que criou a Sociedade das Nações, estabelece que todas as suas posições administrativas seriam abertas indistintamente a homens e mulheres.

Do ponto de vista da organização internacional do trabalho, a Declaração de Filadélfia, de 1944, inscreve a igualdade de direitos de ambos os sexos, compreendendo oportunidades, remuneração e tratamento legal.

Já em 1948 a IX Conferência Internacional Americana, realizada em Bogotá, aprovou a Convenção Interamericana sobre Concessão de Direitos Civis à Mulher, ratificada pelo Brasil, em 1952.

Nesse plano de análise, sob o prisma jurídico formal, importante passo foi dado pela Carta da ONU, cujos preceitos fixam, como norma, a igualdade entre os sexos, consolidados posteriormente pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, erigindo os direitos da mulher dentre os direitos humanos.

A ela seguiu-se a Convenção sobre Direitos Políticos da Mulher, aprovada em 1952, atribuindo a ambos os sexos os mesmos direitos políticos.

Em 1967, ainda sob os auspícios da ONU é aprovada a Declaração sobre a Eliminação da Discriminação contra a mulher, que em seu artigo 1.º estabelece:

"A discriminação contra a mulher denegando ou limitando sua igualdade de direitos com o homem é fundamentalmente injusta e constitui ofensa à dignidade humana".

Por último, cumpre lembrar, nessa digressão histórica, a Resolução n.º 3010 da Assembleia Geral da ONU, de 1972 que instituiu 1975, o Ano Internacional da Mulher.

Vale ressaltar, ainda, que alguns Estados tem consignado em suas Constituições a não discriminação de sexos, como é o caso, entre outros, da República Federal da Alemanha, (1949), da República Popular da China (1954).

Entretanto, em que pese os princípios lembrados, é forçoso reconhecer que, do plano das conquistas formais para o das conquistas reais, vai uma grande distância.

A figura da mulher passiva e pacífica, de invejáveis dotes culinários e prendas domésticas elogiáveis, dócil e submissa ao "status quo" vigente, permanece como condicionante do comportamento feminino.

A discriminação da mulher na sociedade brasileira reflete-se nos mais diversos setores de sua atuação, seja no seio da família, seja nas relações de trabalho ou no processo político.

São frequentes as denúncias referentes à discriminação salarial da mulher.

Do ponto de vista da mulher perante o direito, sobretudo na área do direito de família, apesar das reformas já introduzidas no Código Civil, permanece válida a conhecida afirmação de que o "casamento é a morte civil da mulher".

O princípio consagrado na Constituição brasileira da igualdade de todos perante a lei, sem distinção de sexo, religião ou cor, entretanto, não significa que todos tem os mesmos direitos.

Se, por um lado, a ideologia dominante interessa a postura submissa e não reivindicante da mulher, indispensável à manutenção da ordem estabelecida, por outro, após um período de refluxo posterior à conquista do direito ao voto pela mulher (1930) assistimos ao ressurgimento de um ativo movimento de mulheres, especialmente a partir de 1975, Ano Internacional da Mulher.

Inúmeras Entidades, Associações de Donas de Casa, Clube de Mães, Associação de Pais e Mestres. Comissões de Fábricas, entre outras, tem contribuído para intensa e destacada participação de mulheres nos movimentos sociais dos últimos anos.

Tais movimentos envolvendo reivindicações específicas ou questões gerais, de interesse de todo o povo, trazem como característica inovadora e altamente significativa, a integração de mulheres da classe trabalhadora, bem como daquelas que não trabalham fora de seu próprio lar, numa efetiva participação social.

Há, pois, um promissor despertar de consciência. As mulheres hoje percebem que, também elas, têm um importante papel no movimento social, uma vez que a caminhada em busca de sua libertação, feita de tropeços e acertos, desentendimentos, preconceitos e incompreensões, está intimamente ligada a luta de todo o nosso povo pela construção de uma nova sociedade, mais justa, livre e humana.

M. JAIME

Dia Internacional da Mulher

A figura da mulher como personagem de um determinado sistema de poder e por outro lado a sua participação como agente ativo no processo histórico tem sido objeto de interesse nas mais diversas partes do mundo.

A tomada de consciência acerca da discriminação em relação à mulher interessa a todos que, na luta pelos direitos humanos, buscam a dignificação da pessoa humana em sua plenitude, posicionando-se contra a opressão em qualquer de suas formas.

Desde há muito observa-se um condicionamento obrigatório, iniciado na infância, determinando papéis a serem realizados pelo homem e pela mulher, estabelecendo-se regras de comportamento distintas para os dois sexos.

A discussão da condição feminina do ponto de vista cultural, político, social e econômico é preocupação de toda a comunidade internacional interessada na construção de uma ordem social justa.

A predominância do homem como traço característico do processo comunitário, gera já no século XIX um despertar de consciência por parte da mulher.

Lentamente, a mobilização das mulheres em torno de seus direitos leva a algumas conquistas, nem sempre admitidas sem reservas.

Em 1919 o Pacto das Nações, que criou a Sociedade das Nações, estabelece que todas as suas posições administrativas seriam abertas indistintamente a homens e mulheres.

Do ponto de vista da organização internacional do trabalho, a Declaração de Filadélfia, de 1944, inscreve a igualdade de direitos de ambos os sexos, compreendendo oportunidades, remuneração e tratamento legal.

Já em 1948 a IX Conferência Internacional Americana, realizada em Bogotá, aprovou a Convenção Interamericana sobre Concessão de Direitos Civis à Mulher, ratificada pelo Brasil, em 1952.

Nesse plano de análise, sob o prisma jurídico formal, importante passo foi dado pela Carta da ONU, cujos preceitos fixam, como norma, a igualdade entre os sexos, consolidados posteriormente pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, erigindo os direitos da mulher dentre os direitos humanos.

A ela seguiu-se a Convenção sobre Direitos Políticos da Mulher, aprovada em 1952, atribuindo a ambos os sexos os mesmos direitos políticos.

Em 1967, ainda sob os auspícios da ONU é aprovada a Declaração sobre a Eliminação da Discriminação contra a mulher, que em seu artigo 1.º estabelece:

"A discriminação contra a mulher denegando ou limitando sua igualdade de direitos com o homem é fundamentalmente injusta e constitui ofensa à dignidade humana".

Por último, cumpre lembrar, nessa digressão histórica, a Resolução n.º 3010 da Assembleia Geral da ONU, de 1972 que instituiu 1975, o Ano Internacional da Mulher.

Vale ressaltar, ainda, que alguns Estados tem consignado em suas Constituições a não discriminação de sexos, como é o caso, entre outros, da República Federal da Alemanha, (1949), da República Popular da China (1954).

Entretanto, em que pese os princípios lembrados, é forçoso reconhecer que, do plano das conquistas formais para o das conquistas reais, vai uma grande distância.

A figura da mulher passiva e pacífica, de invejáveis dotes culinários e prendas domésticas elogiáveis, dócil e submissa ao "status quo" vigente, permanece como condicionante do comportamento feminino.

A discriminação da mulher na sociedade brasileira reflete-se nos mais diversos setores de sua atuação, seja no seio da família, seja nas relações de trabalho ou no processo político.

São frequentes as denúncias referentes à discriminação salarial da mulher.

Do ponto de vista da mulher perante o direito, sobretudo na área do direito de família, apesar das reformas já introduzidas no Código Civil, permanece válida a conhecida afirmação de que o "casamento é a morte civil da mulher".

O princípio consagrado na Constituição brasileira da igualdade de todos perante a lei, sem distinção de sexo, religião ou cor, entretanto, não significa que todos tem os mesmos direitos.

Se, por um lado, a ideologia dominante interessa a postura submissa e não reivindicante da mulher, indispensável à manutenção da ordem estabelecida, por outro, após um período de refluxo posterior à conquista do direito ao voto pela mulher (1930) assistimos ao ressurgimento de um ativo movimento de mulheres, especialmente a partir de 1975, Ano Internacional da Mulher.

Inúmeras Entidades, Associações de Donas de Casa, Clube de Mães, Associação de Pais e Mestres, Comissões de Fábricas, entre outras, tem contribuído para intensa e destacada participação de mulheres nos movimentos sociais dos últimos anos.

Tais movimentos envolvendo reivindicações específicas ou questões gerais, de interesse de todo o povo, trazem como característica inovadora e altamente significativa, a integração de mulheres da classe trabalhadora, bem como daquelas que não trabalham fora de seu próprio lar, numa efetiva participação social.

Há, pois, um premissor despertar de consciência. As mulheres hoje percebem que, também elas, têm um importante papel no movimento social, uma vez que a caminhada em busca de sua libertação, feita de tropeços e acertos, desentendimentos, preconceitos e incompreensões, está intimamente ligada a luta de todo o nosso povo pela construção de uma nova sociedade, mais justa, livre e humana.

M. JAIME

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

Jornal: *C.F.F. SP*
Data: *06/03/81*
Pág. *-*

Pasta n.º

N.º do recorte

**Prefeitura vai
abrir creches**

O prefeito Reynaldo de Barros autorizou ontem a contratação de 1.287 funcionários para prestar serviços em 39 novas creches, que deverão entrar em funcionamento no mês de junho. Os estabelecimentos estão sendo construídos na Freguesia do Ó (6), Pirituba-Perus (1), Vila Maria-Vila Guilherme (5), São Miguel Paulista-Ermelino Matarazzo (4), Penha (6), Santo Amaro (3), Mooca (1), Vila Prudente (2), Santana (2), Ipiranga (1) e Itaquera-Guaianazes (8).

Outra autorização do prefeito: construção de mais 11 creches junto a escolas municipais de educação infantil. Essas creches receberão 1.560 crianças e estarão localizadas nos bairros de Campo Limpo, Vila Maria, Vila Guilherme, São Miguel Paulista, Mooca, Pirituba-Perus e Vila Prudente. A concorrência para as obras sairá em março e o prazo de construção será de 150 dias.

Como funciona um berçário



A cada dia que passa, cresce a importância e a necessidade das creches. Essa não é apenas uma reivindicação feminista, é humana. O número de mulheres trabalhadoras aumenta, e as que têm filho enfrentam sempre o mesmo problema: onde e com quem deixar as crianças? Quando nasce um bebê a situação se torna angustiante: é um risco contínuo deixá-lo em mãos incompetentes. Então, o berçário é uma solução. Mas, ainda assim, é uma instituição nova, na qual a mãe nem sempre confia. Ela tem dúvidas: o filho será, realmente, bem tratado no berçário? Haverá atendentes em número suficiente para lhe dar a devida atenção? E, no futuro, ele não terá problemas de ordem psicológica? Essas perguntas todas têm fundamento. Sabe-se da existência de creches e berçários que presta um atendimento precário às crianças. E foi por isso que minha responsabilidade aumentou, quando tive de planejar o berçário da S/A O ESTADO DE S. PAULO. Ele teria de ser o lugar onde as mães gostariam, realmente, de deixar seus bebês. Deu certo, felizmente. E muitas empresas se interessaram conhecer seu funcionamento, tão bom ele é. Bem, hoje escrevo sobre o berçário, desde as exigências, lei até sua rotina de trabalho.

Toda empresa com mais de trinta funcionárias maiores de 18 anos deve ter um local apropriado onde elas possam deixar seus bebês, vigiados e assistidos, no período da amamentação. O local deve obedecer aos seguintes requisitos: a) ter um berçário com área mínima de 3 m² por criança; b) saleta de amamentação com cadeiras ou bancos com encosto, onde as mães possam alimentar seus filhos, em condições adequadas de higiene e conforto; c) cozinha dietética para o preparo de mamadeiras ou suplementos alimentares para os bebês; d) piso e paredes revestidos com material impermeável e lavável; e) instalações sanitárias para o uso das mães e do pessoal encarregado das crianças.

Nosso berçário obedeceu a todas as exigências, e ainda achei que outras se faziam necessárias. Por isso foi baseado em três pontos fundamentais: 1º) ele deveria ter suporte financeiro para a instalação de uma miniorganização hospitalar, para que os bebês ficassem completamente amparados, sob o ponto de vista médico-assistencial. Além disso, as atendentes precisariam ser habilitadas para acompanhá-los,

não só na rotina diária, mas, também, em qualquer emergência que pudesse vir a ocorrer. A empresa atendeu a todos os pedidos. Foi adquirido o material necessário para a hidratação intravenosa (pelas veias); para a oxigenioterapia (tratamentos com oxigênio, tais como inalação, etc.); e pessoal competente foi contratado.

2º) Uma administração e uma rotina bem estruturadas e um regulamento rigidamente obedecido eram fundamentais. E, para isso, conto com uma chefia de enfermagem altamente interessada não só nos cuidados com a higiene dos bebês, mas também com a limpeza e assepsia do berçário, que é desinfetado, periodicamente, com produtos especiais. Chão, paredes e berços — tudo é limpo, religiosamente.

3º) O amor aos bebês é importantíssimo, assim como uma atenção especial ao desenvolvimento psicomotor de cada um deles. Sabe-se que as crianças de creches pouco ativas têm sua evolução psíquica retardada e, às vezes, de difícil recuperação.

Em última análise: dinheiro, amor e dedicação são os três pontos fundamentais para quem quiser montar um berçário de boa categoria.

Como é a vida no berçário

Temos dez leitos e, em média, 60% deles ficam ocupados. Diariamente, eu o visito (sou o pediatra) e, quando há suspeita de uma provável infecção, a criança é imediatamente isolada, tratada, e sua mãe avisada. Diariamente toma banho de sol: isto é indispensável para que o raquitismo seja evitado. Enquanto permanece no berçário, o bebê ocupa sempre o mesmo berço. Cabe à mãe trazer os produtos dietéticos necessários a seu filho. Usamos fraldas descartáveis, que são trocadas sempre que preciso. Também mantemos estoques de vários tipos de leite, além de material dietético pois, freqüentemente, precisamos recorrer a eles. O berçário também fornece todos os produtos de higiene, medicamentos de emergência e sintomáticos.

As mamadeiras e recipientes em geral são esterilizados numa sala asséptica e própria para isso, pois tem todo o material utilizado em esterilização (estufa, produtos para assepsia). Contamos com todos os equipamentos e acessórios para prevenir, ao máximo, qualquer tipo de contaminação. A cozinha dietética também

é dotada de todos os recursos necessários.

Bebê entra depois de exame

Antes de ser admitido, o bebê passa por uma consulta médica. Todas as vacinas para a idade são exigidas. E ele pode permanecer no berçário até os oito meses de idade. Cada um tem sua ficha de identificação, que também informa sobre a mãe. Uma outra ficha é feita para o controle da alimentação. E há também uma terceira, onde todos os sinais vitais são registrados, informando peso, tipo de fezes, urina, vômito, etc. Uma última ficha relaciona os medicamentos que, porventura, o bebê tenha de tomar e que sempre são prescritos por mim.

Modelos destas fichas estão aqui. Através delas se pode ter idéia do controle que é feito sobre as crianças. Resumindo, posso dizer que nossas atendentes de berçário tentam, com muito amor e dedicação, preencher a ausência da "mamãe". E nós, pediatras, estamos em grande campanha no sentido de que as mães não percam a oportunidade dada pelos berçários de empresa de amamentar seus bebês, pois o leite materno é, indubitavelmente, insubstituível.



Formulário de registro médico e nutricional. Inclui campos para: Nº DO REG., Data, Nome da Mãe, Tipo Sanguíneo, e tabelas para registro de sinais vitais (peso, fezes, urina, vômito) e exames laboratoriais (hemograma, glicemia, etc.).

Formulário de prescrição médica e relatório de enfermagem. Inclui campos para: Nome, Data, Prescrição Médica, e um relatório de enfermagem com observações.

Tabela de acompanhamento alimentar. Inclui uma tabela com colunas para horas (08, 10h, 12, 14h, 16, 18h) e linhas para registrar a ingestão de alimentos (T, P, D, V, R, A).

Amamentação: campanha já enfrenta contradições



Da sucursal de BRASÍLIA

Ao mesmo tempo que o governo lança uma campanha nacional de incentivo à amamentação, revistas e novelas de grande audiência feminina recomendam justamente o contrário, desrespeitando o código internacional para comercialização de sucedâneos do leite materno, aprovado por unanimidade pelo Comitê Executivo da Organização Mundial da Saúde exatamente com a finalidade de "controlar a produção, armazenamento, distribuição e publicidade de produtos de alimentação infantil" em seus países-membros, entre eles o Brasil.

"Amamentar é uma escolha. Não é uma obrigação", destaca um artigo publicado recentemente numa revista da Editora Abril, dirigida especialmente às mulheres, ilustrado por receita de como preparar "o melhor e mais forte mingau" de farinha láctea, enquanto na televisão o ator Tarcísio Meira — Juca — apregoa na novela "Coração Alado", as vantagens da mamadeira.

Infringindo todas as cláusulas do código elaborado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância — Unicef — e endossado pela OMS, que entre outras providências estipula que "os sucedâneos do leite materno especifiquem claramente em seus rótulos que a amamentação é superior ao produto", o artigo de 80 linhas envia o seguinte recado às mães: "Se amamentar é um peso, o melhor é dar mamadeira".

Mais adiante, desacata abertamente tanto o código internacional como a campanha veiculada pelo governo por intermédio dos Ministérios da Saúde e Previdência Social, com o apoio técnico da OMS/Unicef, ao aconselhar: "Se você não pode ou não quer amamentar, por que sim? O importante é saber discernir, no bolo de todos os argumentos fornecidos por livros, artigos e especialistas, qual é o seu desejo".

O autor do artigo credita o fato do leite materno secar antes mesmo da primeira mamada, os sangramentos e mesmo a oclusão do bico do seio, à ansiedade vivida pelas mães diante de um dilema "puramente intelectual" na sua opinião: "de um lado elas querem a liberdade com a mamadeira, por outro lado sentem-se culpadas e até convencidas de que, sem seu precioso leite, o neném vai sucumbir aos micróbios do mundo".

Já o Unicef — entidade mundialmente reconhecida — aponta a mamadeira como a principal causadora das diarreias infantis, porque nem sempre bem lavada, além de apresentar notória desvantagem em relação ao leite materno, pois este contém proteínas específicas, imunoglobulinas e outras substâncias imunizantes, que protegem amplamente a criança amamentada, atuando como uma vacina.

Especialistas do fundo ressaltam que, no leite materno, as calorías, vitaminas, sais minerais, proteínas, tudo

enfim, é próprio para a criança que, com tais propriedades, tem plenamente satisfeitas suas necessidades nutricionais na primeira fase da vida. Além disso, todo o açúcar do leite humano é lactose — elemento formador dos açúcares apropriados ao crescimento cerebral, assinala a Unicef, lembrando que de todas as vantagens o leite materno tem mais uma, o fato de ser grátis.

Ao contrário, o leite de vaca ou outro sucedâneo são invariavelmente caros e por isto mesmo excessivamente diluídos para que durem mais, reduzindo-lhes o valor nutricional, argumentam os especialistas, observando que o resultado infalível disto é o ciclo fatal da desnutrição que, se ocorrer nos 18 primeiros meses de vida, provoca deficiências mentais irreversíveis, pelo atrofiado crescimento dos neurônios, condenando essas crianças a seres inferiores.

DESMAME

Quatro fatores são apontados pelo Unicef como os principais responsáveis pelo desmame precoce ou a não-amamentação: falta de preparação das mães, dos médicos e demais pessoas ligadas à área de saúde, lideranças estatais e comunitárias; falta de estímulo à amamentação pelos sistemas hospitalares e de serviços públicos; falta de apoio e de condições que facilitem à nutriz a tarefa de amamentar, tanto em casa como no trabalho; e a avalanche propagandística e outras atividades dos produtores de leite industrializado.

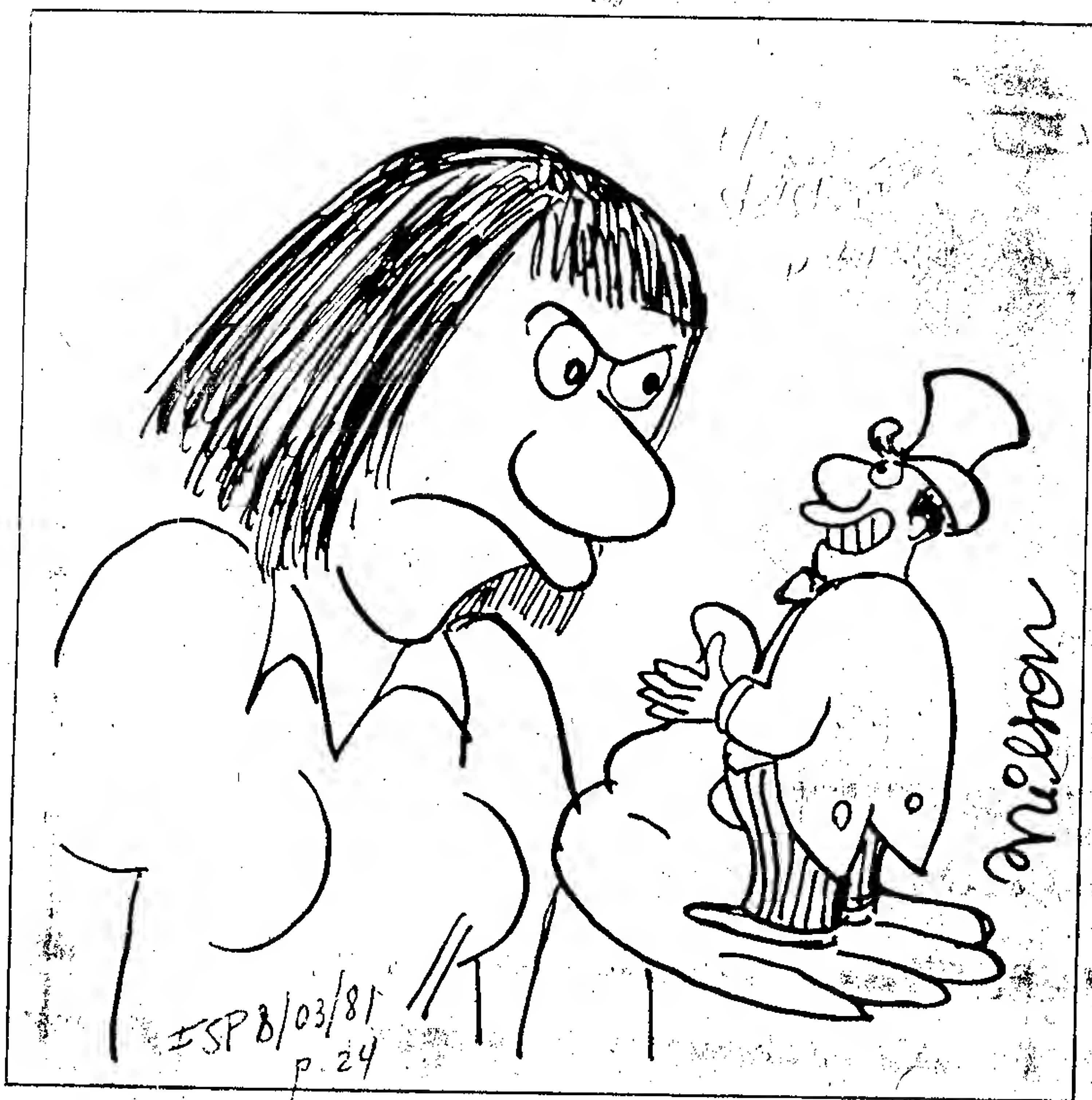
Uma série de estudos e levantamentos comprova o crescimento progressivo dos índices de desmame precoce, fazendo com que cada vez mais os 3,5 milhões de crianças que nascem a cada ano sejam menos amamentadas. Pesquisa realizada no Sul do País, onde até 1940 praticamente todas as mães amamentavam seus filhos, demonstrou que, em 1974, o índice geral de amamentação natural havia caído para 76%; o das mães que amamentavam até o 1º mês, para 39%; até o 2º mês, para 27%; e até o 6º mês (mínimo recomendado pelos nutricionistas), para apenas 12%. Em Recife, constatou-se que o tempo médio de amamentação não vai além de 1 mês, sendo que 25% das mães entrevistadas jamais haviam amamentado, o mesmo acontecendo em Salvador, Ribeirão Preto, São Paulo, Campinas e Pelotas.

O código internacional para comercialização de sucedâneos do leite materno foi aprovado pela OMS no final de janeiro, devendo ser submetido em maio à 34ª Assembléia Mundial da Saúde, em Genebra. A intenção é que suas cláusulas sejam transformadas em legislação nacional incluindo-se todos os setores sociais e econômicos interessados no acompanhamento do mesmo para uma possível avaliação do seu cumprimento em 1983, durante a realização da 36ª reunião da assembléia.



Arquivo

Pressões contra aleitamento



A luta das mulheres é parte essencial da luta geral

Paul Singer

A opressão da mulher é, na verdade, muito antiga e muito geral. Os antropólogos, que estudam todo tipo de sociedades, sobretudo as mais primitivas, têm chegado à conclusão de que o matriarcado nunca existiu. Praticamente desde sempre, o poder e os privilégios se concentram nas mãos dos homens e dos mais velhos, em detrimento das mulheres e dos jovens.

Nas sociedades contemporâneas, a discriminação contra a mulher se sobrepõe e agrava as demais desigualdades sociais. Na classe dominante, a mulher é muitas vezes impedida de participar das atividades mais significativas — as econômicas e as políticas. Basta reparar na quase ausência do elemento feminino no empresariado e nos órgãos parlamentares. Na classe trabalhadora, a mulher sofre todas as agruras da pobreza, sendo a responsável direta pelo sustento da família, dispondo de meios notoriamente insuficientes. A operária e a camponesa muitas vezes carregam o duplo encargo de exercer trabalho remunerado e, ao mesmo tempo, cuidar de todas as tarefas domésticas. Além de tudo isso, a mulher sofre as injustiças da "dupla moral", que enaltece a ubiquidade sexual do macho e a castidade feminina — ainda muito viva e presente, sobretudo entre as camadas populares.

A luta das mulheres contra as muitas formas de opressão de que são vítimas — na família, no trabalho, nas igrejas, nos partidos etc. — é uma parte essencial da luta geral, de todos os oprimidos, contra uma estrutura econômica e social que, por se basear na exploração do homem pelo homem, acolhe e utiliza todas as formas de subordinação e discriminação. Nesta luta, não há qualquer relação de exploração que seja "fundamental", no sentido de que, sendo ela abolida, as demais "automaticamente" tenderão a desaparecer.

Até há algum tempo, predominava a noção de que, no capitalismo, a relação de produção básica — entre capital e trabalho — condicionava todas as demais e que, uma vez eliminada a propriedade privada dos meios de produção, um modo de produção mais igualitário e mais livre tomaria o seu lugar. O problema é que, nas últimas décadas, o capitalismo se transformou muito e a propriedade privada deixou de ser o fundamento da desigualdade e da exploração. No mundo das grandes empresas — estatais e privadas, nacionais e multinacionais — o patrão não é mais o proprietário (que se tornou uma entidade abstrata), embora a desigualdade e a exploração continuem.

Em virtude destas mudanças, a luta contra a opressão não pode mais se limitar à simples estratégia de "tomar o poder para socializar os meios de produção". Em vários países esta estratégia foi aplicada com sucesso mas os seus resultados, em termos de maior igualdade e mais liberdade, foram pífios. Estão aí os bravos trabalhadores poloneses (para não falar dos tchecos, húngaros etc.), para comprová-lo.

O que se verifica atualmente é uma multiplicidade de lutas contra opressões específicas: dos operários nas fábricas e nos sindicatos, dos posseiros no campo, dos jovens nas escolas, dos negros, dos índios, dos homossexuais e — por fim mas não por último — das mulheres. Dos resultados de cada uma destas lutas é que depende o avanço geral ou o que poderíamos chamar de progresso social. Este não pode ser imposto pelo Estado, de cima para baixo. O melhor que o Estado pode fazer é não interferir



a favor dos opressores, é abrir o máximo de espaço para as transformações que se tornam viáveis. É bom lembrar que o Estado, em qualquer regime, é sempre responsável pela continuidade da vida econômica e da ordem social. Quando o Estado se pretende substituir aos movimentos de libertação, instaurando pela força a igualdade formal, ele na verdade perpetua a opressão sob sua forma mais hipócrita. E isso ocorre, apesar da vontade subjetiva dos que ocupam o poder, porque não é possível instaurar a igualdade real sem que os diretamente envolvidos nas relações sociais — as mulheres e os homens concretos — tenham mudado suas consciências, tornando-se aptos a instaurar um outro relacionamento entre si.

A compreensão deste processo e a grande contribuição dos movimentos de libertação à luta contra a opressão. Sobretudo o das mulheres. Estas conquistaram, após longa e árdua luta, seus direitos políticos. Sendo as mulheres maioria da população e, portanto, do eleitorado, supunham as primeiras feministas que o exercício dos direitos de votar e ser votada lhes permitiria alcançar o poder, o qual seria o grande instrumento de libertação feminina. Doce ilusão. A transformação da mulher em cidadã, plenamente equiparada ao homem, afetou muito pouco o relacionamento concreto entre os sexos no plano individual e coletivo. Sem depreciar a importância da conquista da igualdade formal no plano jurídico, ficou claro para as feministas contemporâneas que a luta contra a opressão da mulher exige muito mais do que isso. É preciso mudar o modo como os homens encaram a mulher em geral e as suas mulheres em particular: sua esposa, sua filha, sua mãe, sua colega de trabalho e de luta política ou sindical etc. O que pressupõe que tenha mudado o modo como a mulher encara a si própria e suas irmãs de sexo, adquirindo plena consciência de seus direitos e de sua dignidade como ser humano.

A grande riqueza do movimento feminista é que ele se trava tanto no plano coletivo, das reivindicações políticas e sociais, como no plano individual, da identidade feminina e do relacionamento no microcosmo familiar. Este duplo caráter do feminismo, de movimento transformador de instituições e estruturas e de movimento transformador de consciências, também caracteriza os demais movimentos de libertação, inclusive o movimento operário. Mas, a degeneração burocrática de muitos partidos e sindicatos acarretou a atrofia da sua função conscientizadora, que foi sendo substituída pela submissão do militante comum a uma disciplina hierárquica e alienante. É neste tipo de entidades que se levantam com mais insistência as pretensões à hegemonia dentro do conjunto dos movimentos de libertação, em nome da predestinação revolucionária da classe operária, cuja representação exclusiva se arrogam.

Tais pretensões à hegemonia não cabem, inclusive porque os movimentos de libertação se entrecruzam formando um todo indivisível. Assim como as feministas não podem deixar de participar dos movimentos sindicais, estudantis, de negros ou de homossexuais, é inevitável que operárias, estudantes, negras e homossexuais se façam presentes no movimento de mulheres. Pretender criar, entre estes movimentos, relações de primazia e subordinação só pode enfraquecer o conjunto deles. A contribuição realmente valiosa do movimento de mulheres à luta geral contra a opressão é ser ele mesmo, com sua especificidade e singularidade. Os que se recusam a aceitar este modo revelam uma inclinação ao totalitarismo

Os velhos conceitos estão desgastados

Há sempre um profundo e velado autoritarismo em supor que se sabe a verdade e o caminho certo para os outros. As controvérsias que surgiram na organização do 3.º Congresso da Mulher Paulista são sistematizadas numa (falsa) divisão: entre aquelas mulheres que estão interessadas apenas na libertação do povo (essa entidade abstrata, sem sexo, cor ou idade) e outras, que estariam mais interessadas em olhar o próprio umbigo, numa atitude chamada de pequeno-burguesa, como se conhecer a si mesma fosse privilégio de poucos e atitude sem importância.

Essa briga nos faz pensar muita coisa. Feministas, gostaríamos que a comemoração do Dia da Mulher se limitasse a uma enorme concentração de mulheres no dia 8 de março, algo como um passeio bonito, contra uma ordem masculina, dura, rígida e impensoal. Mas o feminismo nasceu viciado. Falamos de São Paulo, onde atuamos e conhecemos melhor. Quando começamos, lá por 1975, como todo movimento social, tínhamos que definir um interlocutor. Era a fase de auto-afirmação. A direita, refratária a qualquer mudança, era (e é) a inimiga. O feminismo é anticapitalista por excelência. Não há liberdade possível na miséria e na opressão. Além disso, como diz Marcuse, reivindicar um lugar para o feminino é, em si, uma exigência anticapitalista. O feminino, tal como concebido em nossa sociedade, é antítese do espírito capitalista; opõe-se à sua razão, eficiência, competição e produtivismo.

Dialogávamos com a esquerda, nossos aliados. Para eles, no entanto, o problema da mulher era secundário ou irrelevante, face à libertação de toda a sociedade. Ele seria resolvido depois... Era perante esses aliados que pensávamos — devíamos nos justificar; convencê-los de que aquilo que dizíamos era importante. Pagamos um preço. Empréstamos da esquerda sua postura típica de militantes e sua linguagem (especialmente no que tem de doutrinário), usando-as para impor nossas idéias. Na prática, o feminismo negava aquilo

que é sua essência: a exigência da subjetividade no espaço político. Somos feministas porque somos mulheres. Não falamos em nome de... Não somos delegadas, nem redentoras. Somos oprimidas. Se é fundamental a perspectiva de unidade para dar força ao movimento de mulheres, isso não pode impedir que cada mulher fale por si, porque cada uma vive à sua maneira a condição de sexo oprimido.

É importante que as mulheres se juntem, organizadas, em qualquer espaço. Mas tem que ser do nosso jeito feminino de ver e fazer as coisas. Continuamos presas ao aprendizado político e cultural que, precisamente, queremos combater. Está aí a preparação do 3.º Congresso para confirmar. A briga tem a ver com disputa pela hegemonia, poder e direção da massa de mulheres que compõem o movimento feminino hoje — como se alguém tivesse a verdade para dar a alguém. Tudo isso em nome da organização, de um programa de lutas — raciocínio político linear que vem de uma concepção política e modo de ser masculinos.

Nós mulheres somos ligadas ao caos aparente da vida. Falamos ao mesmo tempo, sempre. Somos ligadas à emoção, à intuição, à terra, à fantasia, à magia. Uma concentração de mulheres, descobrindo seu ritmo, ao som de panelas, gemendo suas dores e amores coletivamente, como numa tribo, tornando-a música...

Menos discurso impregnado de conceitos desgastados pelo uso e abuso, menos nomes. Alguma coisa mais primitiva, visceral, como aquilo que nos une a todas e nos faz sentir na carne a dor da perda do amor da outra (oh Yoko, ô Ana do Santo), daquela que vai parar, que a gente reconhece de longe como igual, abaixo ou acima da escala social, na responsabilidade pelos encargos sombrios, subalternos, pelas sempre mesmas tarefas auxiliares, pela insegurança igual à nossa, estrutural quase, de quem foi obrigada a serboazinha ficar quietinha não criar problema, etc.

Aquela que, ao mesmo tempo, morre de inveja. O movimento feminista no Brasil se baseou em Marx, mas ainda não descobriu Freud, sequer para criticá-lo. E, críticas à parte, é preciso reconhecer que a inveja é básica na personalidade feminina. Do pênis? Na verdade, daquilo que o pênis, identificado com o phallus, significa: PODER. Despossuídas, temos inveja do poder. E inveja mal transada acaba vazando na própria mesa onde preparamos nosso pão, que amarga e apodrece. Em lugar de amor, trocamos ódio. A mulher vê a outra como rival. Consegue se solidarizar muito mais com a dor da outra, que as iguala, do que com a alegria e felicidade, que dá inveja.

O feminismo se defronta com a contradição de lidar com o subjetivo (a afetividade), num espaço onde as relações são objetivas e racionais. Atuou principalmente no plano político. Faltou-lhe expressão cultural, embora muitas mulheres se destacassem individualmente neste plano. Talvez, por isso, não houve criatividade na linguagem do movimento feminista. É isso que se busca agora. No ano que passou, fizemos (as feministas) duas passeatas. Numa fomos vestidas de negro: era um ato público em solidariedade às mães da Praça de Maio. Na outra, branco era a cor. Protestávamos contra a violência sexual. Foi bonito; a mudança no visual era uma tentativa de romper com as formas políticas tradicionais. O SOS Mulher, que atende casos de violência sexual, é um passo adiante nessa direção.

Não queremos ser iguais aos homens, competir no mercado de trabalho, essa coisa toda. O papo é outro. Falamos do direito à diversidade, sem desigualdades. Descobrir o feminino, como algo complementar ao masculino, não como seu negativo, sua falta. Criar, inclusive, espaço para que o homem possa ser frágil, emotivo e acabar com seu desempenho de ser humano completo e infalível. Afinal, se algo pode ser dito da es-

sência humana, é que somos todos carentes. Falamos de mudar o homem e a mulher. Sem ressentimentos: o feminismo é uma exigência de amor.

Há maneiras e maneiras de se fazer as coisas. É preciso descobrir a nossa, ligada à tradição ancestral das mulheres. Não ficar servindo de joguetes ao vírus do Poder, quer defendendo posições "populares", à custa de correntes de ferro, que ardem como chibatadas, ou "tradicionais", de um feminismo impregnado de concepções e objetivos de uma política partidária masculina, que não são nossos.

Reconheçamo-nos mulheres: caóticas, solidárias, solitárias, subversivas, impositivas, amorosas, invejosas, sedutoras, inseguras, desamparadas e fortes. Só aí podemos partir e chegar, não tão eficientemente como acreditam os que vêem só a olho nu. Mas chega de Palavras de Ordem, de tentativas de Congressos para tirar Programas de Luta. Tudo isso é velho e está, até visivelmente, contaminado. Feminizar o mundo: a frase é de Yoko Ono.

GRUPO NOS MULHERES: Bró Jatobá, Marina Abreu, Cida Aldar, Márcia Vicente, Cintia Sarti, Maria Moraes, Eliane Moraes, Renata Pallottini, Heloisa Pontes, Sílvia Lustig, Ilana Novinsky, Sonia Barros, Inês Castilho, Vera Mangabeira.

VOZ da unidade

DIRETOR RESPONSÁVEL: Henrique Cordeiro

SÃO PAULO, 06 a 12 DE MARÇO DE 1981 — ANO II — N.º 47 — Cr\$ 30,00

8 de março dia internacional da mulher

MULHER NÃO É
PROPRIEDADE
NEM DE PAI
NEM DE MEREC
NEM DE PATRÃO



simbolo de uma luta de todos os dias!

Nas centrais, a questão feminina no Brasil, hoje

No ABC, início de campanha. Em Santos,
"estado de greve". Veja na pág. 11,
como estão os metalúrgicos paulistas;
na 4, a nota dos comunistas sobre
a condenação de Lula e,
nas 14 e 15, um balanço do Carnaval 81

A saúde tem que ser devolvida ao povo

"Todo homem tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal" (artigo III da Declaração Universal dos Direitos Humanos).

Sabemos que o Brasil destina apenas 4% do seu PIB para o atendimento médico, o que não chega a ser um atendimento à saúde como um direito do povo, mas um atendimento simplesmente à doença que toma conta do povo.

Cuidar da saúde significa preservar e promover saúde, evitando a doença. Mas entre nós a coisa chegou a tal ponto que quando alguém fala em tratar da saúde, entendemos logo que é tratar da doença, pois a saúde já se foi. Somos um povo doente.

Por isso achamos que a Campanha da Fraternidade deste ano deveria se voltar não para a doença, mas para as condições de que o povo precisa ter saúde e viver com ela. Entra então a questão da alimentação, da moradia, o saneamento básico, da educação, do trabalho decente, salário justo, descanso, enfim, participação no poder.

Foi para ajudar nestas reflexões que as Comunidades de Sapopemba e São Mateus fizeram o livrinho "Via Sacra do Povo Hoje" — Saúde para todos, com cinco temas principais, todas elas ilustrando esta página (a primeira é a capa).

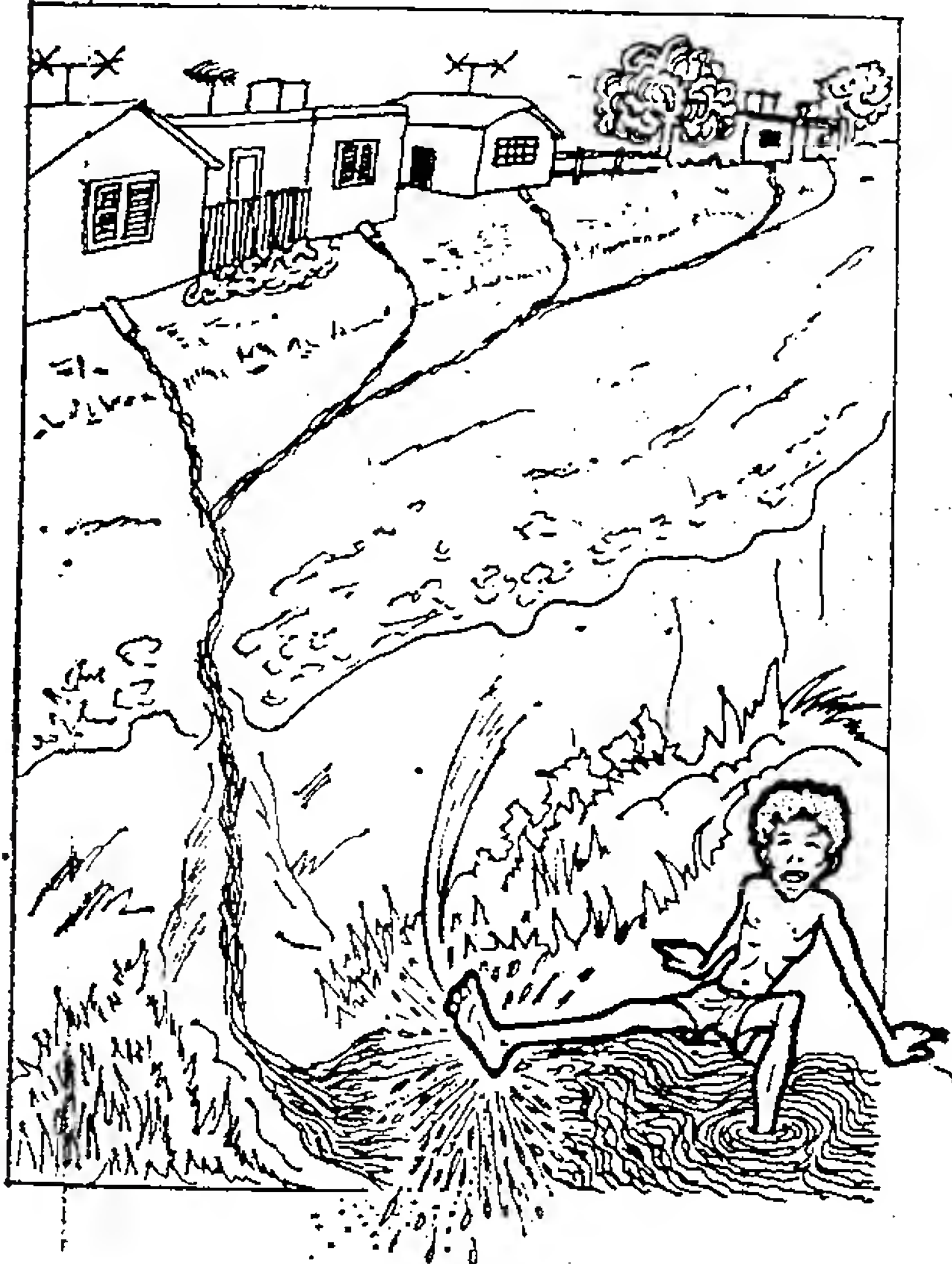
Houve uma tarde de treinamento dos dirigentes com mais de 170 participantes. Foi feito um estudo da realidade da vida da família e do trabalho, como também a resposta que o governo dá a esses problemas. Nesse encontro concluíram:

— Queremos conquistar nossa saúde e viver à Imagem e Semelhança de Deus. Não podemos admitir que ela fique só com uma máfia que tem o apoio do governo, mas tem que ser devolvida para o povo, o povo de Deus.

OSP. 6a 12/81 pg 5
"Saúde para Todos"



SAÚDE E CONDIÇÕES DE VIDA



SAÚDE E FAMÍLIA



Para discutir saúde, o tema da CF em 1981

De cada 10 brasileiros, 7 são desnutridos. Cerca de 500 mil crianças morrem por ano de desnutrição. Em São Paulo, de cada 100 pessoas, 52 são desnutridas. Existem 10 milhões de brasileiros com doença de Chagas. A esquistossomose atinge mais de 12 milhões de pessoas, em nosso País. Só em 1979, houve cerca de 4.673 mortes por acidentes de trabalho, o equivalente a 15 mortes por dia.

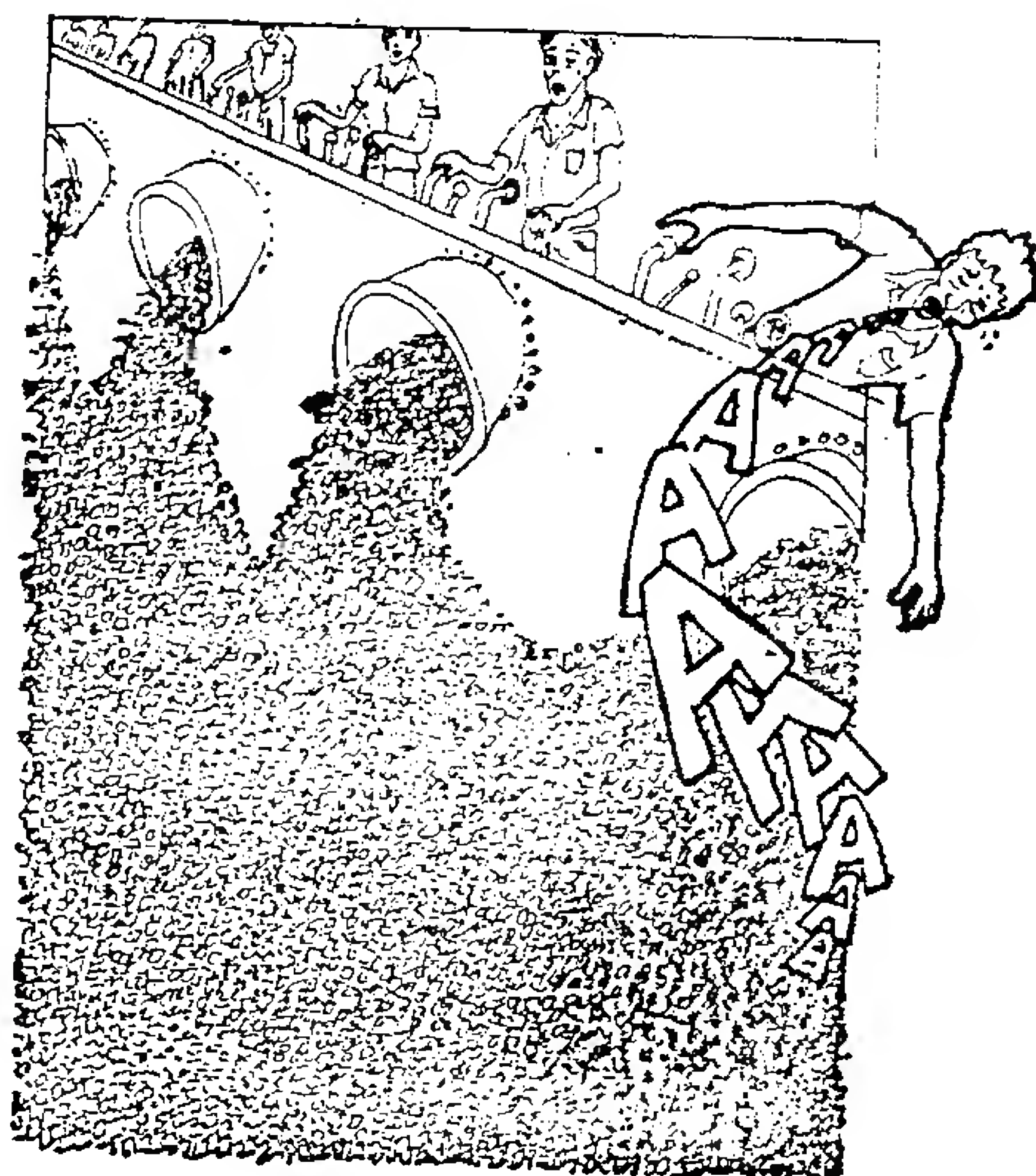
Estes são alguns dos dados mostrados pelo livreto "O Povo Conquistará Saúde!", editado este ano pelas Paulinas. O texto foi produzido pelo Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae, e publicado em 23/11/80, pelo O São Paulo.

Mas, não só pelos dados a respeito de saúde que o texto se reveste de importância. Ele consegue fazer a ligação entre o problema da saúde e as condições de vida da população brasileira, mostrando que há muita coisa a ver entre as doenças que afetam o povo e a falta de saneamento básico, o custo de vida alto, os salários arrochados, a expulsão sistemática do homem do campo, as más condições nos locais de trabalho na cidade e as multinacionais.

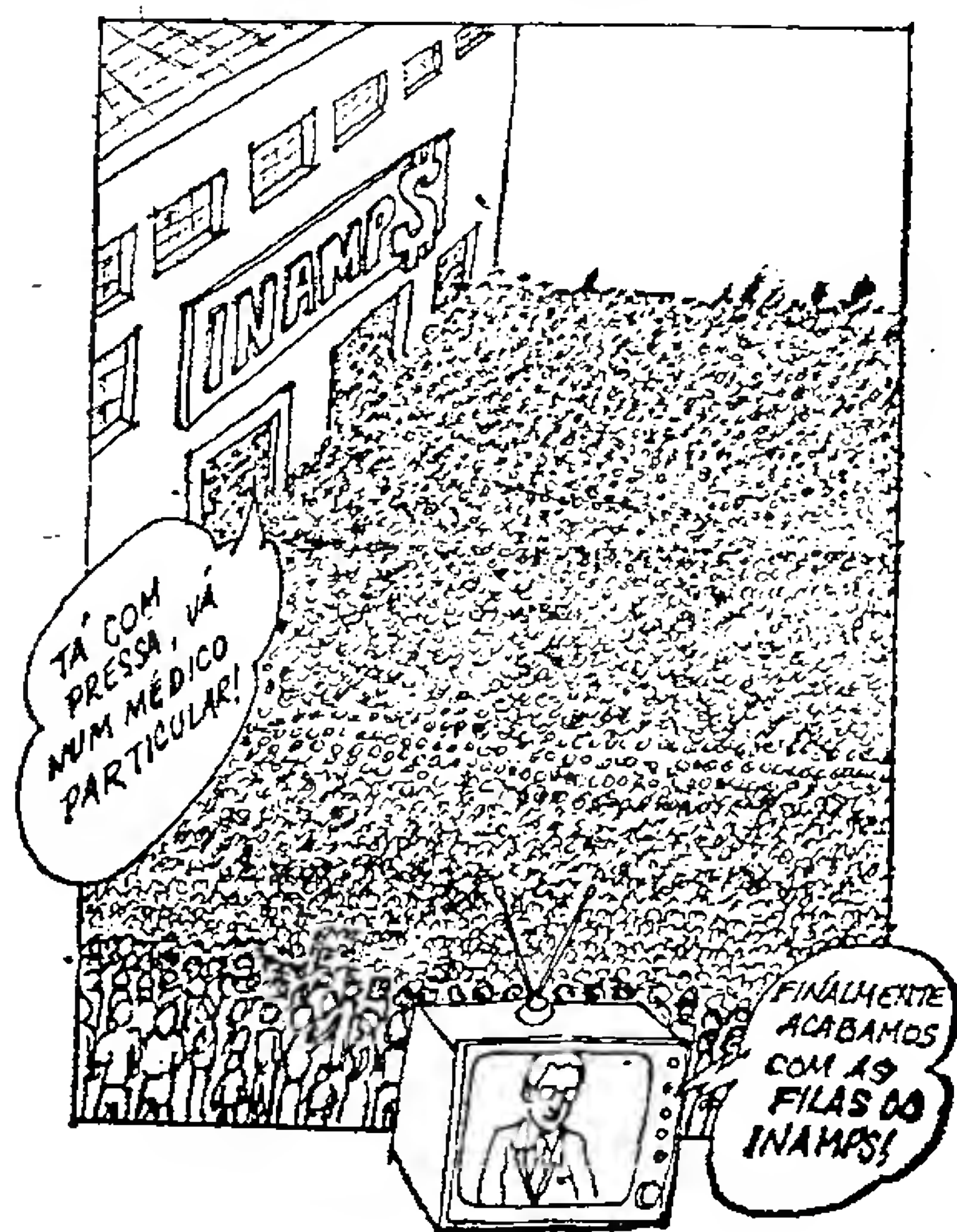
A constatação final do livreto é que o povo brasileiro está doente, e que saúde é muito mais do que não ter doenças: "Saúde é ter uma vida digna, com condições de poder sobreviver sem se humilhar e sem se matar de trabalhar". Na última reflexão do texto, a pergunta é justamente esta: como faremos para resolver o problema de saúde do povo? Para ajudar a encontrar soluções, um trecho do Evangelho de São João, cap. 10, vers. 10. "Eu vim para que todos tenham vida e a tenham em abundância".

O livreto pode ser obtido a preço de custo, na Cúria Metropolitana, avenida Higienópolis, 890, das 8 às 13 h, com a irmã Arminda.

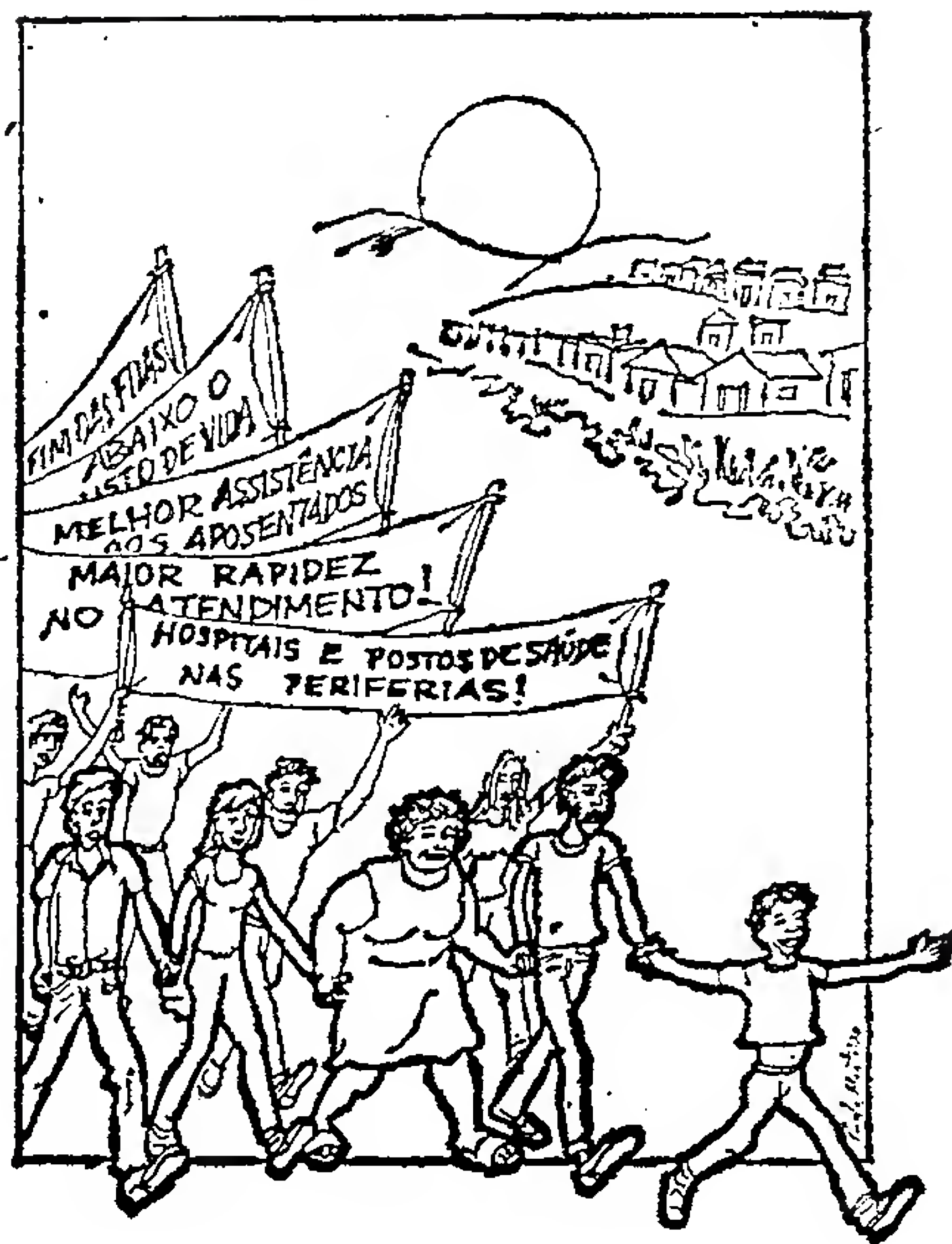
SAÚDE E TRABALHO



"A POLÍTICA DO GOVERNO" PARA A SAÚDE



A LUTA DO POVO



Saúde, uma conquista popular, um artigo do CEAS

Há uma triste concordância entre os vários setores da opinião pública, qualquer que seja seu posicionamento político: o reconhecimento das precárias condições de saúde da maioria do povo brasileiro. As estatísticas são estarrecedoras. Existem no país 500 mil casos ativos de tuberculose, com 30 mil mortes por ano, oito milhões atingidos pela esquistossomose, 10 milhões atingidos pela doença de Chagas, 10 milhões de doentes mentais dos quais seis milhões são crianças... Todas doenças causadas pela fome e pelas precárias condições de habitação. Morrem de desnutrição 500 mil crianças por ano; segundo a FUNABEM existem 25 milhões de menores carentes; mais de três bilhões de pessoas moram em favelas sem saneamento básico. Em 1979, os acidentes de trabalho registrados atingiram o número impressionante de 1.476.056 com 4.673 mortes, ou seja, 15 mortes por dia. E na estatística não entram os dados do campo. Bem dramática é a situação do Nordeste onde existem 27 milhões de vítimas. Mesmo o Presidente Figueiredo reconhece: "Só Deus sabe quando a miséria acabará na região".

Não há necessidade de trazer mais estatísticas para provar uma realidade que aparece com violência e não pode ser negada por ninguém. É mais importante constatar a correspondência entre um modelo econômico altamente concentrador e uma situação de "distribuição" da saúde que privilegia elites e priva a maior parte do povo. Segundo o IBGE, nas famílias com menos de dois salários mínimos, 174 crianças por 1.000 morrem antes de completar o quinto ano de vida, ao passo que nas famílias com mais de cinco salários, este número cai para 70. Foi exatamente durante a época do "milagre brasileiro" que aumentou a taxa de mortalidade infantil. O problema da saúde é antes de tudo, um problema de alimentação. Ora, o poder aquisitivo dos trabalhadores diminui continuamente.

De maio de 1976 para novembro de 1980, os preços subiram de 3,30 para 110,00 (feijão), de 2,00 para 22,00 (Leite C), de 2,75 para 30,00 (arroz), enquanto o salário mínimo passou de Cr\$ 768,00 para Cr\$ 5.788,00. Isso significa que, enquanto o salário mínimo aumentou 7,5 vezes, o feijão aumentou 33 vezes, o leite 11 vezes e o arroz quase 11 vezes.

Foi diante dessa situação que a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, que promove anualmente a Campanha da Fraternidade, decidiu em 1981 abordar o problema da saúde. "Saúde para todos" é o lema que irá orientar os trabalhos das paróquias e das comunidades de base do Brasil inteiro.

Saúde significa bem-estar, vida digna, condição de poder viver sem se humilhar e sem se matar de trabalho, situação de justiça e de paz. Neste sentido a conquista da saúde é um tema político, pois o processo visando a saúde para todos é um processo de libertação. É também, um tema teológico, pois saúde e salvação têm a mesma raiz, o mesmo conteúdo, significando a primeira o aspecto terrestre da segunda.

O Governo, por sua parte, é forçado a se ocupar com o problema da saúde do povo. Entre as recentes iniciativas há um projeto de integração das atividades entre o Ministério da Previdência e Assistência Social e o de Saúde — PREV-SAÚDE (Programa Integrado de Ações Básicas de Saúde). Pretende organizar melhor o setor do atendimento médico no Brasil.

Faz parte de um conjunto mais amplo de programas de intervenção social que acompanham a "abertura" política do Governo, visando a "amenizar" o sofrimento das populações carentes do meio urbano e do meio rural. Tais programas, à primeira vista, levantam uma esperança de melhora para o povo, considerando os grandes recursos de que dispõem e o gabarito téc-

nico da elaboração dos projetos. Contudo, é necessário analisá-los com espírito crítico.

Em primeiro lugar, apesar de insistirem na relação com a comunidade e com sua "participação", podemos perceber um objetivo mais de "controle". De fato, outra palavra bem reveladora encontra-se nos documentos, a palavra "integração". A perspectiva não é de impor à comunidade novas formas de organização, mas de ampliar e melhorar as existentes. O que significa o desejo de controlar, de alguma forma, sindicatos, igrejas, associações de bairro, clubes de mãe, grupos de jovens, etc., grupos para-políticos, todos — segundo o estrategista do regime, Gal. Golbery do Couto e Silva — perigosamente à margem dos canais oficiais facilmente controláveis pelo Governo. Além disso, os fatos são claramente reveladores: assistentes sociais, técnicos, funcionários das Prefeituras e dos Governos estão penetrando nestes grupos com o claro objetivo de controlar.

Em segundo lugar, tais programas escamoteiam o problema principal o atual modelo econômico-político como causa fundamental da situação social que os mesmos projetos lastimam. É evidente que — mesmo mencionando objetivos relacionados com a melhora do emprego e da renda — a ação educativa desenvolvida fica bem condicionada por essa perspectiva limitada e mais uma vez, terá como resultado um reforço para o regime. A saúde só pode ser encontrada em justos salários e não na esmola; no emprego e na terra para todos e não em planos assistencialistas.

Voltando ao Prev Saúde, concordamos com as críticas levantadas pelo CEBES (Centro Brasileiro de Estudos de Saúde), a despeito de alguns justos objetivos que se declaram para o Programa.

"Falta uma clara definição das relações entre o setor público e o setor privado na presta-

ção de serviços de saúde. Não havendo uma explicitação clara de que a rede de serviços básicos deva ser porta de entrada única do Sistema de Saúde, poderia haver uma expansão dos níveis secundário e terciário de assistência, onde atua o setor privado, contribuindo para uma crescente privatização da política nacional de saúde com suas consequências anti-sociais. Também, não fica garantido o acesso da população a outros níveis do sistema, operados preferencialmente pelo setor privado". Já sabemos que o INPS montou a maior parte de seu funcionamento através de empresas de saúde e hospitais particulares que visam o lucro e não o bom atendimento, desenvolvendo uma verdadeira indústria da doença.

Isso vale particularmente em relação às indústrias dos remédios. No Brasil, os 20 maiores laboratórios são todos multinacionais. Calcula-se que existam mais de 20.000 remédios no Brasil, quando, em 1979, a Organização Mundial da Saúde achava que os medicamentos essenciais são apenas 251.

— Há uma concepção distorcida de "participação comunitária", encarada no máximo como atividade auxiliar na "superação de eventuais manifestações de insatisfação, gerada por desempenhos deficientes dos serviços de saúde" e eliminando objetivos mais amplos.

É fácil concluir que estamos diante de mais uma sigla que se acrescenta às outras (INPS, INAMPS, LBA, FUNABEM, IAPAS, PROTER-RA, PRONAN, PROMORAR), visando mais medidas paliativas e circunstanciais. Essa tal de "abertura social", não só não mexe com modelo econômico-político, mas também deixa intata a estrutura fundamental do modelo de saúde.

Diante desse quadro, mais uma vez, aparece como fundamental a iniciativa popular. É o próprio povo que deve conquistar a saúde.

Voluntários dão ao menor o amor que lhe falta

ANTONIO GONÇALVES FILHO

Considerar que o problema do menor abandonado é de responsabilidade exclusiva do Estado é uma atitude cômoda assumida pela comunidade, capaz de causar sequelas irreparáveis, já que as entidades oficiais podem até atender satisfatoriamente às necessidades materiais mas não transmitem o essencial para a formação das crianças — amor.

Este é o pensamento da presidente da Sociedade de Voluntárias da Febem, Ligia Bove, que há cinco anos assumiu o compromisso de dirigir essa entidade, fundada com o objetivo de impedir que as crianças assistidas pela Fundação sejam afetadas pelo processo de confinamento compulsório e, em função disso, marginalizadas.

Assim, seu trabalho é o de outras quatrocentas voluntárias ligadas à associação, tem sido o de preparar para o convívio social os menores recebidos na Unidade de Triagem I da Febem (Unidade Sampaio Viana), tarefa que, segundo ela, não tem sido muito fácil.

“Uma criança cuidada pela Febem carrega um estigma que a sociedade lhe imputou, além de ser, não raramente, problemática, em razão do contexto em que é criada. Não que o tratamento a ela dispensado na Unidade I seja inadequado; o fato é que se torna impossível um atendimento personalizado e o acompanhamento individual num lugar onde estão internadas 560 crianças” — explica Ligia Bove.

Ela acredita que o trabalho voluntário tenha ajudado muito na solução de casos complexos como o do menino Miguel, que aos nove meses não respondia a qualquer estímulo externo, nunca havia sorrido, enfim, tinha um comportamento bem diverso dos meninos de sua idade. Quem cuidou do garoto foi a economista Irene Siffert, que comanda o setor de Orientação Técnica da Sociedade de Voluntárias.

ESFORÇO COMPENSADO

Irene dá seu depoimento sobre Miguel:

“Os técnicos e pedagogos da Febem chegaram a um consenso de que as teorias conhecidas a respeito de crianças que se alienam do mundo externo não seriam de grande utilidade para fazer com que o menino se integrasse no mundo real. A criança havia sido abandonada quando nasceu, e tive de me dedicar quatro meses a Miguel para que ele pudesse chegar a um comportamento considerado normal.

“O esforço, porém, compensou. Certa vez, quando descia uma escada com ele no colo, o garoto sorriu, pela primeira vez. O estímulo foi tão grande que me esforcei para que ele recuperasse o tempo perdido, já que o menino nem ao menos conseguia manter o pescoço rígido. Por ser uma criança muito bonita, foi logo adotada, mas isso não teria ocorrido antes desse atendimento individual, pois os casais que pensavam em adotá-lo imaginavam que seu problema era retardamento mental.”

Aliás, é o que acontece frequentemente nas unidades da Febem. O confinamento torna as crianças arredias, desconfiadas, com propensão ao isolamento e à alienação, fazendo com que, muitas vezes, sejam identificadas como excepcionais. Para a voluntária Irene Siffert, a assistência proporcionada pelos técnicos e pedagogos da Febem é insuficiente para alterar essa situação.

“As voluntárias, sim, que podem dispor de tempo, têm condições de despender um atendimento individualizado às crianças, nem que esse se restrinja a duas ou três visitas semanais.

TREINAMENTO

Qualquer pessoa pode se tornar voluntária da Febem. Atualmente, a entidade conta com a ajuda de 400 voluntários, entre donas-de-casa, profissionais liberais, estudantes universitários e até adolescentes, que têm realizado um trabalho considerado “excelente” pela presidente da associação. “Eles têm uma identificação muito grande com as crianças e o negócio é recíproco. Por serem jovens, eles se relacionam de uma forma muito dinâmica e mais próxima das crianças”.

Neste mês, a Sociedade promoverá seu primeiro curso regular para arregimentar novos voluntários, a partir de 16 anos de idade. Até agora, essa arregimentação era feita apenas através de contatos verbais entre as voluntárias e eventuais interessados, que recebiam treinamento de quatro aulas para trabalhar com as crianças, mas o contingente foi se reduzindo e hoje o número de voluntários é insuficiente para atender aos menores.

Os candidatos a voluntários só precisam destes requisitos: capacidade de amar crianças e seis horas disponíveis por semana, além do compromisso de trabalhar durante três meses, no mínimo, na Unidade Sampaio Viana da Febem, à rua Angatuba, 756, onde as entrevistas estão sendo feitas diariamente.

“Por enquanto — diz a presidente — a Sociedade só atende a crianças entre 0 e 6 anos de idade. Há um trabalho paralelo que desenvolvemos na UT-1, de apoio a menores gestantes internas da Febem, no sentido de valorizar a vida e mostrar a importância do ser humano.

“Nesse pavilhão, que já recebeu meninas gestantes de até 12 anos de idade trabalham apenas voluntárias habilitadas profissionalmente (psicólogas, sociólogas, professoras), e lá são ministradas aulas de expressão corporal, loga, culinária, corte e costura e até balé”.

Há algum tempo, as voluntárias também desenvolviam experiências com menores infratores, mas, como a sociedade não é, basicamente, assistencialista, ele passou a ser executado exclusivamente por assistentes sociais da Febem e pela Pastoral de Saúde.

A Sociedade de Voluntárias da Febem criou, na própria Unidade Sampaio Viana, uma oficina para recuperação de brinquedos doados às crianças da Febem, que funciona com a ajuda tanto dos voluntários como de outras pessoas não ligadas diretamente à associação.

Para este ano, o plano mais ambicioso da Sociedade é a instalação de um "play-ground" na unidade. Uma arquiteta, também voluntária, elaborou projeto para o aproveitamento de uma área ociosa na UT-1, que deverá ser ocupada por uma piscina e brinquedos pedagógicos. Para a sua realização, a sociedade deverá canalizar parte dos recursos captados pelas voluntárias (o restante é destinado às famílias sem recursos que mantêm seus filhos na Febem e compra de materiais suplementares habitualmente não fornecidos pela Febem às crianças).

“É absurdo abertura sem os trabalhadores”

Representante da FSM acentua proposta de unidade dos trabalhadores e comenta o desgaste internacional do regime brasileiro por condenar quem exerce direito de greve

06/03a 12/3

81

p. 6.

Presente no Brasil em nome da Federação Sindical Mundial, de quem trouxe a solidariedade aos grevistas do ABC julgados com base na Lei de Segurança Nacional, Mário Ramos concedeu entrevista exclusiva a Pedro Célio, da Voz. Abaixo estão suas principais declarações sobre o julgamento de Lula e seus companheiros, sobre as iniciativas da FSM para contribuir na sua absolvição e também sobre o sindicalismo internacional, onde destaca os “ensinamentos políticos das greves polonesas, para corrigir os vários erros cometidos pela administração socialista na Polônia”.

Como tem sido a repercussão no Exterior do enquadramento dos dirigentes sindicais brasileiros, com base na LSN?

— As repercussões vêm desde o tempo em que os trabalhadores do ABC se puseram em greve, há três anos. Existe, praticamente em todo o mundo, uma onda de solidariedade para com os grevistas e para com suas reivindicações, que aumentou por ocasião do julgamento. E, é evidente, cresce em vários países o protesto contra o arbítrio do governo brasileiro. A própria FSM enviou comunicados a muitos órgãos de imprensa na Europa e contactou as instituições responsáveis do Brasil, solicitando a absolvição dos companheiros. Tratamos de registrar junto à Organização Internacional do Trabalho esse fato, que constituiu uma violação às convenções internacionais da OIT, especialmente no que diz respeito aos direitos sindicais, ao direito de greve, hoje consagrado na carta da ONU como um dos direitos dos trabalhadores. Neste particular, a viagem de Lula à Europa e aos EUA foi muito boa, pois mostrou a parcela da opinião pública mundial como é o regime do Brasil, que quer fazer abertura sem incluir nela os trabalhadores. Absurdo!

Mudando de assunto, em vários países se discute a estruturação do sindicalismo, quanto à unificação dos trabalhadores, confrontando-se concepções de unidade e de pluralismo sindical. Como a FSM se coloca nessa questão?

— A meu ver, o pluralismo deve existir (e existe de fato) quando os trabalhadores procuram formas unitárias de se organizar. Nos países com estrutura sindical horizontal há vários sindicatos para categorias diferentes, como os da metalurgia, agricultura, química etc. Agora, o que não podemos aceitar é a divisão do movimento sindical. Os interesses da classe operária e dos trabalhadores são idênticos: se há ameaça de desemprego, se aumenta o custo de vida, se os salários são baixos, se a repressão se faz sentir nas empresas etc., isto diz respeito a todos os trabalhadores, não apenas aos trabalhadores socialistas, ou cristãos, ou comunistas.

Essa questão ganha vulto no sindicalismo dos países capitalistas. Mas outro fenômeno apresenta-se hoje no sindicalismo internacional, quando vemos reivindicações de autonomia sindical também em países socialistas, como é o caso particular da Polônia.

— Nosso ponto de vista, claro, é que os sindicatos devem ser autônomos, não podendo ser correntes de transmissão dos partidos políticos. Mas eles devem se encontrar, participar e serem parceiros do poder político, contribuindo para que esse poder conheça a realidade do país e o que existe na classe operária para melhor elaborar as medidas necessárias aos interesses dos trabalhadores. Na maioria dos países capitalistas o poder político não conta com a participação dos sin-

dicatos na gestão do Estado e na planificação econômica. Isto acontece porque aí o poder político e econômico está a serviço dos grandes monopólios, cuja intenção é obter lucros máximos, contrários à classe operária.

E quanto aos fatos que vêm marcando o sindicalismo polonês: o surgimento do “Solidariedade”, o papel de Walesa etc.

— A Polônia é um caso específico como país socialista, onde de fato foram cometidos erros no nível político e a burocracia tomou conta do aparelho sindical. A reação tomada pela classe operária polonesa foi justa e oportuna, chamando a atenção dos dirigentes políticos para a situação, de modo a corrigir os erros, fazendo avançar o socialismo e excluindo de vez a idéia de movimentos grevistas como oposição ao socialismo. Em suma, a classe operária interveio para corrigir um caminho que estava errado. As greves trouxeram ensinamentos políticos que contribuirão para corrigir erros do governo polonês.

O que nós colocamos em questão é que forças alheias ao socialismo, aproveitando-se dessas fraquezas, tentaram controlar — e controlam em certa medida — o movimento do sindicato “Solidariedade”. Tem gente na direção do “Solidariedade” que nada tem a ver com a classe operária, que não é operário e não vem das fábricas. Entraram com dinheiro, material de imprensa e outros recursos vindos de entidades sindicais as mais reacionárias do mundo, como a AFL-CIO norte-americana.

Mas como uma classe operária evoluída politicamente, como você disse, e no poder, se deixa enganar por pessoas que são anti-socialistas?

— Eu acho que não se deixou enganar, e que continua a crer no socialismo. Vejamos as coisas devagar. O "Solidariedade" até hoje não realizou um congresso e sua direção ainda é a mesma saída das primeiras greves. Estou certo de que quando se realizar um congresso e todos participarem, a classe operária não optará pelo retorno ao capitalismo. As conquistas sociais na Polônia socialista são muito reais para os trabalhadores, na área de assistência social, garantia de emprego, de repouso, habitação (que não chega a cinco por cento do salário) e muitas outras conquistas que no capitalismo não passam de sonhos.

Por outro lado, não é verdade que 10 milhões de trabalhadores, como se diz, estão aderindo ao "Solidariedade". Pelo contrário, é cada vez maior o número de operários que integram as comissões coordenadoras ou os sindicatos normais na Polônia. Acredito que a tendência é de os membros do "Solidariedade" retornarem também a esses sindicatos, pois não se conseguiram criar estruturas que resolvam os pequenos, normais e cotidianos problemas verificados dentro das empresas.

Um congresso das mulheres

OSP- 6212/3/81 pg 6

As mulheres paulistas estarão reunidas no seu 3.º Congresso, no sábado, 7 de março, a partir das 8h00 na PUC. No domingo, 8/3, haverá uma grande manifestação na Praça da Sé, às 15h00, para lembrar as 129 grevistas da fábrica Cotton, em Nova Iorque, que morreram queimadas em 1857.

Desde o início de sua preparação, o Congresso tem provocado muitas polêmicas, que não surgiram este ano. Já no 2.º Congresso, alguns grupos tentaram tumultuar o encerramento, feito às pressas. Esta mesma facção além de tentar convocar um congresso paralelo, este ano, teve uma conduta bastante criticada nas reuniões preparatórias.

Entrevistamos algumas mulheres que moram na periferia e trabalham nos clubes de

mães, há bastante tempo, sobre o assunto. Elas disseram que as brigas "políticas" acabaram fazendo com que muitas mulheres da periferia desistissem de participar.

Lurdes Cardoso de Andrade, dona de casa, mãe de dois filhos e moradora da Vila Aurora, faz parte da diretoria da Associação Feminina da Zona Norte. Sua grande queixa é a forma como se deram as reuniões preparatórias do Congresso. "Foi um tumulto muito grande. Até agora, sempre tem gente para tumultuar. E, não adianta tapar o sol com a peneira: é o pessoal do Hora do Povo", diz ela. Segundo o relato de Lurdes, as comissões de trabalho tardaram a sair, sobre os temas que a Zona Norte escolheu (Mulher e Saúde, Mulher e Trabalho e Mulher na Sociedade), por causa das

discussões intermináveis, às vezes, sobre um pequeno detalhe.

Algumas reuniões duraram mais de seis horas: "Elas vencem a gente pelo cansaço, não deixam ninguém falar, só elas estão certas. Mas, se a gente tá querendo viver uma democracia, não é assim, né?" as intervenções são feitas em nome de muitas entidades, segundo Lurdes, que também questiona este fato: "Como elas podem falar em nome de tantas entidades? Você só num lugar não consegue representatividade sempre. O trabalho com as mulheres é um negócio lento, dá muita mão-de-obra".

Maria José, empregada doméstica diarista, participa do clube de mães da Igreja do Parque Santo Antonio, em Vila Remo. Muitas de suas críticas são semelhantes às de Lurdes:

as mulheres mais timidas não têm conseguido falar nas reuniões preparatórias e há muita discussão inútil.

"Só elas acham que estão certas", diz Maria José. "O que as outras falam, não tem valor. Elas trazem coisas prontas, já decididas, e brigam por isso. Mas, nós sabemos que não é com briga que resolve. Muitas mulheres que participam do clube desistiram de participar por isso. Fica um grupinho discutindo, o resto calado, sem vez".

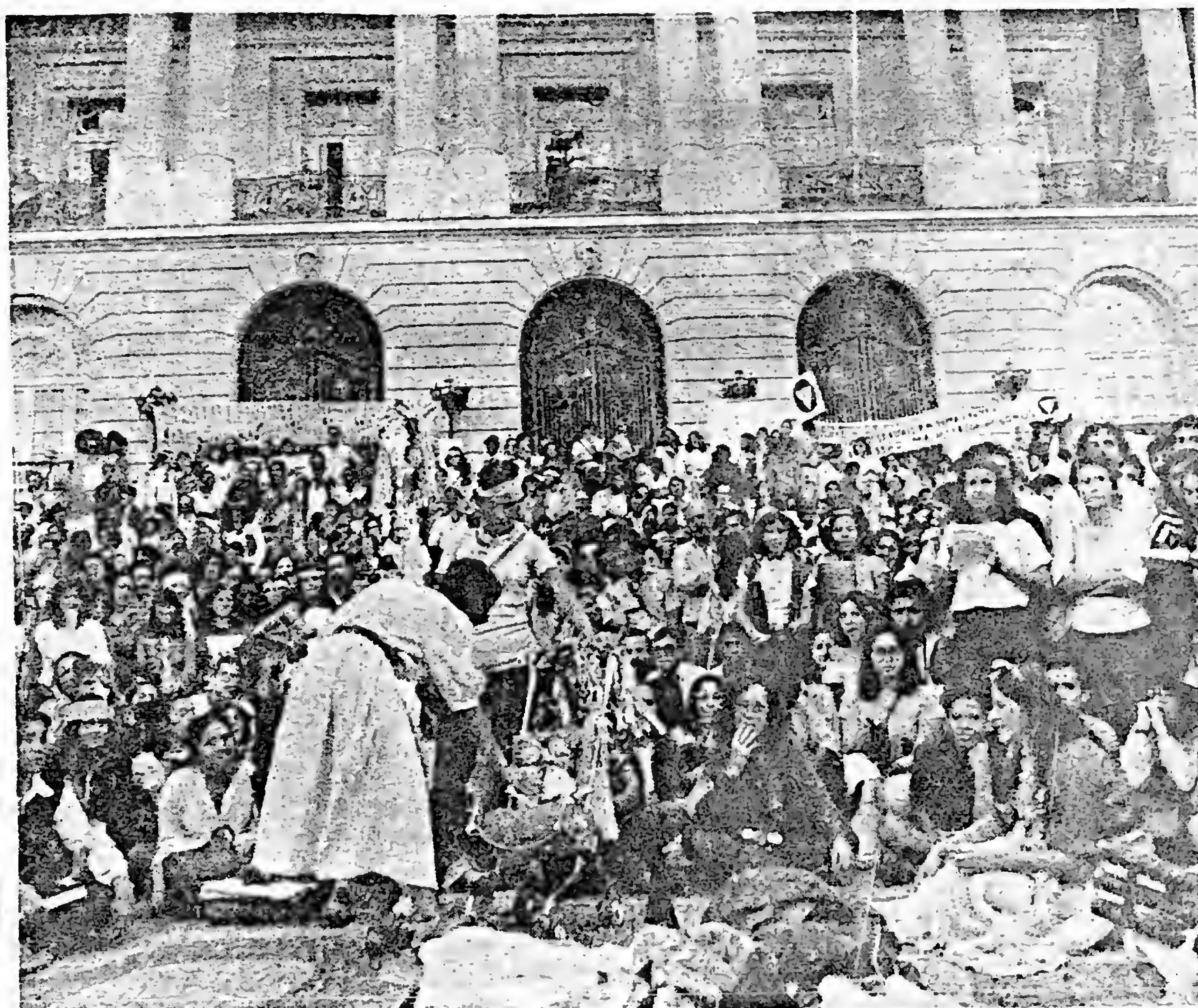
Mesmo assim, Maria José conseguiu reunir um grupo de 30 mulheres no bairro, para participar, no sábado passado, do encontro regional no sentido de escolher os temas principais e as delegadas ao Congresso.

Também Luzia, dona-de-casa do Clube de Mães do Jardim Mi-

riam, no Setor Cupecê, insistiu na importância da participação das mulheres dos bairros neste Congresso. "Não é hora de desmontar o trabalho com briga. É hora de unir, para fazer o Congresso da Mulher ter mais gente participando. Precisa somar forças e não ficar cada um defendendo sua tese. Porque o que acontece é assim: uma competição, cada qual defendendo sua opinião. Alguma pessoa do povo que aparece por lá, fica meio assustada. Depois de uma reunião dessas, eu cheguei em casa com uma dor de cabeça daquelas, só fiz foi deitar. Acho que essas mulheres tinham que ter consideração com o povo. Quando fazem isso, estão fazendo mal para o povo, que vai desistindo da luta, não ao adversário". (Jô Azevedo)

Jornal: *Os 90 Anos*
Nº: *6212* / *03/81*
Data: *03/81*
Pag.: *6*

Folha nº:
N.º do recorte:



Eleitas delegadas para o III Congresso da Mulher na PUC

O III Congresso da Mulher Paulista teve início, efetivamente, no dia 22 de fevereiro, reunindo, aproximadamente, 5.000 mulheres. O caráter democrático e unitário com que se desenvolveram os trabalhos refletiu todo o esforço de organização do movimento de mulheres — um processo iniciado em 1975, passando pela realização de dois congressos anteriores. Esse caráter foi construído sob o regulamento traçado pela III Coordenação, coerente com a proposta de organização aprovada no II Congresso: a realização de encontros regionais e de categorias profissionais, com eleição de delegadas para o Congresso do dia 7 de março e manifestação pública no dia 8 — Dia Internacional da Mulher —, a ser realizada na Praça da Sé.

Essa proposta de organização surgiu da experiência do Congresso anterior, quando se reuniu um número muito grande de mulheres, mas que apesar de ter tido aspectos positivos, dificultou a discussão mais profunda de formas de encaminhamento das bandeiras dele tiradas. Neste ano, a nova concepção do Congresso comprovou sua eficiência em todas as áreas. A participação foi expressiva, particularmente nas zonas Sul e Oeste, onde mulheres do povo compunham grande parte das que lá estiveram. No Interior, a preparação para o III Congresso também foi um importante momento de aglutinação das mulheres, como em Sorocaba, Santos, Litoral Norte, Santo André, Osasco, Campinas, Valinhos e sobretudo Mauá, que contou com a participação de mil mulheres.

Nestes encontros preparatórios das regionais ficou comprovada a preocupação com relação à política do governo sobre o controle da natalidade, repudiado pela totalidade das mulheres. Todas reivindicaram uma autonomia da comunidade no seu planejamento familiar. A maioria não pretende ter o aborto legalizado sem antes haver uma maior discussão sobre a questão, que permita maiores esclarecimentos à população. Nos encontros, porém, ficou claro que os diferentes setores da sociedade têm preocupações próprias à sua realidade. As categorias profissionais levantaram problemas como estabilidade da gestante após o parto, necessidade de quadros de carreira, divisão das responsabilidades no atendimento aos filhos entre o Estado, as empresas e os homens e discussão da CLT.

A maior participação ocorreu no Sindicato dos Bancários — onde já funciona, há algum tempo, um Departamento Feminino. Em função disso, não foram tiradas apenas

bandeiras para o III Congresso, mas também aquelas que interessam mais de perto às próprias bancárias, em seu processo de organização. As engenheiras e arquitetas se reuniram pela primeira vez para discutir suas preocupações enquanto mulheres e trabalhadoras. E as médicas ainda darão continuidade ao seu encontro. Entre as categorias, as reivindicações mais constantes diziam respeito a salário igual para trabalho igual e o fim da dupla jornada. No Sindicato dos Jornalistas, 40 mulheres se reuniram durante todo o domingo (dia 22) para discutirem, basicamente, questões específicas da mulher.

As mulheres da periferia, por outro lado, manifestaram algumas preocupações da comunidade como saneamento básico, transporte, escolas do tipo Osen, posse da terra, saúde, entre outras. Creche foi uma exigência unânime em todos os grupos de discussão, tanto nos encontros regionais como nos de trabalhadores e estudantes. O mesmo ocorreu com a questão da profissionalização — um meio dela ser incluída no sistema de produção. Para se encaminhar todas estas reivindicações, reconheceu-se a importância da organização da mulher. E, nesse sentido, uma das propostas foi o incentivo à criação de departamentos femininos nos sindicatos e em todas as entidades.

O aspecto político foi amplamente abordado — e muitas das reivindicações tinham como preocupação básica permitir à mulher sua participação nas lutas gerais da sociedade. Diversas moções foram aprovadas, como a de apoio à convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte e de repúdio à Lei de Segurança Nacional.

Na maioria dos encontros predominou um ambiente de companheirismo e um legítimo interesse pelo aprofundamento da questão feminina. Em outros locais, como nas regionais Norte e Leste, as discussões foram conturbadas, fruto da divisão já existente no movimento feminino. Em Santos, por exemplo, foi necessário se marcar um novo encontro, diante da impossibilidade de serem discutidas as bandeiras — problema criado, também, por grupos divergentes. Mas apesar destas diferenças se pretende, agora, fazer do dia 7 de março — segunda fase do III Congresso, a ser realizado na PUC — um significativo avanço na luta das mulheres. A comemoração do Dia Internacional da Mulher, 8 de março, na Praça da Sé, irá coroar todos os esforços desenvolvidos durante o ano. (Renata de Souza)

No 8 de março, novas perspectivas para o avanço da luta das mulheres

A avaliação crítica do caminho percorrido até o momento pelo movimento de mulheres revela a encruzilhada em que se encontra. A busca de correção de seus desvios, o avanço na elaboração teórica sobre a questão feminina, a compreensão do caráter democrático e da autonomia do movimento podem levá-lo a incorporar novas forças na luta pela igualdade de direitos da mulher

Zuleika Alambert

Vitorioso em 1964, o golpe militar desmantelou o movimento democrático no Brasil e criou fortes obstáculos ao seu avanço. Neste quadro, o movimento de mulheres que se desenvolvia no país foi fortemente reprimido e desmontado.

Seu primeiro sinal de recuperação foi dado pela criação da União Brasileira de Mães que assumiu a luta contra a repressão e pela libertação dos estudantes presos durante a realização do XXX Congresso da UNE, em Ibiúna. Essa mobilização de mulheres, a princípio, foi lenta e tímida. Somente em 1973 surgiram os clubes de mães e as associações de donas-de-casa nos bairros populares.

A proclamação do Ano Internacional da Mulher em 1975 foi, do ponto de vista prático, o detonador de um movimento de mulheres mais amplo no país. Nesse ano, e depois dele, se realizaram significativas iniciativas de massa. Campanhas específicas foram lançadas. Jornais feministas, embora de vida curta, apareceram e desempenharam um importante papel na mobilização, organização e luta das mulheres. Surgiu uma literatura especializada sobre a questão feminina, ao mesmo tempo em que foram criadas em todo o país múltiplas formas de organizações voltadas para a mulher.

Hoje, às vésperas das comemorações de mais um 8 de março, nada mais justo do que aproveitar a ocasião para avaliar criticamente o caminho até agora percorrido. Isto torna-se mais importante se considerarmos que o movimento de mulheres no Brasil encontra-se, hoje, numa difícil encruzilhada: ou corrige o que nele está errado, avança na elaboração

de seu pensamento teórico, ganha novas forças e segue em frente, ou corre o risco de se estagnar, dilacerando-se em contradições internas que poderão levar facilmente à sua instrumentalização por parte de diferentes forças político-sociais que atuam dentro dele.

Uma avaliação do caminho percorrido revela muitas experiências positivas que podem ser generalizadas. Entre estas destacamos: a preocupação pelos *problemas específicos* da mulher que se expressa no elenco de reivindicações comuns já selecionadas nos encontros e congressos até aqui realizados; as evidentes manifestações de esforços empreendidos na busca da unidade através de ações conjuntas em torno de pontos comuns. Neste terreno, o Encontro de Valinhos, realizado em 1980, é um sinal evidente do grau de unidade e de cooperação atingido por parte considerável do movimento. Destacariamos também a influência exercida no interior da sociedade civil e política que inspirou a criação dos departamentos femininos em sindicatos, organizações estudantis, associações de bairros e partidos políticos. Finalmente diríamos que, se não alcançou maiores vitórias, o movimento de mulheres pode, através de estudos, reflexões e apresentação de sugestões, influir até mesmo na elaboração de decisões governamentais sobre problemas que atingem a mulher diretamente, como no caso do Planejamento Familiar, ora em discussão. Com essas experiências o movimento vem despertando novos contingentes femininos para ações con-

cretas pela transformação de sua condição e chamou sobre si a atenção dos partidos políticos que até então simplesmente o ignoravam.

Mas, apesar de seus êxitos, o movimento não conseguiu até agora capitalizar em benefício próprio todas as consequências oriundas de sua ação. Por que isto acontece?

Em nossa opinião isto acontece porque as forças que atuam no movimento de mulheres não conseguiram ainda compreender com maior clareza seus objetivos centrais no contexto em que vivemos; seu caráter; suas formas de luta e de organização. E, em consequência, procuram transformá-lo em apêndice de organizações alheias aos seus interesses mais profundos.

Conscientes dessa debilidade, os comunistas, em sua Resolução para o trabalho entre as mulheres, aprovada em 1979, definiram o que pensam dessa importante questão.

Expressaram que *a luta pela igualdade de direitos é a principal bandeira a ser conduzida hoje pelas mulheres*. E isso não significa impedi-las de participar das lutas gerais do nosso povo. Pelo contrário, privadas de seus direitos, as mulheres continuarão apenas a cuidar dos filhos e dos afazeres domésticos e estarão ausentes da vida político-administrativa do país. Logo, lutar para que desfrutem de tais direitos é dar passos efetivos no caminho das transformações necessárias em sua condição, permitindo sua participação massiva nas lutas gerais de nosso povo. Em segundo lugar, cabe *reconhecer a au-*

tonomia do movimento. Somente organizadas autonomamente, as mulheres poderão se constituir em poderosa força de pressão junto ao movimento democrático para que este considere sua luta pela igualdade de direitos como uma componente importante da luta democrática no país. Caso contrário, as mulheres verão suas reivindicações se diluírem no mar das questões gerais. Jamais serão ouvidas. Em resumo, devem ser as artífices de sua própria emancipação.

Em terceiro lugar, é preciso entender que, como movimento autônomo e específico, *deve estar aberto a todas as mulheres*, independentemente de suas origens de classe. Ele é, assim, um movimento unitário e democrático. Nele as mulheres se encontram exatamente porque são mulheres e porque, como tal, têm uma luta comum a travar no sentido de ocupar o lugar que até agora lhes foi negado na sociedade.

Finalmente, temos que reconhecer que o instrumento que mais se aproxima dessas condições é o movimento feminista em desenvolvimento no país. Se ele ainda não atende plenamente às necessidades, é exatamente porque lhe faltam, em parte, as condições acima requeridas. Negar-lhe tais condições é instrumentalizar a mulher e suas entidades. Significa amesquinhar um movimento que é infinitamente rico por sua forma e conteúdo. É impedir sua transformação num amplo movimento de massas a serviço da luta emancipadora da mulher e um fator de renovação político-social e dos costumes no interior da sociedade brasileira.

A militante Clara Zetkin

Clara Zetkin é conhecida mundialmente como aquela que teve a iniciativa de propor e fazer aprovar na Conferência Internacional Socialista, em 1910, em Copenhague, o dia 8 de março como o "Dia Internacional da Mulher".

O que nem todos sabem, porém, é quanto vasta foi sua atividade revolucionária.

Nascida na Alemanha a 5 de julho de 1857, ela foi destacada redatora do "Sozialdemokrat" em Paris, onde se encontrava asilada, em 1882. Em 1889 trabalhou junto a Jules Guesde, Jenny e Laura Marx, Paul Lafargue e outros nos preparativos para a fundação da II Internacional. Em 1920 foi eleita presidente do movimento internacional de mulheres socialistas e em 1924 presidente do Socorro Vermelho Internacional. Morreu a 20 de junho de 1933 com a avançada idade de 76 anos, após ter participado de numerosos congressos internacionais socialistas.

Parte de sua atividade foi dedicada à luta pela emancipação da mulher. Bastante conhecido é seu livro Recordações de Lenin, onde são expostas diferentes idéias do grande líder da revolução de outubro, sobre o amor, a rela-

ção homem-mulher, o casamento, etc. Suas principais idéias sobre a questão feminina estão expostas em dois trabalhos principais: no discurso feito no Congresso de Gotha do Partido Socialdemocrata Alemão, a 16 de outubro de 1896, sob o título A contribuição da mulher proletária é indispensável para a vitória do socialismo e na Resolução apresentada ao Congresso Socialista Internacional de Stutgard a 22 de agosto de 1907, intitulada A batalha pelo direito de voto dará à proletária uma consciência política de classe.

Nesses dois trabalhos ela aborda dois pontos de fundamental importância para a questão feminina: a relação entre a reivindicação de tipo reformista e a luta pelo socialismo, e a revolução e a relação entre a autonomia do movimento de massa e a hegemonia dos comunistas organizados em partido.

No tratamento desses temas, encontramos a evolução do pensamento de Clara Zetkin — com todas as suas contradições e oscilações. Mais ainda, podemos também encontrar uma valiosa e atual contribuição à análise histórica do movimento feminista. (ZA)



6a/12/3/81
p 9 e 8
VA.



Mulheres

I Encontro do Grande ABC

Por Maria Aparecida Vidal e Tania Margatto



Uma das principais discussões do Encontro: Creches nos bairros e nas favelas.

Com a participação de 200 mulheres e 16 homens realizou-se no dia 8 de fevereiro, na Igreja da Matriz de São Bernardo do Campo, o I ENCONTRO DO GRANDE ABC SOBRE OS PROBLEMAS DA MULHER.

Para viabilizar a participação das mães foram montadas duas creches ocupadas por 70 crianças, e mais, sistema de alimentação, atendimento médico e primeiros socorros garantiram a tranquilidade do encontro.

A idéia desse encontro já é antiga, surgiu em 1980 num debate sobre "participação política da mulher" promovido pelo núcleo do PT de São Bernardo e se viabilizou agora graças a mobilização de entidades populares e de base e principalmente devido ao empenho dos núcleos do PT da região.

Foi um encontro tranquilo, ao contrário dos encontros de mulheres das grandes capitais, graças às medidas tomadas para impedir uma possível participação de representantes do jornal *Hora do Povo*. Percebia-se a preocupação das coordenadoras de se garantir a palavra a todas as participantes e o cumprimento dos temas, que haviam sido tirados de discussões prévias em bairros, nos agrupamentos de donas de casa, e movimentos de mulheres por melhores condições de vida.

Foram quatro os temas debatidos: mulher na sociedade, mulher no trabalho, mulher enquanto mãe e participação política da mulher.

Cada um dos temas foi dividido em vários sub-ítem para auxiliar na discussão. No tema "mulher na sociedade" havia as seguintes questões: porque a mulher é sempre considerada inferior ao homem? A menina recebe uma educação diferente do menino? O que isso pode acarretar? Você concorda que a mulher seja a rainha do lar?

O tema "mulher enquanto mãe" tinha as seguintes questões: quem é responsável pela educação dos seus filhos? Quem faz as tarefas domésticas na sua casa? Quem deve planejar o número de filhos que você vai ter? Quais os métodos anticoncepcionais que você conhece?

O terceiro item, "mulher e trabalho" era orientado por duas questões: porque a mulher além de trabalhar, fora ainda assume as tarefas do lar? Quais os problemas que você enfrenta no trabalho?

O último item, "participação política da mulher" dividia-se assim: você participa de algum movimento em seu bairro? Qual a importância da participação da mulher nos sindicatos, nos movimentos de bairro e nos partidos políticos?

As principais reivindicações e lutas aprovadas depois de muito debate foram as seguintes: Creches nos bairros e nas favelas, com horário acessível, com participação da comunidade e sustentadas pelo governo; campanha de esclarecimento sobre os métodos anticoncepcionais, planejamento familiar e aborto; campanha por assistência médica de boa qualidade para toda a população; salário igual para trabalho igual; luta contra o aumento do custo de vida e desemprego.

As formas de encaminhar essas lutas serão decididas em reuniões a serem encaminhadas nos bairros e nas favelas, ao mesmo tempo em que as conclusões desse encontro serão levadas para o III Congresso da Mulher Paulista por delegadas escolhidas dentro dos grupos de acordo com o destaque que tiveram nas discussões.

As delegadas: Flora, um exemplo.

Flora Jesus Santos, 32 anos, cinco filhos, empregada doméstica e dona-de-casa. Salário mínimo. Mora na favela do bairro Alves Dias. Seu marido é tratorista e mora no emprego, é alcoolatra e não leva dinheiro para casa. "Passei um bom domingo aqui; a gente pôde falar sobre a família, salário e problemas de casa com outras pessoas" disse Flora no término do encontro. Quando vai trabalhar seus cinco filhos ficam em casa sozinhos. Segundo ela, mulheres do nível cultural dela, além de não saberem ler e escrever, não tiveram orientação para evitar filhos. "A gente queria só dois mas acabou tendo cinco". Com seu marido não existe diálogo, "o único dia em que ele aparece em casa está bêbado". A solução desses problemas, segundo Flora, deverá acontecer com a união de todas as mulheres. "As mulheres estão sendo valorizadas, porque nunca nos deram valor nem no trabalho nem em casa", concluiu Flora.

Participação dos Homens

No grupo dos homens participantes do encontro se discutia os mesmos temas, concluindo inicialmente que a mulher é que permite ser tratada de maneira inferior. Logo essa posição foi rebatida por um deles que admitiu: "Vamos ser honestos, a gente chega em casa e fala pra mulher trazer o café, olhar as crianças, a gente contribui para manter a educação errada que elas recebem". Este depoimento serviu para eles chegarem a conclusão de que também são responsáveis pela situação da mulher na sociedade.

Osasco

Conselho Popular, Controle Popular.

Por Jorge Batista

As entidades populares de Osasco — incluindo associações comunitárias, sindicais, culturais, clubes de mães e outras — estão se preparando para dar um passo adiante na articulação (e unificação) de suas forças, através da formação de um Conselho Popular Municipal.

No próximo dia 21 de abril, se “tudo correr bem”, essas entidades pretendem realizar uma plenária conjunta para debater e deliberar sobre os objetivos, metas e estatutos do futuro Conselho. “Pois tal órgão tem que surgir das bases, de baixo para cima, senão será uma coisa burocrática, sem sentido” — explica Sônia Rainho, liderança do bairro Munhoz.

Na linha do que coloca Sônia, a fase atual é de detalhamento da proposta entre os filiados das diferentes entidades, mas — desde logo — os defensores do Conselho Popular têm como referências alguns pontos-de-partida, alguns princípios: — completa independência e autonomia, tanto em relação à Prefeitura e Câmara Municipal, quanto em relação aos partidos políticos; — plena democracia interna, com todos os mandatos revogáveis a qualquer momento por assembleias das respectivas entidades; — ser instrumento de poder e de controle do movimento popular sobre a administração municipal (e não apenas órgão de consulta ou de debate). E os dois grandes objetivos imediatos seriam: — interferência na elaboração do orçamento da Prefeitura (dando ênfase às necessidades dos bairros populares); — interferência na definição das prioridades da administração.

Primeiros passos

A idéia de criação de um órgão que unifique as reivindicações e as lutas das entidades populares de Osasco, que agora se concretiza na alternativa do Conselho Popular, vem amadurecendo pelo menos desde o segundo semestre do ano passado em Osasco.

No bairro Jardim Padroeira II, por exemplo, no decorrer de uma briga por transporte, em setembro último, João Joaquim — o Negão —, integrante do Grupo de Saúde — ligado ao Clube de Mães — chegou a propor a constituição de uma Comissão Interbairros, a fim “de levar em conjunto as nossas lutas por objetivos comuns”. (Aliás, no Padroeira II, onde a população conquistou a instalação de um Posto de Saúde, conseguiu também — depois de muito fincar pé — que esse Posto seja fiscalizado e em parte administrado pelos próprios moradores da região).

Além disso, em outubro, na ameaça de fechamento da Fundação de Saúde de Osasco (Fusam), por conta da não-liberação de verbas por parte do Inamps, houve uma mobilização de dezenas de entidades na Câmara Municipal. E, ao final do ato, falou-se na “continuidade daquele tipo de mobilização, através de um Conselho Popular”.

Mas a consolidação dessa vontade, em forma mais amarrada, só ocorreria em



Moradores de Munhoz levam suas reivindicações ao Prefeito Piteri.

dezembro último, durante o I Curso sobre Município, Vida do Povo, Poder e Democracia, promovido pelo jornal **Batente** — um nanico de Osasco. Do Curso, ou “Encontro” — segundo seus organizadores —, participaram 129 pessoas indicadas por 39 diferentes entidades de Osasco e região (Carapicuíba, Barueri, Jandira e Cajamar), as quais — por unanimidade — concluíram que “precisamos de um órgão de democracia direta, expressão das nossas entidades de base; um órgão de poder junto ao poder municipal (Prefeitura), para interferir na elaboração do orçamento e deliberar sobre as prioridades da administração local”.

Ter base, ter raiz

De sua parte, o Prefeito de Osasco, Guaçu Piteri (ex-MDB, hoje presidente paulista do PDT), percebendo a demanda que despontava dos bairros e de alguns sindicatos, resolveu entrar em campo. Em janeiro deste ano, de repente, ele preparou a minuta de um decreto para institucionalização do referido Conselho — na minuta chamado de “Conselho Comunitário”.

Para debater os termos desse decreto, reuniu-se imediatamente com o Secretário de Relações Públicas do Prefeito, Sr. Orlando Miranda, uma comissão de entidades integrada por representantes dos Sindicatos dos Metalúrgicos, dos Químicos, da Federação das Sociedades de Amigos de Bairro de Osasco, de lideranças de Munhoz, Jardim D’Abril, Vila Iolanda, Santo Antônio, além de diretores do jornal **Batente**.

Na ocasião, as entidades alertaram para o risco de se encaminhar o Conselho Popular “do alto, do gabinete”, afirmando-se ainda que “ninguém quer saber de um órgão formal, cupulista, foi à revelia das bases”. Questionou-se ainda o fato de talvez não ser um decreto a melhor forma de institucionalização do Conselho Popular, pois “podemos muito bem pensar numa sociedade civil, que depois seria reconhecida de utilidade pública pela Prefeitura”.

No mesmo dia, em reunião à parte, as entidades presentes definiram os seus próximos passos. “Agora levando a idéia do Conselho Popular aos bairros, ampliando ao máximo a discussão, detalhando a coisa, a fim da gente chegar a um denominador comum” — diz Genildo Miranda, do Jardim D’Abril. E conclui: “Importante é que o novo organismo tenha raiz, base, constituindo-se de forma democrática para de fato dar força e poder ao movimento popular”.

3º Congresso da Mulher Paulista

Duas posições apareceram claramente na preparação do III Congresso da Mulher Paulista.

A primeira, defendida pelas representantes do jornal **Hora do Povo**, que diz: "Todo o povo é oprimido, quando sofre as consequências da falta de vida democrática no país, o aumento do custo de vida, e a discriminação salarial. As mulheres, como parte desse povo sofrem a mesma opressão. Como consequência disso, as mulheres devem organizar sua luta como integrante do movimento geral do povo, contra as causas da opressão que pesa sobre toda a sociedade".

A segunda posição, defendida pelas feministas e por grupos femininos que trabalham com mulheres diz o seguinte: "Como parte integrante dos grupos sociais subalternos, as mulheres sofrem a mesma opressão de que sofre todo o povo brasileiro: a falta de democracia, a inflação, a carestia, o rebaixamento dos salários etc. Para lutar contra essa situação a mulher deve se integrar na luta geral contra a opressão que pesa sobre todo o povo. Mas, além dessa opressão, a mulher sofre outro tipo de opressão, que é próprio da sua condição de mulher, que assume formas específicas e singulares: no casamento, na maternidade, no direito ao uso do corpo, no lar, no trabalho etc. E por isso, embora solidárias com a luta geral, as mulheres devem se organizar de maneira autônoma, dando prioridade na sua luta àquilo que lhes é próprio". O conflito entre estas duas posições tem tornado bastante tumultuadas as reuniões de preparação do 3º Congresso. Por um lado, os grupos que acreditam que as mulheres tem especificidades e devem por isso conversar e lutar contra essa discriminação específica querem fazer do III Congresso o espaço para essas discussões. Por outro lado, o grupo do **HP** que acha que as mulheres não tem opressões específicas, acaba numa contradição, pois deveria estar nos lugares onde se discutem formas de luta contra a opressão geral, e não numa reunião só de mulheres que, segundo eles mesmos, não tem problemas próprios.

No entanto, contraditoriamente, uma das mais incisivas defensoras do jornal **Hora do Povo** na coordenação do III Congresso, acha que neste encontro deve ser discutido o plano do governo para o Planejamento Familiar, a legalização do aborto, os salários menores das trabalhadoras que exercem a mesma função que o homem. E esses temas todos, não são problemas específicos das mulheres? Então porque provocar tanto tumulto?

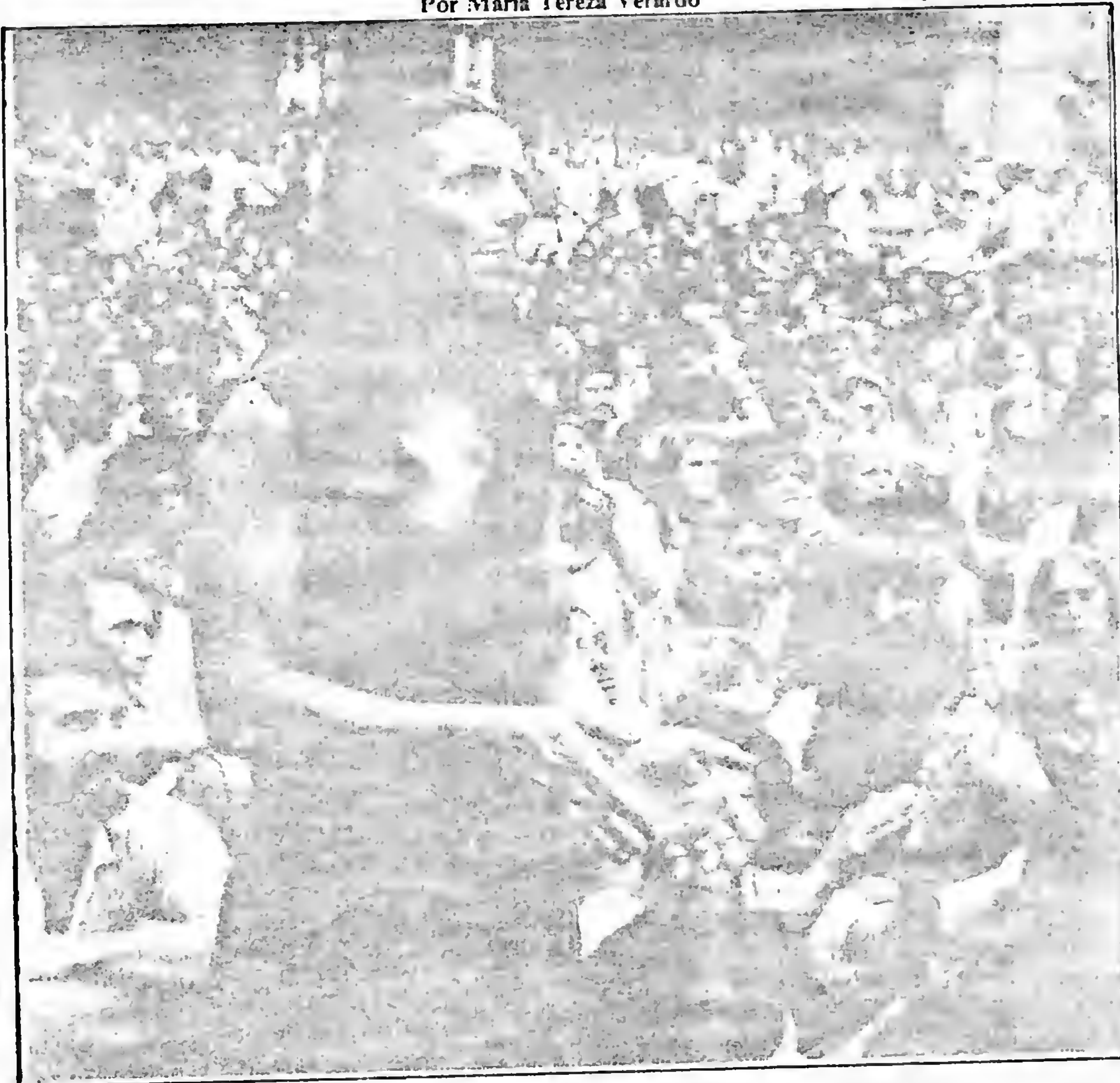
Por outro lado as mulheres do **HP** distribuíram à imprensa um documento se manifestando contra os grupos que compõem a coordenação do III Congresso. "Assinado" por 36 entidades, o documento logo depois de ter sido publicado pelos jornais da grande imprensa foi no entanto oficialmente desmentido por quase todas as 36 entidades, e retiradas as assinaturas.

Nesse meio tempo a coordenação do Congresso distribuiu à imprensa um documento que explica suas posições e que aqui reproduzimos na íntegra.

As mulheres botam ordem na casa

Às vésperas da realização do 3º Congresso da Mulher Paulista as provocações e boicotes de um grupo minoritário terminaram por excluí-lo de vez do movimento. Se a confusão que daí pode ter decorrido não deixa de ser prejudicial à luta das mulheres, por outro lado, no entanto, daqui para frente os trabalhos caminharão sem os entraves que até então vinham encontrando.

Por Maria Tereza Verardo



O 1º Congresso da Mulher Paulista foi realizado em março de 1979, por iniciativa de 12 entidades femininas e feministas de São Paulo. Este congresso reuniu 800 mulheres que discutiram vários problemas de interesse das mulheres, definindo como principal bandeira de luta a questão das creches. Desta iniciativa pioneira nasceu o Movimento de Luta por Creches, que se expandiu pelos bairros da periferia de S. Paulo, organizando milhares de mulheres e conseguindo muitas vitórias.

O 2º Congresso foi realizado em 1980, reunindo na PUC quase 4 mil mulheres, com a participação de 52 entidades. Em dois dias de discussão tirou-se um documento sintetizando as principais reivindicações do movimento de mulheres.

Devemos compreender o que aconteceu durante a realização do 2º Congresso para tirar desta experiência, as lições que nos permitirão organizar um congresso melhor e avançar em nossas lutas.

Falando em nome do PMDB e de outras entidades, como por exemplo, Sociedade de Amigos de Bairros, algumas pessoas tentaram tumultuar os trabalhos. Apesar de participarem da própria organização do Congresso, estando entre as 52 entidades que formavam a Coordenação, estas pessoas desrespeitaram as decisões democráticas tomadas e agiram por conta própria.

O Congresso da Mulher é sem dúvida um evento político, mas não um evento partidário. Não queremos que as mulheres se dividam porque são a favor de um ou outro partido da oposição. Queremos que as mulheres se unam porque sofremos problemas que nos dizem respeito, por que somos mulheres. Não queremos que em nossos encontros as mulheres briguem porque são a favor do Sindicato dos Metalúrgicos de S. Paulo ou a favor da Oposição a este sindicato. Queremos que as sindicalistas se unam porque compreenderam que nas fábricas são exploradas enquanto operárias e oprimidas enquanto mulheres.

Este grupo que falava em nome do PMDB, apesar de não representar as posições desse Partido no que diz respeito à luta das mulheres, via nosso congresso como um momento para divulgar suas posições, não respeitando as decisões da maioria, querendo impor propostas, causando tumulto e dividindo o movimento de mulheres.

Lamentamos o comportamento dessas companheiras e lamentamos também as posições assumidas pelo jornal **Hora do Povo** depois do Congresso, apostando na divisão do movimento de mulheres, caluniando e deturpando os fatos. A principal lição que tiramos desses incidentes é que devemos lutar pela unidade do Movimento de Mulheres. Movimento amplo, de massa, onde todas as mulheres podem participar: brancas, negras, católicas, protestantes, donas-de-casa, operárias, etc. As diferenças que existem entre nós não

nos dividem, mas ao contrário enriquecem nosso movimento.

Respeitamos essas diferenças e procuramos incentivar o que nos une: somos mulheres e isto determina muito da vida que levamos, somos mulheres e por isso somos discriminadas, impedidas de falar, isoladas em nossas cozinhas ou oprimidas nas fábricas e escritórios, somos mulheres e queremos modificar nosso papel na sociedade e na família.

Para lutar por isso, compreendemos que devemos lutar para que a sociedade mude. Lutar contra a opressão, por uma sociedade mais justa e democrática, jogando o peso na nossa organização na luta por nossas reivindicações específicas. O 3º Congresso está sendo organizado desde outubro de 1980 pelas entidades que se interessaram em participar de sua organização. A forma em que se realizará este ano (encontros por zona, eleição de delegadas, comemoração no dia 8/03) já foi amplamente divulgada.

Os mesmos problemas do congresso passado surgem novamente este ano desde o início dos trabalhos. O jornal **Hora do Povo** volta a atacar, tentando dividir nosso movimento, afirmando que a Coordenação é composta por "gráfinas desenturmadas" por grupos de mulheres que negam a maternidade e pregam o aborto como método anticoncepcional e que impedem "o povo brasileiro" de falar e discutir seus problemas. Mas a tentativa de criar confusão não pára aí. Recentemente foi publicada pela **Folha de S. Paulo** e distribuído nos locais onde os encontros estão sendo preparados, um documento assinado por 36 entidades. Entre estas estão o PMDB de Campinas, de Piracicaba, de Ribeirão Preto, o Sindicato dos Motoristas, o Sindicato dos Metalúrgicos de Guarulhos, a Sociedade de Amigos do Bairro de Brasilândia, a União Federativa das SABs de Pirituba-Perus e outras. Este documento reproduz os ataques e o mesmo tom com que a 3ª Coordenação vem sendo tratada pelo jornal **Hora do Povo** e, ao mesmo tempo, convoca um outro congresso da mulher paulista. Exigimos que as diretorias ou responsáveis por estas entidades venham a público expor sua posição sobre o 3º Congresso.

Saberemos enfrentar e responder aqueles que querem dividir o nosso movimento. Consideramos portanto, que as pessoas e entidades que vêm agindo no sentido de dividir o Congresso, não aceitando o regulamento aprovado pela maioria, convocando falsas reuniões, excluíram-se da Coordenação.

A partir de agora a Coordenação é composta pelas entidades que assinam este comunicado ou que possam vir a assiná-lo.

(Sociedade Brasil Mulher, Associação das Mulheres, Departamento Feminino da Favela do Urupuru, Centro da Mulher Brasileira, Coordenação da Campanha pela Legalização do Aborto, Associação das Donas-de-Casa, Serviço de Orientação da Família (regiões Sul e Leste), Movimento Contra a Carestia, Movimento de Luta por Creches, Grupos de Estudos da Mulher (GEM/CEBES), Departamento Feminino dos Bancários, Comissão de Mulheres do Sindicato dos Jornalistas, Associação dos Empregados em Entidades Sindicais, Centro de Cultura Operária (Zona Sul), Associação Popular de Saúde, Ação Lésbico-Feminista, Sindicato dos Têxteis, S.O.S. Mulher, Sindicato dos Arquitetos, Grupos de rua CO-HAB-Itaquera, Grupo de Mulheres da Favela Nova Jaguará, SAB A.E. Carvalho e Frente Feminista de Mulheres).

O Congresso da Mulher Paulista

Será neste final de semana a última fase do 3.º Congresso da Mulher Paulista. Haverá, no sábado, o congresso propriamente dito na PUC, e no domingo, uma grande manifestação na Praça da Sé, para lembrar as 125 grevistas norte-americanas que morreram queimadas, em 1857.

Este congresso tem sido marcado por muitas polêmicas, que surgiram já no ano passado. Um dos principais problemas tem sido a atuação de brigadistas do jornal "Hora do Povo", que através de muita imposição e manobra, conseguiram tumultuar toda a fase preparatória nas regiões.

Diante das disputas dos grupos políticos, as grandes prejudicadas acabam sendo as mulheres da periferia, que em sua maioria deixaram de participar deste congresso. Encontramos três delas, que trabalham nos clubes de mães. Na mesma página, falamos de um congresso "Brasil: 300 anos e 60 anos", promovido este mês, em Roma, pela Associação Internacional contra a Tortura e Associação das Mulheres Brasileiras e Italiana. Página 6.



Documento: vocação, vida e ministério do religioso



Durante a 19.ª Assembléia Geral da CNBB, em Itaici, foi elaborado o documento **Vocação, Vida e Ministério do Presbítero**, refletindo as preocupações fundamentais reveladas nas discussões dos bispos, sobre este tema, o principal do encontro.

"A realidade de injustiça e de opressão à qual a Igreja quer fazer frente com a opção preferencial pelos pobres, abre para o padre uma série de questionamentos novos. Não se trata de perguntas abstratas a respeito da sociedade, da história e da organi-

zação política e econômica", diz parte do trecho que publicamos nesta edição.

Outros pontos abordados neste texto: as necessidades de aprimoramento espiritual e de superação de hábitos isolacionistas e individualistas; a atualização teológico-pastoral; a questão do celibato; a promoção dos leigos; os novos ministérios; a inserção dos presbíteros nas CEBs, e a formação de novos sacerdotes. Os trechos selecionados fazem parte da primeira parte do documento de Itaici. Última página.

A oposição sindical e as suas dificuldades

A derrota da oposição sindical em Osasco é explicada por Zé Pedro e seus companheiros. Todo o trabalho de propaganda eleitoral, a dificuldade de manter operários conscientes que trabalhem para a oposição dentro das fábricas e toda a campanha de desmoralização pública com o nome de Zé Pedro, como ele mesmo afirma na entrevista. Além, do caso das urnas, tão divulgado pelos meios de comunicação, que segundo os elementos da chapa é muito mais sério do que parece.

No ABC, a Igreja permanece junto com os operários, que apesar de tudo continuam de cabeça erguida. D. Cláudio Hummes, bispo de Santo André, elaborou um relatório sobre a participação da Igreja neste importante momento da classe operária, que é publicado em síntese, nesse jornal. Segundo o bispo, a Igreja apoiou a greve dos metalúrgicos porque suas reivindicações eram justas e seus métodos pacíficos e, porque cabe à Igreja através de seu pastor estar presente lá onde está seu povo. **Página 4**

D. Pedro Casaldáliga: carta aos caros amigos

O corajoso bispo de São Félix do Araguaia, D. Pedro Casaldáliga escreve uma carta, uma espécie de "Vozes do Araguaia", caso ele tivesse uma coluna neste jornal. É uma carta simples, poética, como tudo o que faz. Passa do caso do padre Vito, do líder kaingang Ângelo Cretã, as CEB's, o aniversário de sua prelazia, a questão das terras e chega aos projetos do Próálcool:

— No princípio era a floresta e o índio livre. Depois foi o sertanejo retirante. Veio mais tarde o boi do latifúndio. Agora vai ser a cana. E amanhã será o deserto, um nordeste amazônico. Que dom tem os poderes capitalistas de acumular destruindo!

Em seguida, D. Pedro Casaldáliga chega a El Salvador, Guatemala, Bolívia, esta **Nuestra América** de que falava José Martí, que continua a ser um desafio, um doroso parto, "seja para vida e libertação".

Além deste poema de D. Pedro, veja ainda editoriais de D. Moacir Gracchi, D. Angélico Sândalo, D. Alfredo Novak GG. **Página 3**

(Doc. INCCN/P470)

QUE O POVO ACREDITE: É POSSÍVEL TER SAÚDE

Na 4.ª feira de cinzas, dia 4 de março, D. Paulo Evaristo Arns, Cardeal-Arcebispo de S. Paulo, abriu oficialmente a CF/81 na Catedral da Sé, durante a celebração da Missa, às 15 hs. E comentou o lema: "SAÚDE PARA TODOS" e o compromisso que a Igreja de S. Paulo vai assumir nesse sentido:

"Saúde é tema central da Bíblia e preocupação constante do povo. Neste ano, foi escolhido pela Igreja do Brasil como tema da evangelização intensiva na Quaresma.

1. Nosso povo é vítima da desnutrição, dos acidentes de trabalho e de uma grande soma de doenças.

A alta dos gêneros de primeira necessidade e a inadequação dos salários alarmam a sociedade toda, mas principalmente a população mais carente.

Por outro lado, conforme dados fornecidos pela CNBB, a esquistossomose continua vitimando 8 milhões de brasileiros. A malária, em certas regiões, ainda é generalizada. E a doença de Chagas já se aninhou em 4 a 5 milhões de nossos irmãos, sem falarmos da tuberculose, hanseníase, poliomielite, sarampo, câncer, doenças cardíaco-vasculares, mentais, tóxicos, aborto e outras.

2. Diante disso, o que fazer? Vivemos em clima de doença e ingerimos drogas, que são caras demais e nem sempre curam.

Tentaremos pois, primeiro, sensibilizar as comunidades:

- a) para a saúde possível;
- b) para os meios preventivos, como o bom uso dos alimentos, da água e do saneamento básico;
- c) para treinar pessoas capazes de prestarem os socorros imediatos e orientarem casos mais comuns;
- d) para aproximar a medicina curativa do povo mais carente;
- e) para conjugar esforços com todos os que lutam com objetividade na esfera da saúde.

3. Papel específico da Igreja:

— Reunir o povo e fazê-lo descobrir motivações constantes a seu nível, para proteger a saúde e ampliá-la.

— Incentivar experiências em nível popular, que possam ser estendidas em favor da população toda.

— Unir em profundidade os conceitos SAÚDE — VIDA — DEUS DA VIDA.

A Campanha terá seu momento alto na Quaresma deste ano e deverá prosseguir com intensidade também para o futuro."

Paz para El Salvador, o tema de Esquivel a Reagan



O início das negociações para uma solução política que restabeleça a paz em El Salvador. Este é um dos principais pontos da carta aberta dirigida por Adolfo Perez Esquivel, a Ronald Reagan e à Junta Militar de El Salvador. Este documento praticamente renova o apelo feito em novembro do ano passado, por Esquivel, Mairead Corrigan (Nobel da Paz de

1977) e Joan Baez (da Humanitas Internacional), em favor do povo salvadoreño. A carta se encontra, na íntegra, na página 2. Antes de embarcar para a Argentina, encerrando a viagem ao Brasil iniciada pelo Recife a 9 de fevereiro, Esquivel foi homenageado na Noite do Compromisso, por diversas entidades democráticas. Páginas 2 e 9.

Políciais homenageados Judeus-Brasil *creche* por esclarecer atentado

Os investigadores Júlio Andreone, Carlão e Dorian, do 2º DP do Bom Retiro, mais o delegado do distrito, Luiz Carlos Barrinuevo, foram homenageados ontem com um cartão de "bons serviços" pelo diretor do Degrat, Rubens Liberatori, pelo esclarecimento do suposto atentado terrorista praticado contra a creche Israelita da Unibes, no início de agosto do ano passado. Durante quase oito meses, a polícia esteve atrás, segundo o Dops, "de subversivos altamente perigosos, integrantes de um grupo de fanáticos neonazistas que estariam começando a agir no Brasil, ligados ao movimento anti-semita mundial". Tudo terminou há quinze dias com a prisão dos responsáveis pelo ataque à creche: Lobão e Tergal, de 17 e 16 anos apenas, dois estudantes de 1º grau do Bom Retiro.

A creche foi totalmente depredada e, em algumas salas, os dizeres "morte às crianças judias", "sangue" e "nazismo" espantaram toda a Divisão de Ordem Política e Social da Capital. O símbolo da "suástica", pintado em giz no quadro negro, foi praticamente o que determinou a classificação do crime no boletim de ocorrência distribuído para a polícia de São Paulo: "subversão". O caso foi rumoroso e alcançou

repercussão internacional, merecendo até um artigo de página inteira em uma das edições da revista alemã *Der Spiegel*. Enquanto a comunidade judaica amedrontava-se, o ministro da Justiça, Abi-Ackel, determinava a solução do caso "logo", e o atentado tornava-se prioridade 1 nos três departamentos.

Os garotos já foram liberados da Febem e estão respondendo a sindicância por "ato de vandalismo" na Vara de Menores. Ontem, o delegado Rubens Liberatori comentava: "Tudo não passou de um grande susto". No que o representante da colônia judaica de São Paulo, Henrique Erlichman (como advogado, participou pessoalmente das diligências e do interrogatório em que os dois confessaram ter atacado a creche por "pura zoeira"), tratou de acrescentar: "Não fosse a situação mundial da época, conturbada pelos vários atentados terroristas a pessoas de origem judaica, talvez o caso não alcançasse as dimensões que alcançou". Segundo disse, muitas famílias da comunidade em São Paulo contrataram detetives para assegurar proteção. O presidente da Unibes, Sérgio Santos Pena, chegou a chorar na delegacia quando os investigadores apresentaram os menores para comprovar a elucidação do caso.

'Só um susto nos judeus'

M.A.S., o Lobão, se diz um garoto punk do Bom Retiro. Tem 17 anos, pinta camisetas e está há cinco anos na 5ª série do 1º Grau no Colégio Prudente de Moraes, o que levou a diretora da escola a chamá-lo de "quase diplomado da 5ª". A cruz suástica ele já conhecia bem, mesmo antes de assistir a série norte-americana de televisão *Holocausto*, que trata do extermínio de judeus pelos nazistas na II Grande Guerra, pois pintava o símbolo nas primeiras camisetas que fez. Em casa, um pequeno apartamento onde mora com o irmão mais velho e a mãe enfermeira, Lobão diz que seu negócio nunca foi política: "Isso não está com nada". Sobre a destruição da creche, afirma que foi "uma zoeira de fim de tarde"; a suástica é "um dos sinais mais interessantes que conhece", e o filme *Holocausto* é "um barato, apesar de violento para a cabeça".

Seu quarto é uma confusão de tintas, pincéis, violão, imagem em madeira de Cristo e outros objetos. A invasão da creche foi sua primeira "bronca".

Ele e Tergal vinham voltando da quadra de esportes da Poli, na rua Afonso Pena, quando viram o pé de ameixa da creche carregado. Foi um final de semana que os dois não tinham nada para fazer. Como as frutas estavam ainda verdes, resolveram ver a outra árvore, atrás da escolinha. Encontraram uma das portas abertas e decidiram quebrar tudo:

"Fomos arrasando tudo que tinha pela frente, passando de sala em sala". Furaram todos os filtros a marteladas, encharcaram papéis, destruíram brinquedos, arrebataram máquinas de escrever, atravessaram a única televisão a cores com um cabo de vassoura e enfiaram uma tesoura no olho de uma das bonecas de pano da creche. As frases que Lobão escreveu ele sabia que eram para crianças judias, como "morte às crianças": "Isso foi a tã, como tudo que fizemos. Sei dos judeus aqui no Bom Retiro e as frases fortes foram escritas do mesmo jeito que coloquei também maconha, cocaína e tóxico nas paredes".

Lobão e Tergal saíram da creche com um saco de ameixa, meia hora depois. "Dois dias depois — disse o primeiro — chegava o Tergal na minha casa, já de mochila, assustado porque tinha visto o noticiário nos jornais. Nunca iríamos imaginar que daria nisso. A zoeira foi mais para bagunçar com os judeus". Nessa noite mesmo, os dois decidiram viajar para Minas Gerais, "para dar um tempo" até que a coisa esfriasse. "Cheguei a ver meu símbolo pela televisão lá em Minas e tudo que estavam dizendo sobre ele". Ficaram cinco dias e voltaram normalmente a estudar na escola — Tergal é aluno da 7ª série —, "já sabendo que a gente não podia abrir pra ninguém".

Só que, há duas semanas, quatro menores amigos dos dois foram presos pelos investigadores Carlão e Dorian, por terem assaltado uma sinagoga em dezembro, a duas quadras da creche. Como o 2º Distrito Policial vinha investigando todos os menores infratores que davam entrada nos distritos próximos à área, esses quatro também foram interrogados sobre a invasão da creche, pois se pensava que um garoto estivesse envolvido no caso, junto com um grupo terrorista, já que o frentista do posto de gasolina perto da creche viu a saída de um dos dois. O centro punk do Canindé, formado por uns 200 rapazes e moças, entre 13 e 17 anos, chegou a ser fechado pelo grupo "porque quase toda a moçada foi interrogada nessa história", contou Lobão, um dos frequentadores dos balles de rock do centro.

Os quatro acabaram denunciando Lobão e Tergal aos investigadores. "Não porque contamos — disse Lobão. "Foi dedução: viram a gente dar uma ameixa para uma amiga nossa e, depois, os noticiários". Dois dias após estarem na unidade da Febem, os dois foram ouvidos pelo juiz Wilson Barreiras e liberados para os pais. A mãe de Tergal entende que seu filho agiu daquela maneira em função de "uma peraltice de mau gosto", pois a irmã dele, menor de quatro anos, é uma das 130 crianças que estudam na creche.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS

Depto. de Pesquisas Educacionais
Biblioteca

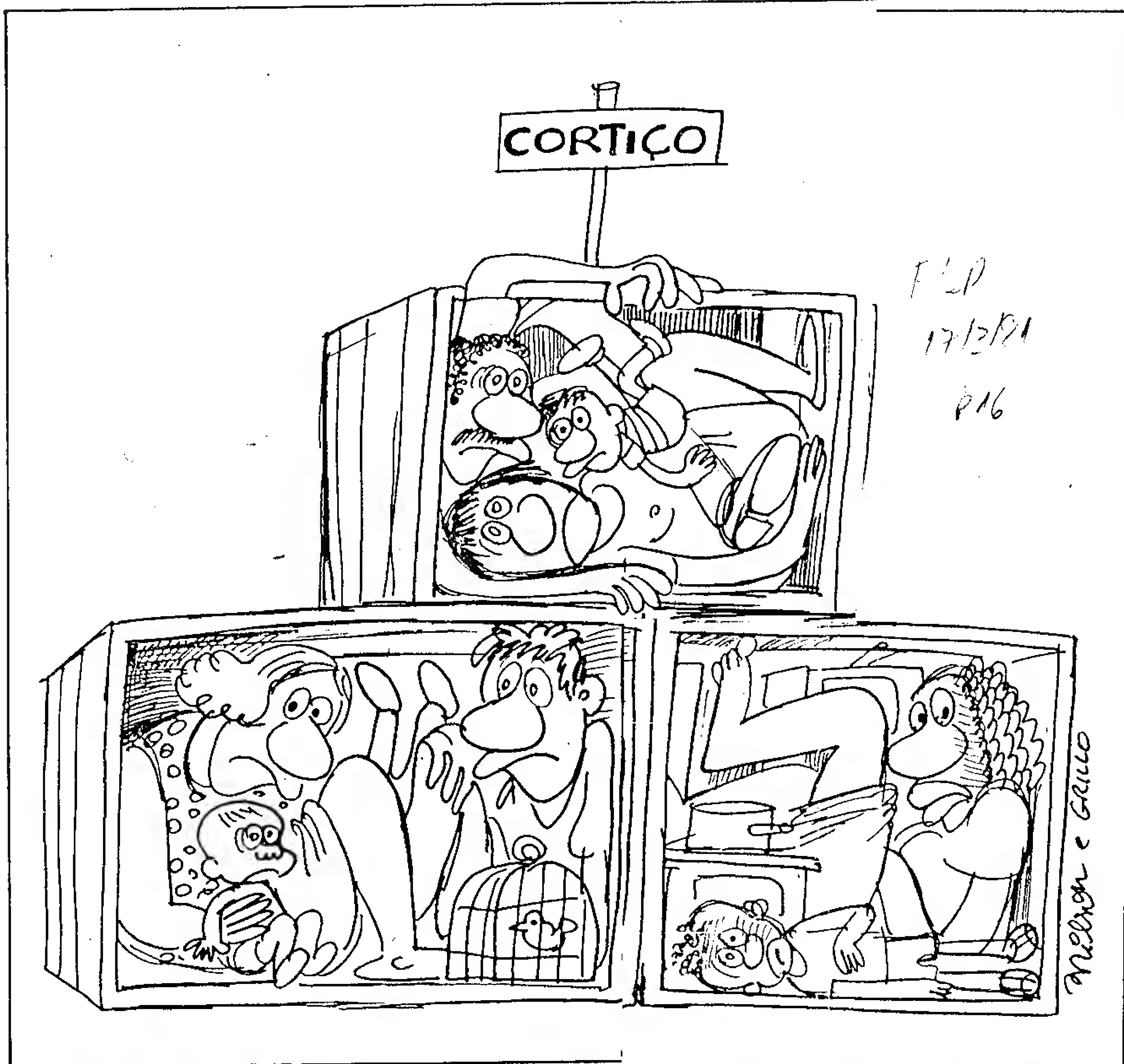
Jornal: *CESF SP*Data: *13/03/81*Pág. *2*

Pasta n.º

N.º do recorte

/ Gravidez na menoridade

NOVA YORK — Um milhão, 142 mil jovens, de 13 a 19 anos, engravidaram-se nos Estados Unidos em 1978, segundo pesquisa, divulgada agora, do Instituto Alan Guttmacher. Do total, 554 mil deram à luz, enquanto outras 434 mil provocaram aborto e as restantes tiveram a gravidez interrompida por causas naturais. No mesmo ano, 12 milhões dos 29 milhões de adolescentes do país naquela faixa etária viveram experiências sexuais. Mulheres menores de idade foram mães de 46% dos filhos ilegítimos e 31% das que abortaram eram adolescentes.



Na Mooca, um movimento por instalação de creche

Confinadas, as crianças não têm onde brincar e apenas sofrem

HELÔ CAPONI

"Faz muito tempo que nós, pais moradores dos quintais da Mooca, lutamos para arrumar uma creche para nossas crianças. Nós trabalhamos e as crianças ficam em casa trancadas, porque não temos com quem deixá-las. Se a gente as deixa soltas, vão para a rua e correm perigo de ser atropeladas. De todo jeito é perigoso: em casa e na rua. Se o pai trabalhar sozinho e a mãe ficar em casa, o salário é pouco e não dá sequer para a alimentação."

"Apesar de muitos pensarem que a Mooca é um bairro rico, nós moramos nos piores quintais, onde se vive pior do que em muitas favelas. Vivemos amontoados, em quartos apertados, onde as crianças não têm o menor espaço e onde só apanham doenças por causa da umidade, dos esgotos quase sempre entupidos. As crianças maiores de sete anos vivem soltas na rua, catando lixo, pedindo coisas para os outros e muitos até aprendendo a roubar."

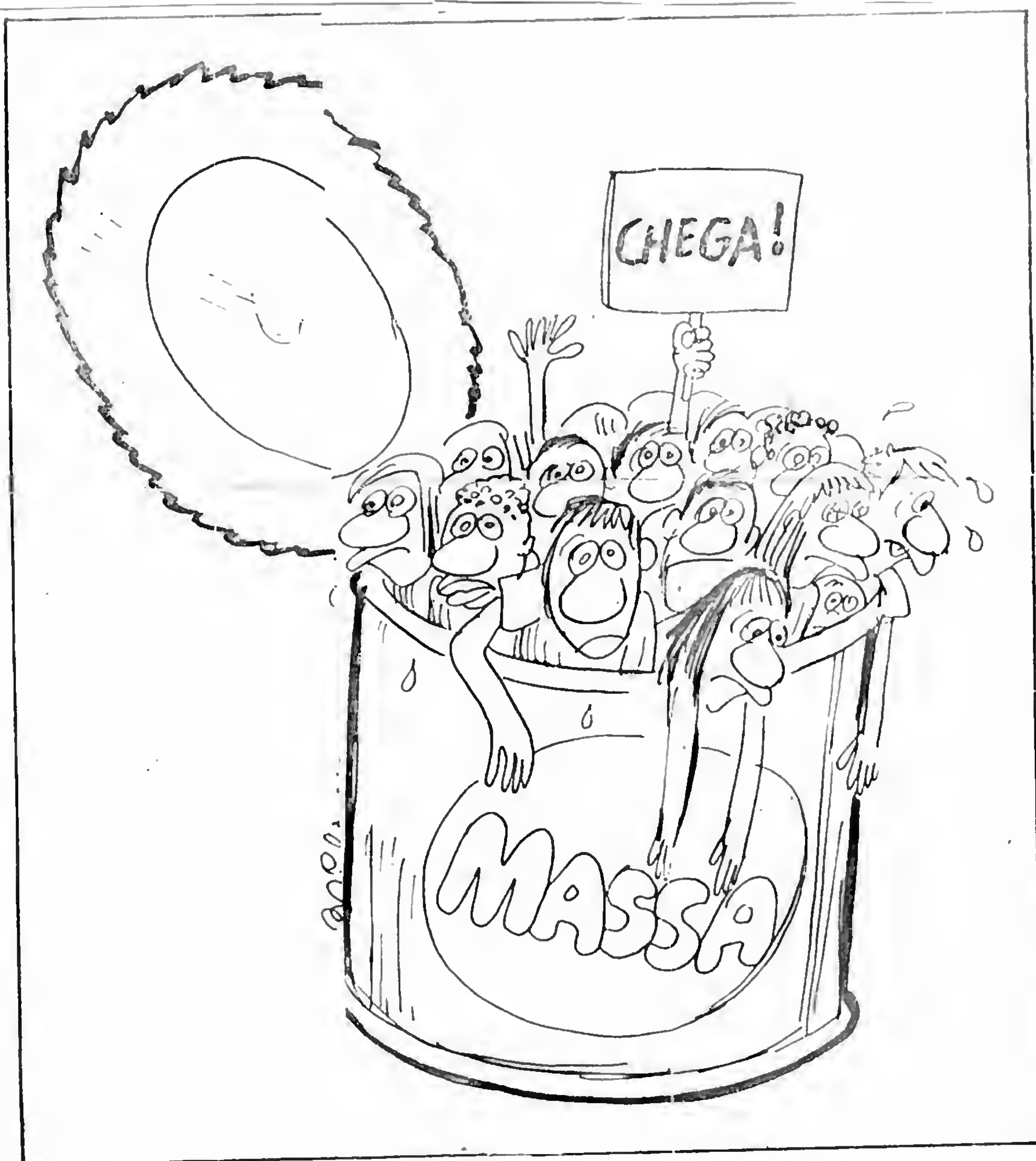
Este um trecho do abaixo-assinado enviado em fins de fevereiro pelos moradores dos cortiços da Mooca ao coordenador do Bem-Estar Social, Wilson Quintella Filho, no qual exigem o funcionamento imediato da creche na rua Ribeiro Branco, 102. Revoltados, eles querem uma decisão urgente, pois a casa foi alugada já há quatro meses pela Prefeitura por Cr\$ 75 mil cruzeiros e, no entanto, continua fechada, e as crianças sem lugar para ficar.

No abaixo-assinado firmado por 107 mães, os moradores dos cortiços da Mooca pedem uma decisão urgente para a implantação da creche. Eles contam que o tratamento que vem sendo dado ao pedido até agora, "parece brincadeira de criança. Um fala uma coisa, outro fala outra e nossos filhos continuam abandonados".

A luta pela creche começou em 1979, pois os moradores concluíram que as que existiam no bairro não atendiam a necessidade da população. Uma era particular e outra, apesar do convênio com a Prefeitura nunca tinha vaga. Os parquinho da Prefeitura também não serviam porque só recebem crianças por meio período.



"As crianças não têm o menor espaço e só apanham doenças..."



Em abril do ano passado, as mães moradoras dos cortiços entregaram o primeiro abaixo-assinado ao administrador da Regional da Mooca, com uma lista de mais de 200 crianças pedindo a criação de uma creche. Como resposta tiveram a promessa de que ela seria construída na rua Paes de Barros. Como o caso era urgente as mães sugeriram à Prefeitura que alugasse uma casa onde funcionaria a creche para as crianças de até sete anos, na qual os maiores ficariam também, depois da volta da escola.

A idéia foi acolhida pela Prefeitura que solicitou aos próprios moradores que indicassem uma casa. As que foram encontradas pelos pais e mães dos cortiços, no entanto, não serviram para a Prefeitura que acabou localizando uma na Vila Bertloga (rua Ribeiro Branco, 102). Embora um pouco longe, os moradores acabaram aceitando que a creche

fosse montada nesta casa pois foram alertados de que, se perdessem a oportunidade não teriam outra tão cedo.

Em agosto passado a Supervisão Regional de Serviço Social-SURS, convocou os pais para as inscrições das crianças e em dois dias já havia mais de cem matrículas. Embora a promessa fosse de que a creche funcionaria já a partir daquele mês, somente em novembro a Prefeitura começou a pagar o aluguel, firmando realmente o contrato por dois anos.

No abaixo-assinado os moradores dos cortiços da Mooca relatam toda esta trajetória do pedido da creche ao coordenador do Bem-Estar Social e exigem que seja esclarecido o porquê ela ainda não foi aberta. "Em dezembro recebemos comunicado da SURS avisando que as inscrições para trabalhar na creche da R. Ribeiro Branco já estavam abertas. Isto nos alegrou muito. Depois de repente tudo voltou para trás, pois viemos a saber que a casa não estava aprovada e que as mães estavam se inscrevendo para trabalhar em outra creche. Ficamos revoltados com isto vendo tanto dinheiro jogado fora. Quatro meses de aluguel já pagos, o que dá mais de 300 mil cruzeiros, sendo que se trata do nosso dinheiro", afirma-se no abaixo-assinado.

Agora os moradores dos cortiços querem saber a verdade, e exigem o funcionamento imediato da creche na casa alugada e o início imediato da construção da definitiva em terreno já escolhido na rua Paes de Barros. "Queremos saber se depois de toda nossa luta vocês vão ter coragem de quebrar o contrato da casa e jogar esse dinheiro fora. Queremos saber o que é feito de tanta promessa e tanta palavra bonita que vemos no rádio, na televisão e no jornal" conclui-se no documento.



"Nós moramos nos piores quintais".

Para lembrar

*"O povo não está parado,
esperando milagres".*

Beth Mendes

"Folha", 15-3-81

Só carências na vida em cortiço

Com informações contraditórias, após o encaminhamento do documento, os moradores dos cortiços pretendem voltar, essa semana, à Coordenadoria do Bem Estar Social — Cobes — para esclarecer a situação do pedido. "Todos os dias ouvimos dizer que estão inaugurando uma creche em algum lugar. Também queremos a nossa. "Não vamos desistir".

SITUAÇÃO PRECÁRIA

Maria Senhora de Deus é empregada doméstica e tem cinco filhos, o mais velho com 6 anos e o menor com 11 meses. Para poder trabalhar e conseguir ajudar o marido que ganha o salário mínimo ela deixa as crianças com uma menina de 15 anos a quem paga mil cruzeiros por mês no cortiço da rua Cuibá. Mesmo a garota sendo de confiança ela se mostra preocupada com a segurança dos filhos e afirma que não vai desistir de lutar pela creche. "Ganho mais ou menos oito mil cruzeiros por mês e não dá para pagar creche particular. Só de aluguel pagamos Cr\$ 3 mil e quinhentos. A creche resolveria muita coisa".

Maria da Paz, uma das primeiras mulheres a reivindicar uma creche para as crianças dos cortiços da Mooca faz questão de lembrar uma frase muito conhecida — "criança de hoje, homem de amanhã" — para criticar a forma como o pedido vem sendo cuidado pelas autoridades. "Como poderão ser alguém um dia, vivendo assim?" pergunta.

Seu filho de oito anos fica sozinho enquanto ela trabalha como costureira. "Ele vai à escola de manhã e depois fica ao Deus-dará. Deixo uma panelinha no fogão com comida pronta para ele comer fria. Mas ele esquenta. Não sei como ainda não colocou fogo em tudo".

Maria coloca a outra filha, de um ano, em uma creche particular, porque conseguiu uma bolsa. Isto vai garantir um lugar para Patricia pelo menos até que ela faça quatro anos.

O que preocupa Maria é que quando Patricia tiver a mesma idade de seu filho terá que ficar jogada como as outras crianças do cortiço, que vivem soltas pelas ruas, aguardando o momento de se tornarem marginais.

"Quando estou trabalhando, tenho que esquecer de tudo", diz Maria.

Neste tudo ela inclui a situação das crianças e a precariedade de sua moradia: um quarto de menos de quatro metros quadrados pelo qual paga Cr\$ 1.100 de aluguel, mais Cr\$ 800 de luz, Cr\$ 800 de água e Cr\$ 150 de imposto predial. Ela divide, sanitários e pias de lavagem de roupa e utensílios com as 25 famílias que moram no cortiço da rua João Antônio de Oliveira. "Além de pagar tudo isto para morar nesta sujeira ainda temos que apresentar fiador ou pagar três meses de aluguel adiantado. E a imobiliária é "chique": o aluguel vem pelo correio" — reclama.

Para Maria de Paz isto é uma exploração e o problema poderia ser resolvido, se o governo vendesse casas que realmente a população carente pudesse pagar. "Nem que fosse um cômodo em que a gente coubesse" — sugere ela.

Rosa, de dez anos, não está envolvida na luta pela construção de uma creche na Mooca. Mas quando isto ocorrer ela poderá levar a vida normal de uma garota de sua idade. Por enquanto ela tem que assumir o papel de dona de casa, tomando conta de seis irmãos menores para que a mãe possa trabalhar como passadeira numa indústria de confecção. Rosa mora no cortiço da rua Madre de Deus, um dos maiores da Mooca, onde vivem 54 famílias e a sua preocupação diária é manter os irmãos dentro de casa para não criar atritos com os vizinhos.

PESQUISA

Em uma pesquisa feita pela paróquia da igreja da São Rafael, na Mooca, para conhecer as necessidades dos moradores daquela região, foram localizados em 1979, setenta cortiços com mais de cinco famílias. Na época este número mostrava que, somente na área da paróquia, onde vivem 35 mil pessoas, mais de 3 mil habitavam em cortiços.

A pesquisa, coordenada por uma assistente social mostrou que 7 destes cortiços abrigam de 30 a 40 famílias, sendo que o da rua Madre de Deus está com 54 famílias. As condições de vida dessas pessoas são, na maioria dos casos, piores do que as dos moradores de favelas. Os pequenos quartos, alugados por até Cr\$ 5 mil não têm banheiro, nem água, e são habitados até por 10 pessoas.

Ao ter conhecimento do problema de uma maneira global, mostrado pela pesquisa, os moradores resolveram fazer algo para melhorar sua situação. A primeira ideia foi a união para conseguir uma creche para os filhos.

“Carranca”, um jornal diferente

PAULO VALLE

Há um ano e meio, um grupo de intelectuais decidiu criar a Associação Cultural e Recreativa de Vila Prudente (Acrevip) para que os moradores da região tivessem a oportunidade de ter contato direto com peças teatrais e outras atividades relacionadas com a cultura. Mas o movimento foi crescendo tanto que, hoje, a entidade preocupa-se também em conseguir melhorias para a população do bairro.

Para melhor informar a população da região, os intelectuais criaram simultaneamente, o boletim informativo bimensal “Carranca”, que, em suas quinze páginas, aborda não apenas o lado cultural como também os problemas que mais incomodam os moradores. A “Carranca” mostra, por exemplo, as várias formas de organização da população para se chegar a um denominador comum em suas reivindicações, afirmando que “no bairro doutores e analfabetos têm de falar a mesma língua, embora não percamos suas identidades”.

Na verdade, a idéia de a “Carranca”, na sua coluna das Sociedades Amigos de Bairros, é conscientizar os moradores de que a SAB ainda é um dos meios mais eficazes para se conseguir melhorias para uma região, já que une todos os moradores na luta por seus direitos.

Aliás, segundo o diretor de divulgações do boletim informativo, Manoel Bereta Lopes, o propósito inicial da Associação Cultural e Recreativa de Vila Prudente foi desvirtuado parcialmente, da área de cultura, quando seus integrantes perceberam que existia uma defasagem na atuação das SABs, que depois de algum tempo de funcionamento preocupavam-se apenas em proporcionar lazer aos moradores do bairro, esquecendo-se de reivindicar melhores condições de vida na região.

Sem colocar de lado o aspecto cultural, a Acrevip também conseguiu que a Coordenadoria do Bem-Estar Social da Prefeitura — Cobes — incluísse as cinco favelas ao longo do córrego da Mooca, que totalizam 1.200 barracos, no programa Pró-morar. Inicialmente, de acordo com Bereta Lopes, os 7 mil favelados seriam transferidos para outro local, mas depois de insistentes reuniões com os responsáveis pela Cobes ficou decidido que eles iriam para o Jardim Sapopemba, num dos núcleos do Pró-morar, ainda neste ano.

Através de seminários e palestras, a Acrevip mostra aos moradores da região a importância de reivindicar melhores condições de saúde para os habitantes da região, além de ministrar noções de educação sexual. A entidade ainda faz apresentações de peças teatrais em dois galpões montados na favela, para que seus moradores entrem em contato com a cultura.

O boletim ainda abre espaço para a luta dos trabalhadores na região. No último número, por exemplo, a “Carranca” analisa a greve de 300 operários de uma metalúrgica do bairro, que iniciaram o movimento grevista por terem seus salários atrasados em três meses.

Numa verdadeira mescla de luta para conseguir melhorias para a região, o boletim informativo, com uma tiragem de 2 mil exemplares, vendidos a Cr\$ 10, ainda tem uma seção de cinema, na qual é criticada a invasão de filmes estrangeiros em detrimento dos nacionais. Na seção cultural, do último número, é feita análise do filme “O homem que virou suco”, de João Batista de Andrade e uma crítica do grupo teatral “O Bando”, de Plínio Marcos, que está fazendo várias apresentações de peças teatrais em teatros populares.

Como em todas as publicações de entidades que congregam moradores de uma região, a “Carranca” não esqueceu do lado desportivo e folclórico, com seções de futebol e de escola de samba.

As resoluções deste encontro das mulheres

DEPOIS de tantos problemas durante sua preparação, ocorreu neste final de semana a última fase do 3.º Congresso da Mulher Paulista. No sábado, cerca de 300 delegadas, representando seis mil mulheres da Capital e do interior, debateram, no Teatro da Universidade Católica, o documento sobre suas principais reivindicações, elaborado na fase preparatória. Cerca de três mil pessoas estiveram no encerramento, no domingo, em manifestação na praça da Sé, relembrando o 8 de Março, Dia Internacional da Mulher.

As discussões do sábado foram iniciadas com atraso de mais de uma hora, e acabaram se prolongando até às 20h30, principalmente a respeito da principal campanha a ser desenvolvida este ano sobre o tema "Mulher e Política". Também nos grupos formados pela manhã, e que trabalharam durante a tarde, esta foi a discussão que deu mais trabalho às participantes. Além das delegadas, tomaram parte dos grupos mais de 200 observadoras, sem direito a voto.

A parte da manhã foi destinada à abertura do congresso e à votação de seu regimento, pelas delegadas. Foram homenageadas Zélia Magalhães, morta em 1949, num comício contra a Lei de Segurança Nacional, e Inês Etienne Romeu, ex-presa política que recentemente denunciou torturas cometidas pelos órgãos de repressão em uma casa de Petrópolis. Segundo o que anunciou Iara Prado, da Sociedade Brasil Mulher, uma das integrantes da mesa, Inês não pôde comparecer ao congresso, por motivo de segurança pessoal, mas enviou mensagem que foi lida, em apoio à luta pela libertação das mulheres.

A mesa foi composta por seis integrantes da coordenação do congresso — formada por 22 entidades femininas e feministas, cinco regionais da Capital, mais de 10 cidades do interior, Grande São Paulo e litoral e cerca de 10 entidades profissionais e estudantis. Iara Prado considerou a realização do Congresso como vitoriosa, pois ali estavam representadas cerca de seis mil mulheres: "No ano passado, aqui estiveram quatro mil mulheres e isto foi uma grande vitória. Mas, nós estávamos dispersas e não conseguimos avançar no movimento de mulheres. Este ano, fizemos um Congresso diferente, por regiões, categorias e cidades. Os problemas não foram poucos.

Também na abertura, foi anunciada a presença de várias pessoas ligadas à luta pela democracia e pela libertação das mulheres, parlamentares opositores, jornalistas e esposas de vários líderes sindicais do ABC que foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional. Algumas delas se pronunciaram, como dona Ana de Souza, da Associação de Donas de Casa de Mauá, que lembrou que a carestia "está demais e nós devemos lutar, todas juntas contra ela. Também devemos apoiar a luta dos camponeses por terra, sem terra não têm o que comer. Tá faltando uma camponesa aqui pra falar das dificuldades dela".

A representante do Sindicato dos Bancários de São Paulo, lembrou as 129 operárias grevistas que morreram em 1857, nos Estados Unidos, por terem lutado por melhores condições de vida, e de onde se originou o Dia da Mulher. Cleusa, do Movimento Negro de Campinas, ressaltou a tríplice exploração sofrida pela mulher negra: por ser trabalhadora, mulher e negra. Clara Sharf, viúva de Carlos Marighella, afirmou que o movimento de mulheres de hoje é resultado de outras lutas femininas, no passado: "Nós todas somos continuadoras da luta e da história do nosso povo, pela liberdade, pela democracia e pela vida do nosso povo".

Foi votado o regimento interno do Congresso, decidindo-se que ele seria livre e soberano, o encaminhamento das questões seriam por unanimidade ou consenso e, se não houvessem estes dois itens, a votação teria de ser na base dos 2/3, para que uma questão fosse aprovada.

Depois do intervalo para almoço, as participantes se reuniram em pequenos grupos para debater as questões relativas aos três temas consensuais, ou seja: **Mulher e Trabalho, Mulher e Saúde e Mulher e Política**. As campanhas foram aprovadas pelo plenário (veja quais são elas na matéria sobre a manifestação da Sé), bastante tumultuado quando a questão foi política. Um dos grupos queria incluir a Constituinte na campanha a ser retirada pelo Congresso. Outro grupo frisava a necessidade de uma campanha contra a Lei de Segurança Nacional. Essas questões demoraram mais de duas horas para ser resolvidas, visto que não eram bandeiras consensuais levantadas na fase preparatória.

A campanha sobre política, aprovada pelo plenário, foi a seguinte: incentivar a participação das mulheres nas lutas de oposição, lutas políticas e sua organização em entidades de bairros, sindicatos, partidos políticos e outros movimentos democráticos, levando para eles suas questões específicas.

Quanto às questões organizativas do congresso, decidiu-se manter a coordenação atual, por regiões, categorias e cidades, e ela terá o compromisso de tentar encaminhar nos grupos as propostas sobre o próprio Congresso e o Movimento de Mulheres.

(Jô Azevedo)



Um basta à discriminação

Domingo à tarde, mesmo sob chuva, cerca de três mil pessoas foram à praça da Sé para o encerramento do 3.º Congresso da Mulher Paulista. Foi um encontro democrático, com a participação das várias tendências dos movimentos populares e partidos políticos de oposição, em que se deu um basta à discriminação machista, ao regime de arbítrio e à política que favorece as multinacionais.

As mulheres presentes se mostraram satisfeitas com a realização do Congresso. Nele foram definidas quatro campanhas. Uma delas, refere-se ao direito da mulher ao trabalho e contra a discriminação, englobando as reivindicações: pela estabilidade no emprego; pela profissionalização da mulher; para trabalho igual, salário igual; contra a discriminação de sexo, cor, idade, estado civil ou maternidade; pela reformulação da CLT; pela extensão da CLT às empregadas domésticas e subempregadas; pela semana de 40 horas; contra o arrocho salarial, e contra o desemprego.

Outra campanha refere-se às creches: pelas creches nos locais de trabalho e moradia; que sejam atendidas crianças até 6 anos; que as creches sejam gratuitas e públicas, mantidas pelo governo e pelas empresas administradas pela comunidade; que os funcionários sejam recrutados nos bairros e escolhidos pela comunidade; pela reformulação e cumprimento da lei de creches nas empresas.

Também foi decidida a campanha contra o controle da natalidade imposto pelo governo: pelo direito à maternidade consciente; por condições de vida, saúde, saneamento básico, educação; pela informação e acesso a todos os métodos anti-concepcionais, com acompanhamento médico gratuito; pela participação dos grupos femininos e feministas, entidades sindicais, de bairros, partidos políticos na elaboração de um projeto alternativo de controle da natalidade; por uma campanha de esclarecimento e de denúncia com relação à questão do aborto.

De acordo com as decisões do congresso, haverá ainda maior incentivo à participação das mulheres nas lutas operárias, populares e políticas, sem no entanto esquecer a questão específica feminina. O ato público também foi dedicado a Zélia Magalhães e Inês Etienne.

Como operária, Wanda enfatizou a campanha permanente de reivindicação e mobilização nos sindicatos, e como moradora em favela, a luta pelas melhorias em saneamento e moradia. Lurdinha, bastante conhecida pela participação no movimento pelas creches, lembrou que esta luta vem se desenvolvendo desde o 1.º Congresso e deve continuar. Criticou a campanha de amamentação veiculada pelos órgãos públicos. "É uma campanha sem-vergonha. Como uma mulher pode dar de mamar, se ela não tem nem o que comer?"

Reforçando, a deputada Irma Passoni conclamou as mulheres a fazerem do 8 de março o dia de protesto contra a política econômica implantada no País. Solicitou ao povo a fazer o julgamento da política de Delfim Netto, feita para atender aos interesses estrangeiros. Já dona Ana, de Mauá, voltando a falar, pediu a união de mulheres e homens para que o povo tenha o direito de plantar suas terras.

Participaram do ato público: Flávia Schilling, Maria Augusta Capistrano (viúva do deputado David Capistrano, morto em 74), Silvia Pimentel, Eva Alterman Blay, Margarida Genevois (da Comissão de Justiça e Paz), jornalistas Ireda Cardoso e Maria Carneiro da Cunha, e inúmeros parlamentares, entre eles Sérgio dos Santos, Antonio Resk, Aurélio Perez, Eduardo Suplicy, além do presidente da UNE Aldo Rabelo, e outras personalidades.

Aqui, nossos direitos

Margarida de Donato e Silva

Quantas e quantas vezes, você amiga, apesar de dona-de-casa, esposa e mãe, também sofre na pele as injustiças sociais que lhe são tão violentamente aplicadas? Mas você não cometeu nenhum delito, nem sequer entrou numa Delegacia, nem foi a um Tribunal e, no entanto, sofre e sofre violentamente. Ou o seu marido lhe bate, bebe, chega tarde em casa, gasta o ordenado em "não se sabe como" privando-a, bem como aos filhos do sustento e da manutenção do lar.

Ou então, ele fugiu com outra deixando-a no mais completo abandono, nunca mais fazendo caso da família, sem nem sequer dar contribuição econômica para você e seus filhos. Você fala com pessoas corhecidas e elas, por sua vez informam "que a lei só funciona para os homens" "que não adianta" — "que para as mulheres as coisas não são assim", etc, etc.

Ou ainda, você comprou um terreno com as suas economias, foi pagando as prestações em dia e na hora de fazer a escritura... bem, acho que não é preciso dizer mais nada.

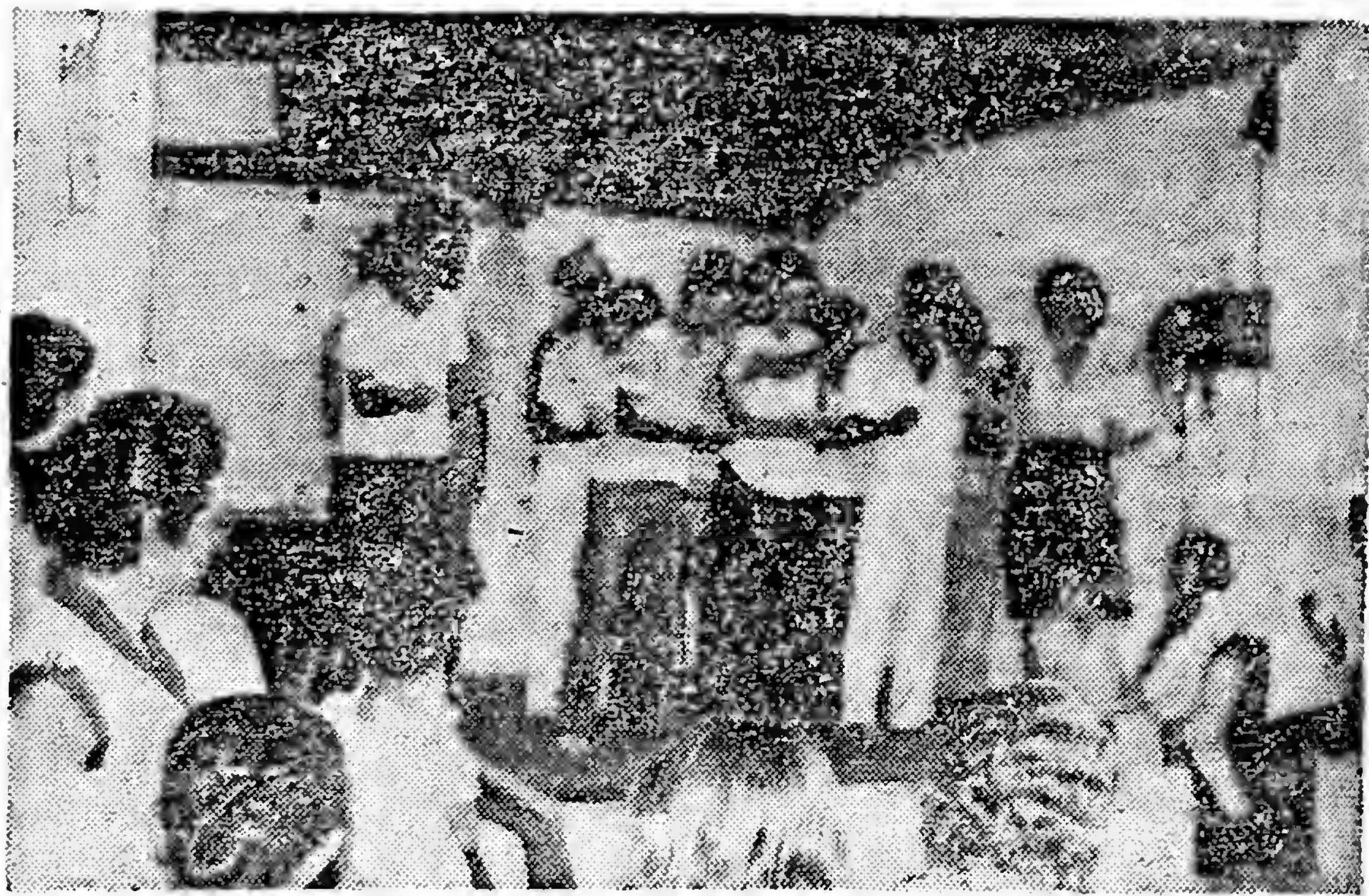
Mas, enfim, o que eu quero dizer, no sentido de tentar fazer chegar minha mensagem até você, é que as mulheres também têm direitos

e muitos e muitos, bem como os seus filhos.

Hoje, falaremos sobre a questão da obrigação alimentícia a ser prestada pelo cônjuge. Diz a Lei 6014 de 27-12-72, além dos dispostos do Código Civil, Código de Processo Civil, Leis Internacionais sobre alimentos, que o cônjuge tem o dever de alimentar, garantir a habitação, vestuário, e todas as necessidades inerentes ao alimentando. Portanto, se você foi abandonada por seu marido, existe toda uma legislação a seu favor, no sentido de fazer valer a sua proteção.

O que você precisa fazer é procurar imediatamente um advogado. Se você não tem recursos, procure a sua Comunidade — ela pode ajudá-la através da sua Paróquia, que geralmente mantém um serviço de plantão, em algum dia útil ou geralmente aos sábados pela manhã. Aí, você será esclarecida convenientemente e será posta a par de seus direitos.

Uma coisa no entanto, quero deixar bem clara: "não deixe de procurar imediatamente um advogado. Curiosos ou leigos têm boa vontade e embora usando da melhor das intenções poderão dar uma informação errada e você ficará prejudicada.



Liberdade, memória, afe

As mães do Camargo Novo, do Setor Itaim Paulista, a seguinte música, muito cantada no encontro do dia 1.º de Março.

Dureza é a mulher que trabalha sem parar / lava roupa e o marido a reclamar. / A vida das mulheres é difícil frentar mas nós ficando juntas / vamos nos libertar.

O salário é tão pequeno as compras tem que apartar / tem o marido que gasta tudo no bar / A mulher é obrigada a trabalhar sem parar / só porque o marido não pode se controlar. / A mãe fica sozinha com a carga da educação / e não pode muitas vezes dar aos filhos orientação / Tem marido que ainda pensa que mulher cozinhar / os negócios que ele faz, ela não pode opinar. / Nós temos que unir pra acabar com a exploração / Amor e paz com a sem falsificação. / Queremos um mundo novo com os direitos iguais os dois lutando juntos cada vez se amando mais.

Mais de 500 pessoas, a maioria mulheres, das vilas de Itaim Paulista, Parque Paulistano e Vila Mara, realizaram encontro de comemoração do Dia da Mulher, no Salão Acripa, em 1.º de março. Marias, Rosas, Lurdes, Ritas, Zéfas, Dalvas foram chegando para celebrar o Dia Internacional da Mulher. Sol quente, carnaval na rua. Várias centenas de pessoas, quatro horas seguidas, juntas, para desvendar os caminhos da libertação da mulher e do povo.

A assembléia foi preparada nos grupos de mulheres do bairro, em reuniões especiais, também no estudo da história das lutas passadas, querendo aprender o funcionamento da sociedade.

A abertura foi feita pela Coordenação das Mulheres do Povo, dando início à apresentação do programa inteiramente preparado por elas, em várias reuniões, com representantes de vários grupos. Das 14 às 18h00, grupos de mais de 30 vilas deram um show de criatividade: teatro, música, jograis, expressando consciência e força com que as mulheres buscam sua saída no túnel, numa acumulação paciente de vida comunitária nos bairros e grupos de rua.

Foram vários os assuntos tratados: a dupla jornada de trabalho da mulher empregada doméstica e dona de casa; o questionamento de um tipo de família que desenvolve nas crianças hábitos de submissão, úteis somente para manter a atual ordem social, injusta; a manipulação do corpo da mulher pelos organismos do governo e pelas clínicas a serviço do lucro; a imposição de remédios desnecessários pelas multinacionais; a discriminação da mulher na fábrica; a violência exercida contra ela pelos meios de comunicação de massa.

Elas proclamaram seus direitos a serem conquistados: igualdade mulher-homem, maior participação nas decisões, direito ao trabalho, direito

a salário igual por serviço igual, participação nas lutas populares, saúde, APM, direito de decidir sobre o seu corpo e sobre a natalidade...

As mulheres da periferia, participando maciçamente, quiseram alto e claro, que ninguém lhes tirar o direito de se manifestar com autonomia. Um movimento em que os congressos nacionais refletem a presença das facções políticas, sectarismo, intolerância, vícios que dividem a oposição brasileira e o avanço do movimento popular.

A assembléia das mulheres de Itaim Paulista traz uma lição: o momento de expressão livre, sabe, uma contribuição para derrotar as formas de dominação presentes mesmo nas manifestações do povo. Em movimento quis dividir ou um movimento paralelo a manifestações; foi um momento de liberdade e solidariedade e nos gestos dos homens de apoio à manifestação, da mulher que chorou, da mulher que chorou a situação de bóia-fre.

As mulheres da periferia para conquistar um espaço maior de liberdade e uma organização política. As lutas de e no campo, no Brasil e na América Latina são parte de uma luta só. Regina, jornalista, panheira de luta, fechou com a apresentação das mulheres em muitos países da América Latina, são encabeçadas por mulheres corajosas.

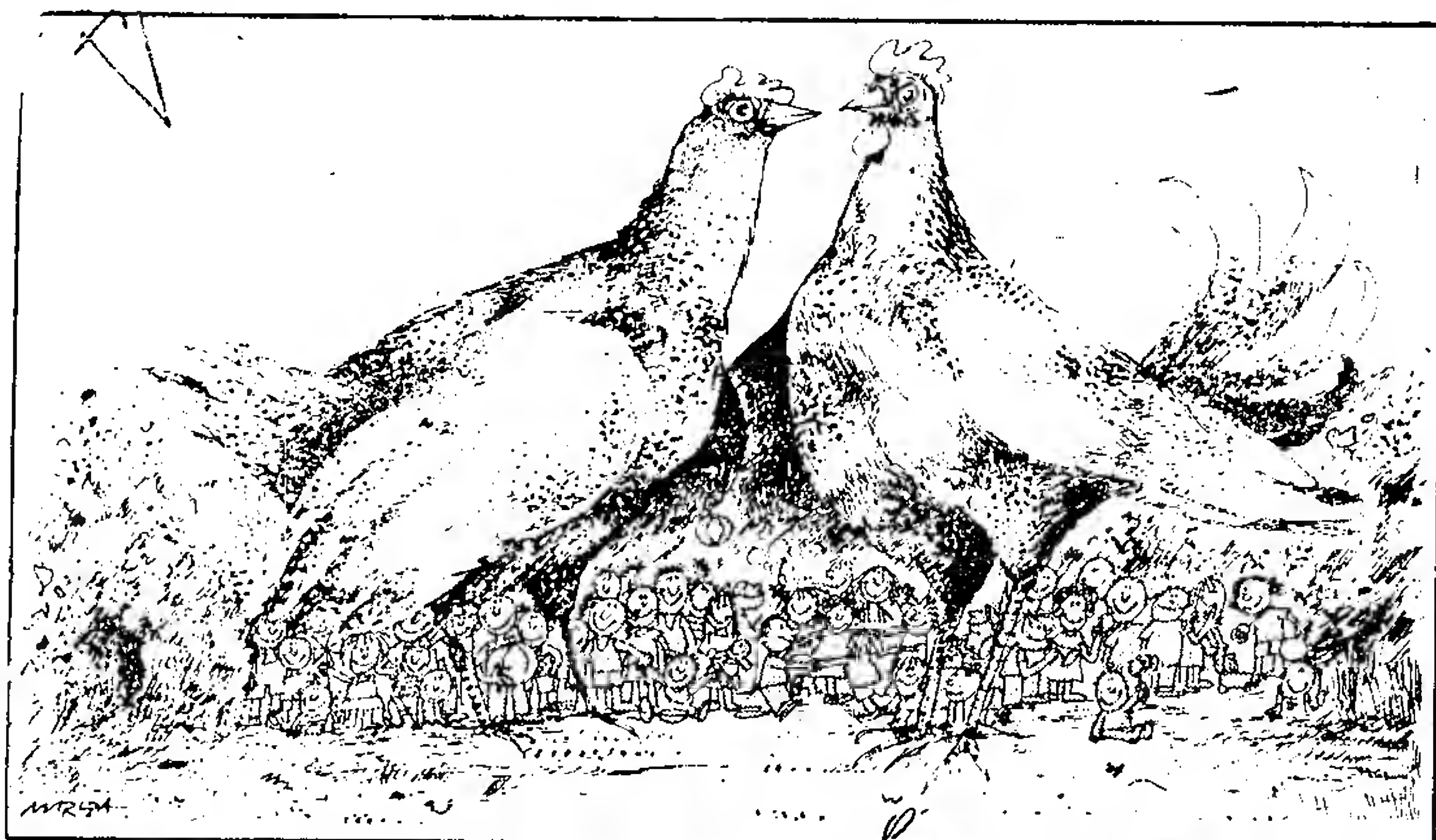
Estímulo para uma participação maior nas associações de mulheres nas comunidades, nos grupos, nos sindicatos, na construção de uma sociedade mais justa e dos bens e do poder. História a partir da mulher. É uma lição pequena?

(Setor Itaim Paulista)

Nova publicação sobre a Mu

Acaba de ser lançado o número zero de **Mulherio**, jornal de 16 páginas, surgido da idéia de pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas que se dedicam ao estudo da condição feminina no Brasil. A partir deste mês, o jornal passa a circular bimensalmente, contendo reportagens, artigos e análises sobre a crescente participação da mulher na vida social do País.

O jornal pretende ser um veículo para as experiências dos núcleos organizados de mulheres e não tem posições pré-estabelecidas, objetivando "debater os problemas que afetam a mulher, abrindo espaço para a discussão ampla de diferentes posições", segundo a editora responsável, Fundação Carlos Chagas, Prof. Francisco Morato. 05513, ou pelo fone 211-4



Igreja quer família unida e participante

CNBB propõe igualdade entre marido e mulher

PAULO SÉRGIO SCARPA

"A família se tornou para muitas pessoas o único lugar possível da afirmação e desenvolvimento social, que lhe são negados no plano do trabalho e da atuação social."

A afirmação é dos membros da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil — CNBB —, contida em documento lançado no final de 78, no qual os bispos brasileiros apontam os principais objetivos da Pastoral da Família. O documento foi elaborado a fim de fazer face à aprovação da emenda constitucional que abriu as portas para a introdução do divórcio no Brasil, em junho de 77.

No entanto, a própria CNBB adverte que, ao mesmo tempo em que a "convivência matrimonial e a família tornam-se extremamente importantes para uma pessoa, carregam-se de tensões, de expectativas e mesmo de frustrações, oriundas de outras experiências que tornam difícil sua satisfação".

MUDANÇAS

Para a elaboração dos objetivos da Pastoral da Família, a CNBB levou em consideração dois pontos considerados básicos pelo episcopado brasileiro.

Esses dois pontos contribuíram — e ainda contribuem — para uma mudança na vida familiar brasileira, se tomarmos como ponto de referência a antiga família patriarcal.

Assim, a CNBB analisa a "nova" família brasileira como fruto das "novas concepções da sexualidade e do papel social da mulher".

"Atualmente, há uma valorização positiva do sexo dentro do casamento, como meio e expressão da união conjugal, como algo profundamente significativo e agradável, em oposição ao ponto de vista do antigo que encarava o sexo como dever da esposa para com o marido e quase que exclusivamente em função da procriação. Esta nova visão da sexualidade concorre para facilitar o ajustamento do casal", acrescentam os membros da CNBB.

No que refere à valorização da mulher, "é digno de nota o reconhecimento muito mais abrangente e equitativo dos direitos e das responsabilidades que lhe competem" acentuam os bispos.

"Principalmente entre os jovens casais — acrescenta o documento — toma consciência a convicção de que a família, para além de sua função social, é uma construção a dois, que exige contínuo esforço de compreensão e cooperação mútua e, por isso mesmo, estabilidade. Apesar das aparências contrárias, nunca foi tão autêntico como em nossos dias, o relacionamento homem-mulher na família. O vínculo matrimonial não é mais considerado como sendo prioritariamente biológico e funcional, mas é tido principal e fundamentalmente como um relacionamento interpessoal no amor".

"Porém às vezes, mesmo o reconhecimento teórico do princípio da igualdade dos sexos e a simpatia pela luta do movimento feminista — adverte a CNBB — encobrem uma convicção arraigada de que a mulher é dependente em relação ao homem, convicção que se reflete e se mantém através de leis e de costumes que tiveram origem na sociedade patriarcal".

CONDIÇÕES SOCIAIS DIFICULTAM

Entretanto, a CNBB aponta em seu documento condições sociais que dificultam ou impedem a valorização da família. "As condições inadequadas de habitação, educação, alimentação e saúde tornam humanamente inviável a constituição e o desenvolvimento normal das famílias. A promiscuidade dos aglomerados habitacionais na periferia das grandes cidades, formados por emigrados da zona rural, afetam negativamente as estruturas familiares. Outras famílias são desfeitas pela migração de seus chefes. A migração e instalação precária nas grandes cidades resulta em permissividade sexual, violência e toxicomania, atingindo especialmente os adolescentes e agravando o drama do menor sem família. Também em alguns ambientes de renda média e alta penetrou a permissividade sexual e a desagregação da estrutura familiar, inclusive pela insatisfação e desequilíbrio.

COMUNIDADE

Para a CNBB, no entanto, a família nunca deve perder sua dimensão social. "Mesmo no desempenho de suas funções mais específicas — como a educação dos filhos, a família precisa, sobretudo hoje, da colaboração de outras famílias e de instituições diversas, que estimulam sua abertura para com a sociedade. O ideal da família cristã não pode ser o fechamento sobre si mesma, mas um estilo de vida e uma pedagogia que desde cedo preparem a criança e o jovem para a integração ativa e generosa na comunidade, no trabalho, na prática da justiça, no exercício de uma caridade autenticamente cristã que se volta em primeiro lugar para os mais necessitados".

E baseado precisamente neste conceito que a Comissão Arquidiocesana da Pastoral da Família, em São Paulo, norteia suas atividades. Composta por casais representando diversos movimentos familiares cristãos, (Movimento Familiar Cristão, Equipes de Nossa Senhora, Orientação de Vivência Sacramental, Encontro de Casais com Cristo, Movimento dos Focolari e Curso Intensivo de Vivência Cristã), a Comissão Arquidiocesana trabalha atualmente em diversos projetos voltados para a realidade social da cidade e do Estado, tais como a divulgação e aplicação do método Billings de controle da natalidade, assistência direta a menores oriundos da Febem (juntamente com a Pastoral do Menor) palestras de esclarecimento sobre o aborto, assistência à mãe solteira, participação junto a Clubes de Mães, etc.

O objetivo desse trabalho, explica a Comissão Arquidiocesana da Pastoral da Família, "é despertar as famílias para optar por prioridades essenciais e para que passem a integrar comissões familiares em bairros, visando com isso à total integração da família à ação social da Igreja no Brasil".

Moradoras dos cortiços da Mooca venceram a luta por sua creche

HELÔ CAPONI

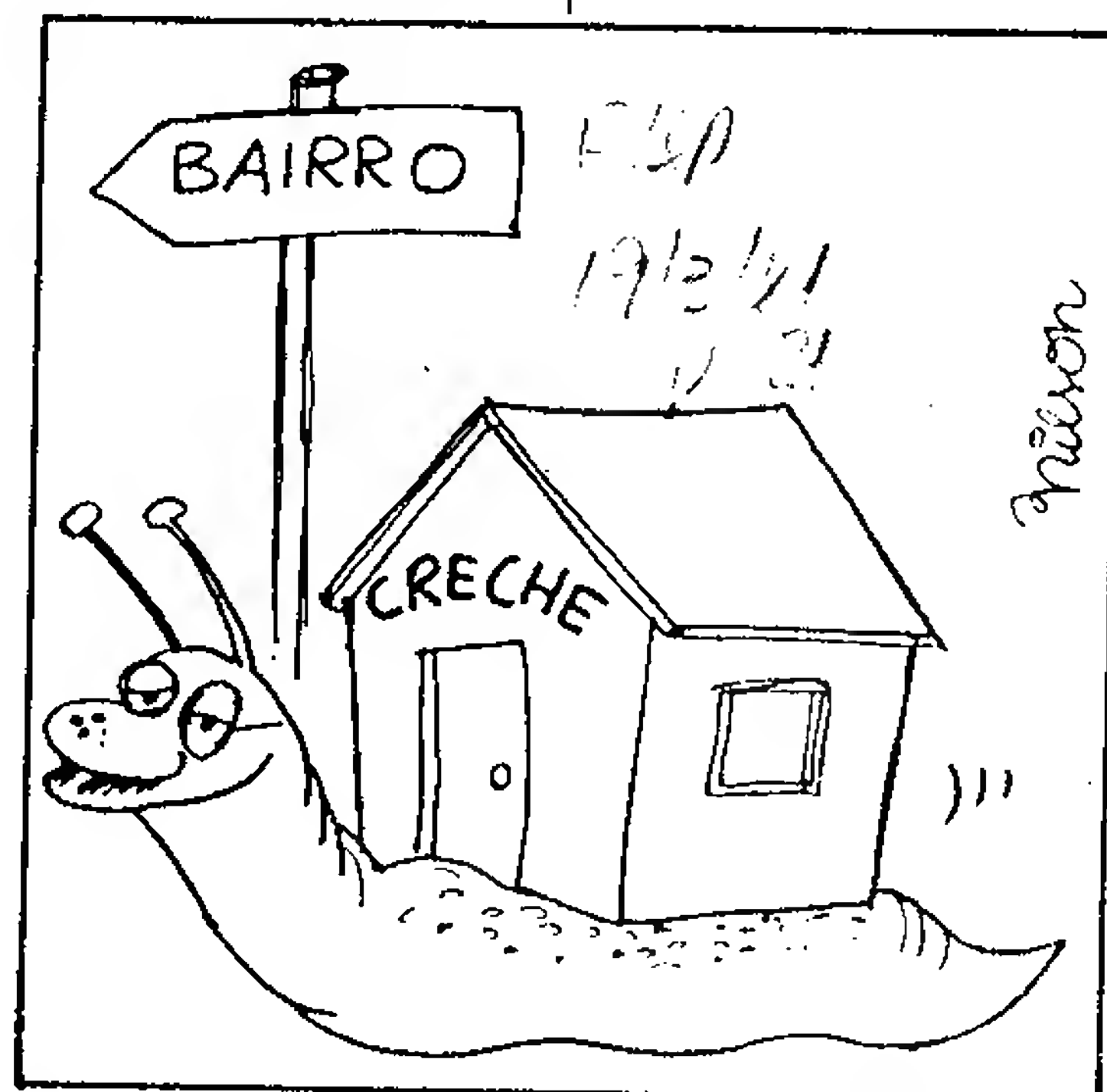
Cinco representantes dos moradores dos cortiços da Mooca estiveram ontem, durante quase duas horas, com o coordenador do Bem-Estar Social (Cobes), Wilson Quintella Filho, para cobrar novamente a implantação de uma creche, que vem sendo reivindicada desde 1979. Na audiência, Wilson Quintella garantiu que no início da próxima semana será publicado edital de concorrência para a construção de uma creche, para 150 crianças, em terreno na rua Jaibaras, um dos três escolhidos pelos moradores.

Embora a promessa tenha levantado os ânimos, cinco representantes (Maria da Paz, Ana Rodrigues, Francisca Joana, Julieta Justina e Socorro de Sousa) reclamaram do aluguel de uma casa por Cr\$ 75 mil mensais, para funcionar como creche. As crianças continuavam sem ter onde ficar, pois a casa estava fechada.

As moradoras não aceitaram a desculpa do coordenador da Cobes com relação ao contrato da casa, mas ele afirmou que o contrato, firmado em novembro, tinha sido desfeito, pois o imóvel necessitava de reforma que custaria mais de Cr\$ 400 mil.

"Estivemos na imobiliária e nos garantiram que o contrato não foi desfeito. Também estivemos na Supervisão Regional de Serviço Social (Surs) e um arquiteto nos informou que a reforma ficaria somente em Cr\$ 100 mil. Ele até nos sugeriu que conseguíssemos doações para pintar a casa", garantiu Socorro de Sousa ao coordenador.

"Como eu, outros moradores dos cortiços passam fome enquanto a Prefeitura fica jogando nosso dinheiro fora. Quando eu compro uma



bala estou pagando ICM" — argumentou Maria da Paz.

Ela disse ainda a Wilson Quintella que, em vez de ficar dando declarações na televisão de que iria implantar creches, deveria realmente mandar construí-las. "Tem que ser como na música do Vandrê: quem sabe faz a hora, não espera acontecer" — enfatizou, com seriedade.

Como comprovante de que realmente o edital para a concorrência seria publicado no início da próxima semana, as cinco mulheres, que deixaram seu trabalho para ir até o Cobes, perdendo um dia de serviço, pediram a Wilson Quintella um papel assinado. Irritado, ele se recusou, afirmando que aquela "era uma mostra de desconfiança no poder público".

Um sentimento incômodo de solidão

IREDE A. CARDOSO

Um acontecimento pioneiro para a mulher brasileira, em 1981: pela primeira vez, uma parlamentar assumiu a presidência dos trabalhos da Câmara, o que foi saudado com demagogia e falta de elegância. Essa é a medida de nosso atraso. Não se trata de lamentar a lentidão da história da população feminina, mas de constatar que, apesar de estar sendo chamada para contribuir de modo mais efetivo para traçar os rumos de nossa sociedade, a mulher brasileira ainda se vê amarrada por um conjunto desprezível de preconceitos. Isso faz tamanho mal àquelas que já romperam com tais amarras, que produz incômodo e falso sentimento de solidão, típico do "vanguardismo". Podemos imaginar o que sentiu a infatigável Bertha Lutz, política na década de 20, em nosso País.

Passam-se as décadas e a história vai se repetindo, agora, entretanto, não como farsa. A mudança qualitativa, atualmente, salta à vista. Não se trata mais da "vitória" de algumas figuras femininas, com o complexo de "rainha-abelha" ("cheguei até aqui porque me esforcei; assim, qualquer uma pode fazer o mesmo"). Mesmo porque, sabemos que a grande maioria das mulheres, salvo honrosas exceções, chega ao poder não como mulheres "de verdade", conscientes de sua condição social. Essas chegam como homens e embora vestidas de saias, com cabelos bem tratados, jóias, maquiagem, só nisso se distinguem do mundo masculino em que vivem. Esquecem e ignoram, cheias de preconceitos contra si próprias, da realidade da mulher brasileira. Algumas, ocupando posições de comando, jamais abrem a boca para refletir a partir da condição da mulher. Outras, também

lamentáveis, abrem a boca e proferem aqueles odiosos despautérios da ignorância sobre nossa realidade, no mundo e no Brasil.

Estamos fartas disso. É pena que esse cansaço faça parte de apenas um pequeno grupo de mulheres conscientes. Mas, ao que tudo indica, a mudança qualitativa está chegando, ainda subterrânea. Recebemos o apoio de uma leitora do "Folhetim", que nos deixou verdadeiramente comovidas. Isso acontece quando pensamos que estamos lá na frente e, portanto, isoladas, sozinhas. Felizmente, esta, talvez, não seja a verdade. Quantas mulheres ainda silenciam, mas torcem lá dentro, para que esses preconceitos primários de opressão callem de uma vez por terra? Quantas já têm consciência de que a família patriarcal é um absurdo arqueológico que telma e vitimiza as mulheres e as crianças? Não sabemos ainda. Quantas se sentem revoltadas por serem impedidas de estudar e trabalhar? Por serem consideradas cidadãs de segunda categoria, porque são donas de casa? Por se calarem por medo ou insegurança? Devem ser muitas. A elas, a nossa força e a certeza que enche corações cheios de vitalidade, de que tudo passa nesse mundo, e, se telmarmos, passa até o sofrimento inútil das que se recusam a lutar. Sejamos teimosas.

Precisamos de mulheres que nos representem de fato, que sejam mulheres "de verdade". Já estamos sonhando com mulheres desse nível, para um organismo nacional, para um ministério da Condição Feminina Brasileira, num futuro que não podemos ainda localizar no tempo. Mas sonhamos e defenderemos até a morte, que essas mulheres sejam extremamente conscientes da situação da população feminina em nosso País. Porque nunca é demasiado

lembrar que a maioria das mulheres brasileiras ainda não sabe o que é Democracia; não conhece de perto, nem mesmo a sua própria situação. Abrem a boca para falar sobre temas políticos, do ponto de vista masculino; esquecem-se de se colocar, em primeiro lugar, como mulheres que são. Assimilam todos os preconceitos que existem contra si mesmas. Empréstam a voz mais fina, os gestos nem sempre suaves, os cabelos e todo o corpo (que sofre infinitas discriminações) para lutar fanaticamente contra as mulheres. E despejam imposições, como quase toda a sociedade, sobre nossos corpos, sobre nosso direito de decidir sobre a própria vida.

Elas querem que nos esqueçamos da condição feminina. A verdade é que esse tipo de imposição é esmagado pela História e pelas mulheres conscientes. Esse tipo de ditadura "popular" (porque também o chamado "povo" costuma, em algumas faixas, universalizar seus valores, tal qual a burguesia) só vinga fora da Democracia. Por isso, estamos empenhadas, a partir de nossas lutas específicas e gerais, na Democracia, a única possível, que respeita a nossa voz de mulheres que falam por si próprias e não comandadas por decisões vindas de instâncias estranhas ao nosso auto conhecimento. Não podemos, entretanto, ser apenas sonhadoras: a batalha do dia-a-dia, em nossas vidas é que poderá nos levar às vitórias fundamentais. Não há como escapar: não podemos ser omissas. Fugir ou omitir-se só nos levará ao choro e à queixa inúteis; ao sofrimento que queremos espantar. Como mulheres que conhecem sua realidade, nossa ação será amorosa, generosa e, por isso mesmo, imbatível. A generosidade é paradoxalmente, cruel para os mesquinhos.

Amamentação garante direitos à mulher

FISP 22/3/81
p 45

RADHA ABRAMO

Lindíssimo o anúncio da TV que mostra a mãe amamentando o filho. É enternecedor ver a mulher dando o seio ao nenê, alimentando-o da forma mais natural. E é bom lembrar que se não fosse o leite da mãe, a humanidade não teria construído a sua História.

A campanha do Programa de Comunicação Social que agora o governo promove pela TV não divulga somente um método de profilaxia de saúde, como estende a mão ao diálogo com o povo. Diálogo pungente, comovente porque instrui a mulher e a sociedade sobre a necessidade dela própria alimentar seu filho até que ele atinja os seis meses de idade. O leite materno garantirá à criança toda as imunidades contra uma extensa lista de moléstias, inclusive a da fome, e permitirá que pelo menos por um tempo se frave uma relação de afetividade entre ambos, a nível concreto. O contato epidérmico, o aconchego ao seio enquanto o nenê mama, constroem paulatinamente uma forma de comunicação entre os dois, facilitando os cuidados do recém-nascido, que ainda não pode verbalmente reclamar seu desconforto e sua necessidade de carinho.

A campanha do leite materno é uma aproximação ao diálogo, reclamado justamente, repito, pelo governo. A mãe deve amamentar o filho pelas razões divulgadas, e também pelas subentendidas.

Ora, enquanto a TV mostra a imagem da Madona, a imagem, ela própria, suscita outras questões, pertinentes. Por exemplo, se a mãe deve alimentar o bebê até os seis meses, está implícito que ela terá as condições fundamentais para exercer esse dever materno, e social. Primeiro, no caso da mulher trabalhar fora do lar, estará garantida a licença à maternidade de, no mínimo, seis semanas antes, e oito depois do parto, podendo ser ampliado em caso de neces-



A mulher de hoje pode amamentar seu filho em qualquer lugar.

sidade? Serão cumpridas as exigências de creches que abrigarão o nenê no local de trabalho? Do contrário como a mãe pode alimentar o filho até seis meses se ela deve reassumir o seu emprego quando a criança tiver apenas dois meses — muito embora exista uma lei, ainda não cumprida (mas que precisa ser urgentemente cumprida) que obriga as empresas nas quais trabalhem mais de 30 mulheres com idade superior a 16 anos a ter creches?

Como a mãe poderá exercer a profilaxia de saúde dando seu leite como alimentação fundamental ao filho, se ela não receber os cuidados dos exames pré-natais e não for instruída sobre as funções básicas do sanitarismo e da educação?

O anúncio subentende ou insinua que a mulher não será mais despedida dos empregos, e por justa causa, por gravidez, nem depois de nascido o filho e de ter gozado da licença a que tem direito? A jornada de trabalho totalizará às 40 horas semanais e além disso a mulher terá o direito de aposentadoria aos 25 anos? O trabalho noturno só será permitido em casos especiais e ela não será dispensada devido à gestação ou ao parto, reivindicando ao mesmo tempo o abono das faltas para o tratamento da saúde dos filhos, até os 14 anos?

É tudo isso que devemos

entender vendo esse anúncio na TV?

E no caso de aposentadoria, por exemplo, a mulher não será mais despedida por gravidez, deixando assim de ser vítima do tal período de carência, que resulta em sua aposentadoria com pensão muito menor a que por direito lhe caberia?

Pois se ela perde o emprego porque está grávida e não consegue, pela mesma razão, arranjar outro, de que jeito ela vai pagar o INPS em dobro ou como autônoma, para evitar a armadilha da tal carência?

O dever do aleitamento materno, lembrado pelo anúncio, significa muito mais do que a simples, porém contundente imagem da mãe a alimentar o filho. Significa que outras campanhas deverão vir, divulgando as condições indispensáveis para a mãe dar de mamar ao seu nenê.

Para mim esse diálogo está aberto. Mas para as mulheres do povo desta Nação o diálogo só estará realmente aberto quando o governo, que lembra às mães que elas devem amamentar seus filhos, mas não oferece o complemento disso, apresentar-lhes as condições fundamentais para que esse exercício natural se realize sem sustos e sem amarguras.

O povo brasileiro, como todos os povos do mundo, só entende os fatos. Estes são o fundamento dos diálogos. Sem o que o anúncio da TV, por mais bonito que nos pareça, cairá também ele no vazio.

Estudantes ajudam a criar creche modelo na periferia

SÔNIA BARSOCCHI

As voluntárias da creche da favela do Jardim das Graças, na Freguesia do Ó, Capital, consideram que a "inteligência a serviço da qualidade de vida opera milagres". A creche nasceu do trabalho conjunto de rapazes e moças ligados à Pastoral Universitária, da Arquidiocese de São Paulo. "Por muito pouco que nosso trabalho represente, ele é uma esperança de vida para 40 crianças — afirma, a enfermeira Cecília, voluntária na creche há mais de um mês.

A alimentação é muito cuidada: a nutricionista procura manter o equilíbrio calórico-proteico, fazendo recomendações e zelando pelo cumprimento. Ela também é voluntária e universitária. As crianças modificaram o comportamento, depois que começaram a alimentar-se adequadamente: mostram maior disposição para brincar e aprender, o que não acontecia anteriormente.

Entretanto, essa alimentação rica não trouxe somente saúde: as crianças mais velhas, muito desnutridas, ainda não se habituaram a ela. A flora intestinal — assinala a nutricionista — precisa readaptar-se. Por isso, os mais novos reagem melhor e para os que têm até três anos e meio, a esperança de saúde é bem maior. Para essas, a expectativa de vida é ampla.

No entanto, antes do trabalho que agora executam, havia apenas a vontade de um grupo de católicos que operavam na Casa Cultura e Fé, da Igreja. O grupo — de acordo com o que

relatam as voluntárias — foi crescendo com a adesão de profissionais de várias categorias e de estudantes. Há três anos, depois de discussões, decidiram procurar, na periferia, um local onde não houvesse grupos organizados, apoio assistencial ou consciência da necessidade da luta por melhores condições de vida.

O encontro da favela, com mil habitantes confinados em duzentos barracos, entre os portões de uma fábrica, um terreno da Prefeitura e a marginal do Tietê, foi considerado o início do trabalho comunitário. Os estudantes realizaram pesquisas junto aos moradores da favela, para saber quais são seus maiores problemas. Falta de luz, água e creche foram as reivindicações mais gerais.

Um ano depois — segundo as mesmas fontes — a primeira vitória era conseguida: a Prefeitura instalou a luz, depois de ouvir os favelados, que insistiam em obter melhorias. Depois disso, a luta continuou para que viesse a água, que ainda hoje só corre em duas torneiras instaladas em terrenos da vizinhança. Um problema sério para quem quer cuidar bem de crianças.

A creche foi erguida em mutirão pelos favelados. As indústrias da região concordaram em fornecer alimentação e um amigo da comunidade cedeu equipamentos. Cuidam das crianças, atualmente, uma enfermeira, psicólogas, pedagogas e até uma fonoaudióloga. As mães são orientadas e seis favelados trabalham na creche como funcionários.

Mulheres

IIIº Congresso da Mulher Paulista Três mil comemoram a vitória

O desfecho do IIIº Congresso da Mulher Paulista com um ato público na Praça da Sé reunindo três mil pessoas no Dia Internacional da Mulher, e o encontro dissidente no Ginásio do Pacaembu.

Por Maria Tereza Verardo

Terminou dia 8 passado o IIIº Congresso da Mulher Paulista, depois de meses de duras batalhas que terminaram levando a uma cisão no movimento. Começando na PUC no dia 7, com 660 mulheres delegadas dos encontros regionais prévios, e terminando na Praça da Sé no dia seguinte com uma manifestação de três mil pessoas, a Coordenação dos grupos de mulheres que realizara os dois congressos anteriores encerrava agora o IIIº, depois de liaver reunido cerca de seis mil mulheres na sua primeira etapa. Ao mesmo tempo, no ginásio do Pacaembu, o grupo dissidente promovia igualmente seu encontro, auto-proclamando-se também o IIIº Congresso.

Esta divisão prometia, finalmente, uma certa paz para ambos os grupos quando na sexta-feira (6/3) aparece nos jornais a notícia de que o diretor do DOPS, Romeu Tuma, havia enviado ofícios ao Secretário dos Esportes e à Reitora da PUC alertando sobre o perigo de ceder as instalações da PUC e do Pacaembu para congressos de mulheres patrocinados pelos grupos da Hora do Povo, do PT e do jornal O Trabalho.

Recomeçam as tensões. Há 12 horas do início do Congresso e ninguém sabia exatamente o que ia acontecer. Somente à noite chegou a confirmação que a nota nos jornais não ia alterar a decisão do Secretário dos Esportes em ceder o Pacaembu e da Reitora da PUC em ceder a Universidade para a realização dos encontros.

As delegadas na PUC

O dia 7, início da segunda fase do IIIº Congresso ficou dividido em duas partes: pela manhã houve a solenidade de abertura onde foram homenageadas a ex-presença política Inês Etienne Romeu, que recentemente denunciou torturas cometidas pelos órgãos de repressão do Rio de Janeiro e Zélia Magalhães, morta em 1949, no Rio de Janeiro, quando participava de comício contra a Lei de Segurança Nacional da época.

Presentes na solenidade de abertura várias pessoas comprometidas com a luta pela democracia e pela libertação da Mulher: Do PT estavam os deputados Sérgio Santos, Irma Passoni, João Batista Breda e Geraldo Siqueira. Do PMDB o deputado Fernando Morais e o vereador Benedito Cintra. As esposas e mães dos líderes sindicais enquadrados na LSN, e Zuleika Alembert — ex-deputada estadual em 1946, organizadora do Comitê de Mulheres brasileiras no Chile e em Paris — foram homenageadas pelas congressistas.



Flávia Schilling no dia 7 na PUC.

A primeira etapa do Congresso numa das regionais (acima à esquerda) e manifestação pelo Dia Internacional da Mulher

Dos discursos de abertura destacam-se o da representante do Movimento Negro Unificado, Cleusa Aparecida da Silva, que falou sobre a triplice opressão da mulher negra causada pelo homem negro, pelo homem branco e pelo sistema. A representante da Associação das Donas de Casa de Mauá, D. Ana de Souza, falou sobre a íntima ligação da luta contra a carência e reforma agrária com a luta das mulheres, e Clara Shart, viúva de Carlos Marighella, que comparou a luta atual das feministas com as várias lutas das feministas desde a época do sufrágio. Colocou a luta atual como continuidade das lutas anteriores.

A segunda parte do dia foi reservada para que as delegadas, divididas em pequenos grupos, discutissem e tirassem as bandeiras de luta que deverão ser encaminhadas pelos movimentos de mulheres durante todo o ano.

São quatro as principais campanhas, uma de cada tema discutido:

a) Mulher e trabalho: Pelo direito da mulher ao trabalho, contra a discriminação;

b) Mulher e Saúde: Contra o controle da natalidade imposto pelo governo, mas pelo direito ao planejamento familiar;

c) Mulher e Trabalho (2): Pela construção de creches financiadas pelo estado, com controle dos pais e administradas por funcionários recrutados no bairro;

d) Mulher e Política: Incentivar a participação das mulheres nos sindicatos, partidos políticos, entidades de bairro e movimentos democráticos.

Este último foi o único tema que causou alguns problemas. Ao grito de "Constituinte Livre e Soberana pro Brasil!", um pequeno grupo de pessoas liderado pelas representantes do jornal *Tribuna Operária* queriam a todo custo que passasse a bandeira da Constituinte, que dividia o plenário, já que nem todas as mulheres presentes a defendiam, e também porque as delegadas não tinham autoridade para se definirem por temas que não tinham sido discutidos em suas regiões.

A manifestação do dia 8

Com uma manifestação na Praça da Sé, que reuniu cerca de 3 mil pessoas apesar do temporal que desabou exatamente na hora do ato público, terminaram as comemorações do Dia Internacional da Mulher. Líderes das várias entidades feministas e femininas que organizaram o IIIº Congresso apresentaram oficialmente as resoluções do Congresso. Iara Prado, integrante da Sociedade Brasil Mulher e presidente da mesa do Congresso fez um discurso ressaltando que a luta das mulheres não se restringia à luta pelas especificidades: "Nós mulheres paulistas, queremos dizer um basta à Lei de Segurança Nacional que condena líderes sindicais, quere-

mos dar um basta à política do governo, à carestia e ao arbítrio que prende um Prêmio Nobel da Paz". E Irma Passoni falou em nome dos parlamentares presentes, condenando a política econômica do governo (estavam ainda presentes ao ato: Sérgio dos Santos e Eduardo Suplicy do

PT, Fernando Moraes, Antonio Resk e Aurélio Peres do PMDB).

O encontro das Dissidentes no Pacaembu

Com cerca de 500 participantes começou no sábado, dia 7, o encontro realizado pelo grupo dissidente da coordenação, identificado com o jornal **Hora do Povo**. Na mesa que abriu o encontro estavam os deputados do PMDB Samir Achôa e João Carlos (Diadema), o Presidente da Associação dos Radialistas, o Secretário Geral do Conselho das Sociedades Amigos de Bairro, o deputado do PDS Ruy Côdo, e a representante do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Nair Maria. Um boletim de oito páginas, vendido a Cr\$ 30,00, continha as oito teses a serem discutidas no encontro.

As bandeiras de luta tiradas no dia seguinte, com cerca de 2.500 participantes, se referem a cada um dos temas discutidos: mulher e a luta contra a carestia, mulher e a luta pela educação dos filhos, mulher e a luta pela igualdade de direitos, mulher e a luta pela democracia (onde foi pedida uma Assembleia Nacional Constituinte livre e soberana), a mulher e o trabalho, a mulher e a saúde (onde foi pedida a legalização do aborto) e, a organização política da mulher: onde se prevê um período de seis meses de estudos para a criação da Federação das Mulheres do Brasil.

O que pensam as delegadas do Congresso

EM TEMPO ouviu várias delegadas presentes no Congresso sobre os temas que foram debatidos e aprovados. Aqui, um apanhado de algumas opiniões.

• **Irma Passoni** — deputada do PT: "Este Congresso foi acima de tudo um ato político. Vários grupos tiveram que ceder até na definição de suas linhas políticas, para poderem chegar juntos. É um desafio democrático para as mulheres, manter esse espírito de trabalho apesar das divergências. De todos os temas, mulher e trabalho, onde a mulher é barrada só por ser mulher, mulher e saúde, creches, escola para os menores, a questão do adolescente e do serviço militar etc, o mais difícil é exatamente o tema mulher e política. Este congresso pode ser comparado ao parto. Foi uma gestação difícil, mas valeu a pena".

• **Sara Torres** — militante feminista argentina, delegada pelos grupos de mulheres argentinas para participar do Congresso da Mulher Paulista: "É maravilhoso encontrar reunidas tantas mulheres tão diferentes, mas fico muito confusa com a divisão das outras congressistas porque não vejo grande diferença de lutas. De qualquer modo estou achando tudo aqui muito organizado e fico muito entusiasmada com isso."

• **Maria José Almeida Borges** — 36 anos, casada, quatro filhos, moradora em Osasco: "É a primeira vez que participo de

um congresso. Achei que foi mais ou menos, poderia ser melhor. Das bandeiras eu gostei de melhores salários para a mulher, pela creche gratuita, por recursos profissionalizantes do Senai gratuitos para mulheres. Pra mim este congresso acrescentou muito no sentido de que ajuda a mulher a ter mais coragem. A mulher precisa lutar, se ela não lutar ninguém vai lutar por ela. Tenho a impressão de que terei um pouco mais de liberdade. E se de todas as bandeiras que saíram daqui uma só for levada em frente, já vai melhorar alguma coisa. Só a questão do aborto é que eu sou contra, minha religião é contra".

• **Wanda Rosa** — 26 anos, solteira, moradora em Guarulhos: "Vim participar desse congresso porque entrei no Grupo de PT de Guarulhos, e lá a gente discutiu o congresso, os temas. Foi diferente do ano passado que eu participei sem estar por dentro de nada, ficou tudo muito confuso; desta vez não. De todos os temas eu preferi o que coloca contra a discriminação da mulher no trabalho. Com relação ao aborto eu acho que precisa antes se ter mais conhecimento do próprio corpo, mais esclarecimento dos meios anticoncepcionais e só depois se falar de aborto".

Homossexualismo

CHANACOMCHANA,
o primeiro jornal lésbico do Brasil,
declara:**"Por uma prática de
erotizar a subversão"**

Acaba de ser lançado em São Paulo o 1º jornal lésbico do Brasil, representando um marco dentro da evolução do movimento homossexual. Aqui uma reconstituição do movimento desde 1979.

Por Wilma Monteiro, Júlio Dias Gaspar e Silvana Afram



A adesão de mulheres lésbicas no movimento feminista em São Paulo tem origem a partir de maio de 1979. Até esta época, as lésbicas faziam parte do Grupo SOMOS de Afirmação Homossexual, discutindo sua sexualidade juntamente com os homossexuais masculinos. Se inicialmente a sua aproximação com este grupo tenha se devido à sua condição de homossexuais, num segundo momento vai se formando a consciência de uma outra especificidade: que além de serem lésbicas eram também mulheres e que o homem, apesar de sofrer a mesma discriminação em sua sexualidade receberam influência de toda a educação machista que relega a mulher a segundo plano.

Apesar da discriminação sexual ser a mesma para os dois sexos, a lésbica começou a despertar para a necessidade de ter um espaço só delas, onde poderiam discutir a sua dupla discriminação: enquanto lésbica e enquanto mulher, formando a Facção Lésbica Feminista, que embora atuando com alguma independência, continua fazendo parte do SOMOS.

**Participação das lésbicas
no IIº CMP**

Com a perspectiva do IIº Congresso da Mulher Paulista, realizado em março de 1980, cresce a aproximação com os grupos feministas. Apesar de uma participação mais ou menos frágil na coordenação desse Congresso, durante a sua realização, a atuação das lésbicas foi no sentido de alertar para o problema da violência. Foi contribuído o documento "Mulheres Violentadas", e montado um mural com fotos de lesbianas e textos do jornal **Lampião** "Amor entre Mulheres" e de Sojourner Truth, "Mas eu não sou uma mulher?", com o objetivo de levantar um debate sobre a questão lésbica. Tiveram ainda grande participação nas discussões de grupo, ressaltando a discriminação de sua sexualidade. Essa experiência de aproximação com os demais grupos feministas trouxe-lhes um avanço muito grande, apesar do medo e insegurança, dado que foi a primeira aparição em público assumindo sua condição lésbica.

**O encontro dos grupos
homossexuais**

Em abril de 1980, aconteceu em São Paulo o I Encontro de Grupos Homossexuais Organizados (EGHO). Com a experiência recente do IIº Congresso da Mulher, a Facção Lésbica começa a intensificar a sua postura feminista, preparando várias pastas com documentos e bibliografia sobre a questão lésbica e feminista. Dentro de um Encontro de Bichas, como vinha sendo chamado, as mulheres homossexuais teriam que conquistar seu espaço. Durante o EGHO, discutiu-se muito a questão lésbica, o machismo dos homossexuais, a reprodução dos papéis da sociedade heterossexual patriarcal e levantou-se propostas de discussão sobre feminismo. Além disso teve uma atuação importante na venda de bônus para a greve de metalúrgicos do ABC.

Chegou-se à conclusão de que as mulheres deveriam se juntar em facções dentro dos grupos homossexuais para garantir o espaço de discussões sobre suas especificidades. No mês seguinte, a Facção Lésbica separa-se definitivamente do grupo SOMOS, optando pela sua autonomia.

O Congresso de Valinhos

Em junho de 1980 aconteceu o I Encontro de Grupos Feministas, em Valinhos, Estado de São Paulo. Foi a partir daí que, de fato, se inicia o entrosamento efetivo das lésbicas com os grupos feministas. Foi a primeira vez que as lésbicas tiveram oportunidade de discutir a discriminação de que eram vítimas mesmo entre as mulheres esclarecidas, críticas e militantes do movimento feminista. Esta discussão foi importantíssima porque muitas dessas mulheres não tinham se dado conta que discriminavam outras mulheres apenas por sua sexualidade. A proposta lésbica era de que se discutisse "Discriminação

entre Mulheres" e "Sexualidade" além dos temas já propostos "Dupla Militância", "Autonomia do Movimento", etc. Dessas discussões surgiu a proposta de se criar uma "Comissão Contra a Violência", que mais tarde resultaria no SOS MULHER.

Esta comissão foi o primeiro espaço onde se concretizou um trabalho conjunto entre mulheres homossexuais, bissexuais e heterossexuais que atuam lado a lado, respeitando suas especificidades.

Em outubro de 1980 foi formado um novo grupo lésbico, Terra Maria - opção Lésbica, que veio enriquecer o Movimento e já em novembro, junto com a Ação Lésbica Feminista, participaram da Coordenação do IIIº Congresso da Mulher Paulista, que este ano foi organizado por regionais, estando os grupos lésbicos concentrados na região oeste. "Em nossos dias, os extremos entram em acordo para negar ao homem a liberdade de dispôr de sua epiderme". (Daniel Guérin).

Em reuniões de preparação deste Congresso, as lésbicas se viram diante de uma nova forma de violência: a de nível político — quando as "paladinas" da **Hora do Povo** em edição de 23/1/81 acusam as lésbicas de não assumirem sua condição de mulher, de imitarem os homens no que eles têm de mais caricatural, e de publicamente duvidarem da representatividade

da Coordenação por nela conter "sapatinas" tentando com isso desprestigiar esta Coordenação através destes ataques preconceituosos e sectários às lésbicas e feministas, utilizando-se desses chavões conhecidamente machistas.

No discurso das militantes do HP, nota-se claramente que elas só acreditam numa revolução apenas nas relações de produção, e isto é alimentar uma estrutura patriarcal que mantém a dominação/

opressão da mulher, secularmente praticada em todos os tipos de sistemas.

Para não cairmos na mesma prática, acreditamos que só em uma **Revolução socio/sexo/cultural** as pessoas terão desde a real liberdade de criação e produção, até a livre opção sexual.

A repressão da sexualidade, é sabido, destrói o germe positivo da subversão. Esta opressão é característica básica do autoritarismo que as brigadistas do HP incorporam à sua ideologia, e tem levado com perseverança inescrupulosa, usando para isto até a violência física.

Mas isso não intimidou as lésbicas de participarem ativamente durante a realização do Encontro Regional da Zona Oeste. Foi distribuído nos diversos grupos com 20 participantes, o documento "Lésbicas e Violência", onde é citada a violência sofrida nas instituições familiar, social, religiosa e política.

"A maioria das mulheres lésbicas sempre procuraram viver secretamente porque ao serem percebidas como homossexuais são desprezadas pela sociedade. Sabemos que um pequeno deslize custará nosso emprego, a família e os amigos..."

"...Nós lésbicas temos que pagar pesados tributos para sobreviver. Temos que desenvolver um forte sentimento de auto-estima para não enlouquecermos... Muitas enfrentam grandes desafios para conseguirem uma boa educação e um trabalho decente. Esta nossa impossibilidade de existência pública deixa-nos somente duas opções: o gueto ou a clandestinidade..."

"...Queremos espaços políticos a partir dos quais se possa resistir, onde podemos ter possibilidades de escolha, onde recusamos a opressão como natural, onde possamos criar alternativas de vida. Sabemos que o lesbianismo não é uma perversão, uma anomalia, uma recusa da castração, nem uma forma de sexualidade diferente, e sim, pura, clara e simplesmente uma **escolha política**."

No tema "Mulher e Violência" foi lido este documento, e o fato das lésbicas terem se diluído em diversos grupos possibilitou que a questão do homossexualismo fosse discutida por um maior número de mulheres participantes, ao contrário do ocorrido no Congresso passado.

O lançamento do jornal no III.º Congresso

Por fim, foi lançado neste Congresso, "com muito orgulho", o primeiro jornal no Brasil — O CHANACOMCHANA. Este jornal, composto e editado por lésbicas organizadas e independentes, está aberto a toda e qualquer colaboração que possa vir a enriquecê-lo.

Com uma concepção absolutamente nova e ousada, temos aí o Movimento Lésbico com propostas de quebrar com os estereótipos, contrariar todo e qualquer tipo de padrões estabelecidos, acreditar no feminismo como a ideologia de transformação radical da sociedade e com uma prática de erotizar a subversão.



O feminismo primário já morreu no Brasil

GILBERTO VASCONCELLOS

Tai, eu fecho com Anais Nin: descobrir e ler escritoras é mais importante que atacar escritores. As mulheres brasileiras têm que dar um rolê no feminismo primário... Por mais genial que seja lutar pelos direitos iguais entre homens e mulheres ao nível da profissão, do salário, da informação, etc. Culturalmente elas têm que ir além disso, elas têm que fazer nossa cabeça... Senão o feminismo corre o risco de ficar no exotismo, na má consciência das mulheres economicamente privilegiadas, na macumba pra turista ou no paternalismo em cima das "minorias". Foi com esse pique que eu fui entrevistar Maria Rita Kehl. E antes dela abrir a primeira cerveja, eu disse o seguinte: Rita, nada de organização ou marxismo ou luta de classes. Eu quero perguntar outro troço. Por que é que as mulheres, tendo um orgasmo mais convulsivo que o dos homens, elas querem reproduzir mesmo assim a trajetória fálica da personalidade masculina?

Maria Rita: "Bem, a mulher tem um gozo convulsivo quando goza — porque uma das consequências da "inferioridade sexual" da mulher, quer dizer, a submissão sexual da mulher é o fato de um monte de mulheres não gozarem nunca ou gozarem muito pouco, o que pode ser até uma forma de recusarem a submissão sexual ao fallus. Veja o seguinte: para o homem a ejaculatio não é problema — problema é o prazer, pois existe diferença entre o desempenho fisiológico automático e o cara ter prazer sexual de fato. A trajetória social do homem inclui a sexualidade como meio de prestígio, de poder. A sexualidade masculina está empenhada num jogo de poder, o que é também uma forma de repressão. A fragmentação do sujeito entre sexo e afeto, sexo e emoção por exemplo."

Pode crer, Rita, pode crer — eu conheço porrada de homens (inclusive artistas e intelectuais que se julgam moças em sensibilidade), muitos e muitos que massacram falicamente as mulheres a nível do símbolo, a nível da cultura ou na competição intelectual em termos de talento e inteligência. Se o fallus, como diz Freud, não se identifica com pênis tout court — então o negócio da afirmação ou negação da mulher passa necessariamente pela coisa da cultura... Maria Rita concorda comigo: "Pois é, não dá pra discutir sexualidade sem colocar a questão afetiva. Na mulher o prazer mantém uma relação mais integrada: eu transo com alguém que eu curto, não é com os genitais de alguém que eu transo, é com a minha pessoa inteira e com a outra pessoa inteira. Eu não vou transar com alguém que eu acho desprezível intelectualmente. Enquanto o homem faz essa divisão, a tal história de querer uma mulher boa e burra, nego se relaciona só com uma parte da mulher." E isso é tão profundo que a própria literatura erótica dos homens não satisfaz as mulheres — assim como os poetas que são homens que recusam utilizar a linguagem, as mulheres recusam também utilizar o sexo. E, desse



Rita: "O homem tem mais o que perder".

jeito, a afirmação da sensibilidade feminina poderá, quem sabe, extirpar a dicotomia mais arraigada e esquizofrênica da cultura ocidental: a dicotomia entre sexo e ternura, entre mãe e libertina. Se não for isso, eu brinco com a Rita, se não for isso a misoginia vai continuar ainda por muito tempo — saca aquele papo do Baudelaire de que amar uma mulher inteligente é um prazer de pederasta? — "Pra mulher durante muito tempo era assim: sexo e casamento, sexo e amor. Pro homem era assim: sexo e casamento de um lado e prazer e prostituta de outro lado. Então era uma coisa sempre cindida. A mulher tinha que conjugar as duas coisas, sexo e amor. O homem podia conjugar ou não. Bem, aí vem uma reação a isso que é legal e muito saudável ou seja, vamos desvincular sexo de amor. Sexo é uma atividade livre, liberada, que não tem necessariamente nada a ver com amor. O problema é que se cria aí um teatro sexual liberado, um teatro mesmo, todo mundo transa com todo mundo mas continua reprimindo a questão afetiva — porque o que bagunça a vida são os afetos — a excitação sexual, isso se resolve de mil maneiras — a questão central é o afeto, as paixões e aí é que se situa a repressão profunda. O homem, por exemplo, ele consegue sua trajetória fálica mas com o preço da não paixão."

Psicóloga, pós-graduada pela USP, jornalista, Maria Rita é loira e linda e malandra, tem quase 30 anos e um filho com cara de lua que sorri pra mim toda vez que me vê — Rita já publicou um livro de poesia, vários ensaios sobre ideologia e televisão e foi editora de cultura do jornal "Movimento" nos anos setenta e é uma intelectual típica e representativa que plintou no Brasil nos últimos anos, por dentro de toda a transação moderna e insana do quartier de Pinheiros, inclusive do ponto de vista existencial...

"Olha que debaixo do atual teatro sexual liberado está a repressão do contato de uma subjetividade com outra subjetividade, que não é necessariamente amoroso. O contato sexual não é necessariamente apaixonado mas necessariamente é um baita contato — são duas subjetvidades que se desejam e nesse momento eles se despem da capa de serem fálicos, a capa que a sociedade exige deles — de serem completos e auto-suficientes — e é nesse momento que eles se mostram carentes. E isso nenhum quer ver no outro, nenhum quer dar bandeira pro outro, nenhum quer ver em si mesmo e isso é repressão e multa porque você não pode, a repressão não permite, você não pode ser sujeito de uma carência". Ritinha, isso é lindo, um barato o que você está dizendo — os amantes, todos os amantes do Brasil deveriam enviar flores para sua casa, flores de agradecimento ou senão uma mesada — o que estraga efetivamente os amantes — além da existência da grana — são os papéis. Sem dúvida. "Pois é, bicho" — Rita rebate em cima, "pois é, só que no jogo dos papéis fica bonito pro feminino ser sujeito de uma carência — pro homem fica feio. O homem nisso está reprimido mais profundamente do que a mulher. Então a mulher às vezes se sente traída pelo homem a quem ela se entrega quando ela descobre que o cara não reconheceu ela na cama... O cara transou comigo e não me viu, ele não quis olhar pra mim e ele não deixou eu olhar pra ele". Eu sempre desconfiei, eu digo pra Rita, que os homens deveriam fechar os olhos... A vigilância é um horror, esse negócio de dedo no gatilho é neurose de cowboy e é muito desagradável — e não é à-toa que o cinema, a religião da possessão, como diria Jim Morrison, é uma criação de homens destinada a consolar homens...

Por dentro das teorias de Freud, de Reich, de David Cooper e todos os autores que aprofundaram a reflexão sobre a sexualidade — que não se reduz a uma questão de quantum energético — Maria Rita diz o seguinte: "O orgasmo convulsivo tem a ver com o momento da perda total, perda da consciência e da vigilância, é um momento de entrega, de se dissolver num desequilíbrio e reequilíbrio de energia, é uma aproximação com a morte e o fim de todos os referenciais, e para a mulher essa entrega total é menos vigilante porque ela tem menos coisas sob controle, ela já está mais perdida, ela tem menos o que perder. O homem tem muito mais o que perder — aliás eu acho muito estranho que o orgasmo masculino tão frequentemente seja tão silencioso... Apesar de ser mais evidente fisicamente e em termos de substância, o orgasmo masculino é mais despercebido enquanto explosão... O homem tem que segurar as pontas o tempo todo e continua sendo fálico mesmo na hora do orgasmo e ele entrega e não entrega ao mesmo tempo. E, isso é estranho porque o homem talvez possa ser menos sujeito do seu desejo do que a mulher até hoje — apesar de ele ser o cara que tem o fallus e escolher quem é ou quem não é gostosa". Boquiaberto, estarrecido, eu olho pra Rita e me convenço de que o feminismo primário, depois desse papo, está definitivamente sepultado na cultura brasileira.

A Cidade é Sua

Creche construída sobre
pântano traz preocupação

"Em outubro de 1980 foi inaugurada na rua Gutemberg José Ferreira, situada no Jardim Sandra, Santo Amaro, uma creche da Prefeitura, construída sobre terreno da própria municipalidade.

"Trata-se, evidentemente, de uma obra de grande alcance social, que só mereceria elogios se não fosse perturbada por um problema de alta gravidade que anula, em grande parte, os benefícios prestados.

"Acontece que o terreno onde a obra foi levantada é um verdadeiro pântano onde são despejadas águas servidas e detritos de todas as casas situadas num ralo que abrange pelo menos uns oito quarteirões da redondeza.

"Ora, se isso prejudica a saúde dos moradores da região, que dizer, então, das crianças que são recebidas diariamente na creche e ali ficam o dia todo, respirando um ar pestilento e mal cheiroso, ninho de proliferação de moscas, pernilongos, baratas etc.?

"É preciso que a Secretaria das Administrações Regionais atente para o grave inconveniente, providenciando não só o saneamento do local como o término dos serviços necessários, que compreendem naturalmente a instalação de rede de esgotos (responsabilidade da Sabesp) e indispensável pavimentação.

"Queremos e precisamos utilizar essa creche, mas dentro de um ambiente saudável que não nos traga a preocupação que nos atinge no momento."

Do sr. José Franco de Assis

Município de São Paulo, mas que, devido à indisponibilidade de frota no momento, uma vez que os carros adquiridos por esta companhia se encontram totalmente absorvidos e dimensionados na operação das linhas já existentes, damos por prejudicada a reivindicação. Entretanto, tão logo a companhia venha a adquirir novas unidades, o assunto poderá ser objeto de novos estudos."

F/SP 25/3/84 p. 15

As injustiças contra a mulher no dia-a-dia

Todo mundo cantando — alegres — unidos... com a música do Peixe Vivo começou:

A mulher já tá lutando
Pela água, asfalto e luz,
Mas ainda falta muito
prá acabar com a nossa cruz.

Sai mulher prá denunciar
A injustiça, a opressão,
E convida todo povo
A buscar a solução.

Refrão:

A MULHER DA NOSSA TERRA
TÁ VIVENDO SUFOCADA
POIS OS GRANDES TÃO MANDANDO
E A MULHER É EXPLORADA.

Onde aconteceu?

Em Itaquera, no dia 8 de março, na Igreja NS do Carmo, juntaram mulheres de todas as comunidades do Setor para celebrarem juntas o Dia Internacional da Mulher. Vieram quatrocentas mulheres — algumas acompanhadas pelos maridos dando todo apoio — porque todas estão conscientes da sua situação de mulher explorada, marginalizada e oprimida.

A Celebração iniciou-se presidida por Cida, Geni, M. Antonia, Lourdes. Pediram perdão a Deus pelas vezes que se mantiveram caladas perante a sua situação de injustiça... pediram perdão porque não souberam reagir contra o sistema capitalista que faz da mulher um objeto de consumo.

A participação do povo foi ativa na parte da Reflexão que sempre destacava a posição radical de Cristo perante a marginalização da mulher da sua época. Conforme a Pastoral dos DH, e Marginalizados de São Paulo, as mulheres vieram denunciar situações de opressões e violações sofridas por elas — anunciaram uma caminhada unida para conseguirem seus direitos e solidarizaram-se com as outras mulheres enfrentando injustiça por causa de seu sexo.

Depois do Evangelho, uma por uma denunciaram as injustiças sofridas diariamente pela Mulher Negra, Mulher na Favela, Mulher Jovem, Mulher na Fábrica e na Oficina, Mulher de Rua, Dona de Casa, Mulher na Igreja, Em-

pregada Doméstica — é denunciar a falta da presença da Mulher na Política.

Animadas, cantavam depois de cada colocação, o canto das mulheres bolivianas. "Campanheira, desperta, companheira, para conquista da nossa Liberdade. Se nos exploram, porque não nos unimos, se nos unimos, ninguém nos vencerá."

Quem tocou muito no coração de todos foi a Dona Doralice que falou em nome das mulheres da favela. (No Setor de Itaquera existem 23 favelas). "Nós mora na favela não porque nós gosta, mas porque nós necessita. Para poder dar pão para os nossos filhos que nós moramos na favela. A mulher na favela não é todo dia que tem pão — nós mora na favela porque não tem como pagar aluguel. A criança na rua é assaltada e apedrejada e começa apedrejar porque não tem escola. A mulher na favela não tem segurança nenhuma por causa dos malandros. Malandro tem em todo lugar, mas fazem seus roubos e vem se esconder nas favelas". Contou o que aconteceu com sua vizinha cujo marido faleceu e que tem que trabalhar, deixando as crianças trancadas o dia inteiro no barraco. Voltou do serviço para achar um filho todo queimado e, umas semanas depois, um outro filho ela encontrou com um olho furado com um prego. Doralice, mulher valente, falou que continua lutando para conseguir vida melhor para todos e agradeceu a Deus a força que dá para eles.

Falando da mulher na fábrica, Emília, denunciou a discriminação salarial, as condições de emprego, o sofrimento da operária grávida. Muitos colegas nos falam: "Minha mulher não vai trabalhar fora porque mulher que trabalha em fábrica, não presta". Unidas, nós vamos mostrar que a mulher tem a capacidade de fazer o mesmo serviço que o homem. Vamos superar estas divisões. A Classe Operária tem que se unir para junto alcançarmos uma vida de gente."

Não faltou um alerta aos nossos irmãos na Igreja. A mulher é quem mais participa nas comunidades e mais anima a vida dos grupos. Mas na hora das decisões, elas estão aí nos bancos. "A justiça tem que começar em casa", como citou a Campanha da Fraternidade de 1977.

básicos para criança

No desenvolvimento da criança, os diferentes problemas que se apresentam — fim da lactância, separação temporal dos pais e outros — e que constituem para o bebê os primeiros inconvenientes, devem ser resolvidos pelo conhecimento, tato e amor maternal, para que não repercutam em forma de neurose ou dificuldade de conduta. A pesquisa dos últimos anos tem ratificado a importância dos primeiros meses de vida na evolução normal da personalidade. A experiência traumática do nascimento influi no desenvolvimento da criança, assim como os problemas pré-natais podem produzir choro, insônia e outros inconvenientes causados pela tensão emocional materna durante a gravidez.

A "simbiose" mãe-filho produz o narcisismo primário da criança, dizem alguns especialistas; logo, quando começa a diferenciar o conceito de seu próprio ser, separa o amor a si próprio do amor à mãe e o peito que o alimenta. Privado dos cuidados maternos nos primeiros meses, torna-se irritadiço, emagrece e não desenvolve respostas apropriadas aos diferentes estímulos. Em estudo de crianças tratadas em instituições que só as atendiam em suas necessidades físicas, sem dar-lhes afeto, comprovaram-se transtornos de conduta, vazio afetivo e inadaptação ao meio.

Sem o estímulo do carinho e da ternura da mãe, que o protege da fome, do frio e das irritações da pele, o bebê não desenvolve hábitos adequados de adaptação social; ele deve superar sozinho as sensações de mal-estar e satisfazer suas necessidades, concentrando-se em si próprio. Com isso rejeita a realidade e o contato com os objetos, se encerra num mundo de fantasia para consolar-se, o que até pode transformar-se mais tarde em esquizofrenia, afirmam os médicos.

Emocionalmente seguras e sãs, as crianças acostumam-se logo a dormir e comer sozinhas; as mães que se excedem em cuidados, prolongando o período de lactância ou não deixando que o pequeno chore um segundo, impedem a formação dos hábitos normais de adaptação. Os cuidados excessivos ou sua ausência são prejudiciais; a mãe que rejeita o filho ou a que se preocupa por ele em forma neurótica, que o trata rudemente ou a que satisfaz todos os seus desejos, deixam marcas indeleveis.

O choro é a resposta biológica a um incômodo de qualquer tipo e busca do alívio; uma vez satisfeito, cessa normalmente. Mais tarde pode servir para reclamar a presença da pessoa querida; mas quando ocorre sem que haja aparente mal-estar e na presença da mãe, indica a existência de problemas psíquicos ou físicos. Os recém-nascidos costumam chorar quase intermitentemente nos primeiros dias pela dificuldade do parto ou transtornos no período intra-uterino, mas o problema desaparece com cuidados adequados. As vezes, a causa pode ser o desconhecimento ou a falta de prática da mãe ao cuidá-lo ou alimentá-lo.

Antigamente deixava-se o bebê chorar desesperadamente na crença de que "desenvolvia os pulmões"; hoje sabe-se que o choro é um "alerta" à mãe para que se ocupe dele; deve comer e dormir nas horas devidas, banhar-se diariamente e ter fraldas limpas para não irritar a pele. Nos primeiros meses será um pequeno tirano que vai ocupar quase todo tempo da mãe; depois, permanecerá mais horas desperto, já se entreterá mais sozinho, sorri...

Como nesta etapa a atividade mais importante é comer, a fome é a causa mais comum do choro; mas, se o bebê se sente incômodo enquanto se alimenta — porque a mãe o apressa, tenta fazê-lo ingerir mais que o necessário ou é brusca —, recusará a comida ou a vomitará. O aspecto negativo manifesta-se na hostilidade provocada pelo desagrado em comer; logo o sentimento "narcisista", que é o privar-se da satisfação de comer. Neste primeiro período, de "narcisismo primário", o bebê aceita o mundo apenas como um prolongamento de si próprio; logo, mudará de atitude.

O vômito pode ser às vezes um sinal de alarma sobre problemas no aparelho digestivo ou alergia a certos alimentos; é necessário buscar de imediato o médico, pois, se a situação se prolonga, a criança associará comer com a desagradável sensação do vômito e se negará a alimentar-se. Obrigada, poderá resolver o problema físico, mas se manterá em permanente angústia e ansiedade nas horas de comer. A solução, assim, é seguir a recomendação médica e, em geral, permitir que o pequeno coma à velocidade e na quantidade que queira.

O hábito de chupar o polegar geralmente entre duas refeições, segundo observações, constitui prazer para a criança. Se alimentada, não se satisfaz, chupará os dedos e os lábios, hábito mais comum entre os pequenos alimentados a cada quatro horas, pois os que comem mais seguidamente, ou quando sentem fome, não possuem tal costume. Normalmente nos primeiros meses, o estímulo da mucosa dos lábios e da boca é associada à sensação de prazer; para o bebê, é a zona onde obtém maior quantidade de prazeres, embora recentes estudos comprovem que as sensações da pele e dos músculos também ajudem a obter a mesma sensação de saciar.

Na verdade o bebê chupa o polegar se não se satisfaz com a comida ou para obter prazeres que não sente quando está só ou tem alguma dor; assim, este hábito comum pode ser um prazer ou uma advertência de que nem tudo anda bem. Como a criança ainda não fala, cada uma de suas reações deve dar uma pauta do que ocorre. Se a criança não é tão pequena e segue chupando dedo, deve-se buscar com o especialista a causa da insatisfação que mantém seu hábito. O sono intranquilo ou a insônia não são sintomas isolados, demonstram angústia, que pode ser produzida por dor física, em geral manifestada também por choro.

Outras vezes, a anomalia está representada por um sono muito leve, interrompido por qualquer ruído; isto indica que sempre está alerta para um ambiente hostil, talvez criado pela mãe pouco carinhosa ou negligente. Sempre é necessário buscar as causas que perturbam o sono do bebê, pois, se o mal se arraiga, as perturbações podem agravar-se, com o aparecimento de imagens terríficas e, em consequência, o pânico ao sono.

Assim, dizem os especialistas, é de enorme importância os primeiros meses de vida de um bebê, os cuidados que recebe e sobretudo a atitude de sua mãe. Ela deve começar a preocupar-se com a criança desde o momento de sua concepção. Uma gravidez tranquila, recebida com alegria, e a dedicação nos primeiros meses asseguram uma criança normal, forte e bem adaptada, concluem.

Feminismo

Divergências não excluem solidariedade

IREDE CARDOSO

As mulheres de São Paulo, em suas organizações feministas e femininas, precisam ser informadas sobre a necessidade de nos unirmos para levar nosso apelo às autoridades mais sensíveis (existirão?), de tal forma que nossas companheiras do Ceará deixem de ser molestadas. Ocorre que, segundo nos informam as participantes da União de Mulheres Cearenses, durante o seu 2.º Encontro, realizado, no Dia Internacional da Mulher, em Fortaleza, a deputada Maria Luiza Fontenelle (PMDB), Socorro Saldanha, entre outras, foram envolvidas em entrevero com agentes femininas da Polícia Federal. Segundo as mesmas fontes, essas policiais estariam observando o Encontro e ao serem identificadas pelas presentes, cerca de trezentas, foram cercadas e suas anotações confiscadas. Resultado: as mulheres que discutiam leis, saúde, sexualidade, lutas sociais, família e educação e perspectivas do movimento feminista, estão sendo chamadas a depor e querem enquadrá-las na Lei de Segurança Nacional. Como vem ocorrendo na Argentina, cujo sistema político não precisamos dizer qual é. Inconcebível, para nós esse retrocesso.

Por tudo que temos lutado, em nome dessa abertura que sabemos precária, não podemos permitir que tal absurdo venha a se concretizar, como outros que ocorreram recentemente, com cidadãos desta terra. As mulheres brasileiras estão batalhando por um espaço próprio, enfrentando grupos políticos femininos machistas e agressivos, na busca de si mesmas em um mundo hostil; na esperança de tornar este País, em futuro ainda não imaginado, uma Nação na qual nossa participação se faça com energia, porém, com amor e lucidez. Porque sabemos que nossa luta tem sido no sentido mais limpo, não podemos entender sequer a presença ostensiva de policiais em encontros de mulheres. Nós mesmas já mostramos que sabemos separar o joio do trigo e que não precisamos desse tipo de vigilância ofensiva e contrária à liberdade de expressão. As forças policiais devem estar apenas a serviço da população e cuidar de nossa segurança. Não podem funcionar como espões, para

“descobrir” o que vem sendo largamente publicado. Não temos o que esconder, nessas questões que discutimos.

Por isso, em primeiro lugar, não se pode entender essa clandestinidade policial e, muito menos, a agressão que nossas companheiras estão sofrendo. É preciso lembrar que, até o momento, discutimos questões específicas relativas às discriminações existentes contra a mulher na sociedade e procuramos uma forma de melhorar a situação de milhões delas que sofrem a angústia da sobrevivência com um salário, em média, 54% inferior aos dos homens, nas mesmas tarefas. Procuramos uma vida mais saudável, oferecer mais informações sobre a sexualidade, discutindo-a. Queremos uma família baseada no amor e no respeito. Movidas por esse desejo de justiça, é que novamente apelamos para que nossas companheiras fiquem livres dessa perseguição injusta e inaceitável. Para isso, estaremos unidas, enviando ao governo federal nossas mensagens de protesto e nossos apelos para que se restabeleça a justiça.

Por isso, não podemos, nós mulheres, ficar perdidas, neste momento, na discussão bizantina de nosso caos, de nossa intuição, da beleza que é ser mulher num mundo masculino. Na verdade, para se curar de veneno de cobra, é necessário o veneno da própria cobra. Freud explicaria a imagem. O importante é garantir a diversidade, em nossas lutas, no dia-a-dia. Todos os espaços que pudermos conquistar deverão ser defendidos ferrenhamente, para que não venham a nos apagar, deixando apenas nossos nomes em lápides funerárias, como tão bem lembrou Marilena Chauí, ao assinalar a história das romanas. O mundo é masculino e nossa ação não pode se exercer a não ser dentro dele, e nessa luta está o encanto. É uma luta que irá respeitar sempre as diferenças, procurando, entretanto, concretamente, o fim da opressão machista, venha ela de homens ou mulheres, esteja fora ou dentro de nós.

Nossas companheiras cearenses precisam de nossa solidariedade e, quem sabe, não deixaremos passar o primeiro ladrão da flor de nosso jardim, que nesse ano de abertura começa a nos ameaçar.